MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 310 -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Adriano Martins Aires, e secretariada pela Primeira Secretária, Senhora Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Segunda Secretária, Senhora Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

----- **Período de Antes da Ordem do Dia**:----------

----- Ponto um: "*Apreciação e votação das atas n.ºs 308 e 309, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia*";----------

----- Ponto dois: "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do artigo 35.º do RAMA*";----------

----- **Período da Ordem do Dia**:----------

----- Ponto um: "*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto dois: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Salubridade, Higiene e Limpeza Pública, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto três: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Criação do Conselho Municipal de Juventude de Anadia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto quatro: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão à iniciativa "Mayors Adapt"*";----------

----- Ponto cinco: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto seis: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS relativa aos rendimentos do ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto sete: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto oito: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de dois mil e catorze e cobrada no ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";---------

------ Ponto nove: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Utilização das Bicicletas B-AND, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*";----------

----- Ponto dez: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA"*;----------

----- Ponto onze: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento do Fundo Social Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA"*;----------

----- Ponto doze: *"Apresentação e votação da proposta da Mesa da Assembleia Municipal da Comissão de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º 3, do artigo 24.º, do RAMA"*;----------

----- **Período de Intervenção do Público**:----------

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 37.º do RAMA*.----------

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):----------

----- • Adriano Martins Aires – GM do MIAP;----------

----- • João José Nogueira de Almeida – GM do PPD/PSD;----------

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP;----------

----- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD;----------

----- • António Manuel Alves – GM do PS;----------

----- • Jennifer Nunes Pereira – GM do MIAP;----------

----- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD;----------

----- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP;----------

----- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do PPD/PSD;----------

----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP;----------

----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;----------

----- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP;----------

----- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD;----------

----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP;----------

----- • Sara Filipe Seabra dos Reis – GM do PPD/PSD;----------

----- • Mónica Filipa Morais da Silva – GM do PS;----------

----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP;----------

----- • Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo – GM do PPD/PSD.----------

----- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;----------

----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP;----------

----- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – GM do PPD/PSD;----------

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:----------

----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho; ----------

----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;----------

----- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita;----------

----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos;----------

----- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro;---------

----- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros;----------

----- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro;----------

----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas;----------

----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores;----------

----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro.----------

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:----------

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente;----------

----- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – PPD/PSD - Vereador;----------

----- • Litério Augusto Marques – MIAP – Vereador;----------

----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador;----------

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;----------

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vereador;----------

----- • Lígia Filipe Seabra – PPD/PSD – Vereadora.----------

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia, do dia vinte e nove de setembro, quando eram catorze horas e quarenta e oito minutos.----------

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de dirigir os seus cumprimentos aos presentes e de desejar a todos um bom trabalho, não deixou, igualmente, de manifestar as felicitações por um ano já decorrido da eleição de todos os membros para o mandato. Antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, informou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, a Mesa tem em poder dois votos de pesar, um apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD e outro apresentado pelo Grupo Municipal do MIAP, do PS e do CDS. Eu pedia aos Grupos Municipais, e daria a palavra ao Grupo Municipal do PPD/PSD, para fazer a leitura do mesmo voto de pesar."----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, então, a palavra ao Grupo Municipal do PPD/PSD, que, na pessoa do Senhor Deputado José Carvalho, apresentou o voto de pesar com o teor que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "A todos muito boa tarde. Senhor Presidente, restantes colegas da Mesa, Senhora Presidente, Vereadores, caros colegas. Nesse sentido, vamos expressar o nosso voto de pesar ao Senhor Joaquim Cerca. O Grupo Municipal do PSD vem publicamente expressar o seu sentido de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Cerca, que desempenhou as funções de autarca eleito pelo PSD, nomeadamente a de Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos,

lembrando as suas qualidades de homem humilde e generoso, a sua afabilidade, a sua atenção e respeito pelos outros e a defesa da social democracia. É, pois, com este sentimento de perda que o Grupo Municipal do PSD expressa publicamente o seu voto de pesar pelo falecimento deste seu companheiro e amigo, apresentando as suas mais sentidas condolências a familiares e amigos. Neste sentido, os Deputados do Grupo Municipal do PSD vêm propor, nos termos regimentais, do RAMA, artigo trigésimo quinto, número um, alínea d), a aprovação do voto de pesar, bem como propor o cumprimento de um minuto de silêncio em honra e memória do Senhor Joaquim Cerca. Os Deputados do Grupo Municipal. Obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Grupo Municipal do MIAP, que, na pessoa do Senhor Deputado Luís Santos, apresentou o voto de pesar que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa tarde, Senhor Presidente, digníssima Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. O voto de pesar que apresentamos, em nome do MIAP, do Partido Socialista e do CDS-PP, diz o seguinte:----------

----- "Faleceu este fim de semana o Senhor Joaquim Alberto Cerca, natural da Freguesia de Sangalhos, ilustre industrial da sua terra natal, foi, entre janeiro de noventa e quatro e dezembro de dois mil e um, Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, procurando sempre desenvolver atividades de apoio e desenvolvimento aos seus conterrâneos e às suas atividades. Nesta hora difícil e de pesar para a sua família, queremos expressar uma nota de pesar pelo seu falecimento e solicitar a esta Assembleia que guarde um minuto de silêncio em sua memória e que este ato de pesar seja comunicado à sua família."----------

----- Decorrida a apresentação de ambos os votos de pesar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que declarou o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa. Cumprimento igualmente os colegas da Mesa, Senhores Vereadores, e a todos os Deputados aqui presentes, bem como à comunicação social e mais público também aqui presente.----------

----- Desde logo, registo as intenções manifestadas pelos vários Grupos Parlamentares e apesar de já ter enviado também em nome da Câmara Municipal uma nota de pesar e transmitido o nosso sentimento à família, não poderia, desde logo, enquanto Presidente da Câmara, e estando agora nesta Assembleia, e penso que todos os meus colegas do Executivo comungam igualmente da minha opinião e, portanto, da minha vontade, de também nos associarmos aos votos de pesar que aqui estão a ser transmitidos e, como tal, o Executivo da Câmara Municipal associa-se e manifesta igualmente o seu sentido de pesar a toda a família e aos seus familiares, desde logo, reconhecendo a grande prestação do Senhor Joaquim Cerca na causa pública e também pela forma como ele sempre esteve presente enquanto autarca junto da Câmara Municipal. Afável, simpático e sempre conversador e comunicativo e sempre partilhando, obviamente, em diálogo os problemas da Freguesia de Sangalhos, nomeadamente que ele representava. Portanto, também partilhar com todos vocês o vosso sentido de voto e de

pesar."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Considerando que há unanimidade na proposta em termos de objetivo, a Mesa considera dispensar a votação separada dos dois votos e, portanto, decidimos agregar o voto de pesar como um voto de pesar unânime desta Assembleia. Por isso, eu propunha a votação dos dois votos, em bloco, e, por isso, passava à votação do mesmo, quer dos votos, quer do minuto de silêncio, se assim for aprovado, para guardar depois."----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à votação, tendo, no final da mesma, anunciado como resultado a aprovação de ambos os votos de pesar, por unanimidade dos Senhores Deputados presentes na sala, trinta, encontrando-se ausente o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP.----------

----- Anunciado o resultado da votação, foi, então, respeitado o minuto de silêncio em memória do Senhor Joaquim Alberto Cerca.----------

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de antes da ordem do dia, passando a apresentar o seu primeiro ponto, "*Apreciação e votação das atas números trezentos e oito e trezentos e nove, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 35.º, do RAMA*".----------

----- Para intervir no período de apreciação da ata número trezentos e oito, da sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e catorze, e da ata número trezentos e nove, da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Na medida em que as atas não ficaram disponíveis em tempo oportuno útil para a reunião de representantes, tivemos o cuidado de as analisar e vamos manter a mesma filosofia, quando houver um erro de conteúdo, então ele será abordado aqui, os outros erros serão reportados à Mesa. E, nesse sentido, que nós vamos pedir um especial cuidado, e vou dar o exemplo do que acontece, por exemplo, na ata número trezentos e oito, na página cinco, na linha quinze, onde está identificada uma Senhora Deputada Mónica Filipa Morais da Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD. Com certeza que terá que haver algum cuidado neste tipo de abordagens e, portanto, acontece durante o elencar da mesma. E, portanto, não detetámos nenhum erro do ponto de vista do conteúdo, das intervenções, era só mais para ter um especial cuidado com estas questões. Obrigado."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu as palavras que se passam a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Acho que a intervenção do Senhor José Carvalho vem na linha das nossas preocupações quase da primeira hora, de precisarmos de nos concentrar sobre a forma de divulgarmos o que aqui se passa nesta Assembleia da forma mais clara e transparente. Não é que a ata não seja

transparente, mas, de facto, a entoação e muitas vezes os erros são possíveis na transcrição para escrito. Numa ata com esta dimensão, é normal que aconteça."----------

----- Sem mais manifestações para intervir no período de análise e discussão do ponto um do período de antes da ordem do dia, respeitante às atas número trezentos e oito, da sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e catorze, e número trezentos e nove, da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação, em separado, respeitando o pedido de alguns Senhores Deputados. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e oito, da sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e catorze, tinha sido aprovada por maioria, com trinta votos a favor, uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Arménio Almeida Cerca, do Grupo Municipal do MIAP, por não ter estado presente na sessão a que a mesma diz respeito, e zero votos contra.----------

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do Grupo Municipal do MIAP, que apresentou a declaração de voto que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu abstive-me porque estive ausente nessa Assembleia de trinta de abril."----------

----- Apresentada a declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da ata número trezentos e nove, da sessão ordinária realizada no dia trinta de junho de dois mil e catorze. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e nove, da sessão ordinária realizada no dia trinta de junho de dois mil e catorze, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, duas abstenções, do Senhor Deputado Municipal André Henriques, do Grupo Municipal do PS, e do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, por não terem estado presentes na sessão a que a mesma diz respeito, e zero votos contra.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que apresentou a declaração de voto que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde a todos. É uma declaração de voto curta. É só porque não estava presente à Assembleia. Muito obrigado."----------

----- Esgotado o primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o ponto dois, "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 35.º do RAMA*".----------

----- A iniciar aquele período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário do pedido apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, para cinco intervenções, pelo solicitou aos Senhores Deputados que no início da respetiva intervenção fizessem o favor de se identificar, para efeitos de redação da ata. Assim, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João José Nogueira de Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "João José Nogueira de Almeida. Boa tarde. Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Presidente da Câmara e Vereadores, e os meus colegas Deputados Municipais, e público aqui presente e comunicação social. Apenas duas simples questões. Muitas Câmaras já têm em ação, e já há vários anos, que têm elaborado o seu orçamento participativo. Para o ano de dois mil e quinze já não vamos a tempo, mas gostaria de saber se a Senhora Presidente da Câmara Municipal pensa, no futuro, introduzir este mecanismo, que é um mecanismo que propicia a participação dos cidadãos na afetação dos dinheiros públicos nas políticas municipais que lhes dizem respeito.----------

----- A segunda questão. Sempre que eu passei em Anadia, à noite, por volta das dez horas, dez e trinta, onze horas, há fumo em Anadia. Eu não tenho a certeza onde esse fumo é originado, o que é certo é que aqui pela Praça, junto à Misericórdia, ali à Igreja, ali junto ao Montepio, o cheiro é intenso. E eu gostaria de alertar a Câmara Municipal para esse facto, porque incomoda, com certeza, os habitantes e as pessoas que passeiam à noite. Era simplesmente o que eu tinha para dizer. Obrigado."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João José Nogueira de Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, também do Grupo Municipal do PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Artur Salvador no uso da palavra. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente e em si a restante Assembleia. Para este ponto, gostaria de focar aqui dois ou três aspetos. Um deles é recorrente nas minhas intervenções e tem a ver com a Pista de BMX. A Senhora Presidente já certamente estaria à espera que eu focasse este ponto, porque, passado tanto tempo, aquela obra iniciou-se e nem para trás nem para a frente. Espanto meu, quando este assunto, abordado na reunião de Câmara, a Senhora Presidente atribui-lhe ali alguma dúvida que eu acho que carece de alguma justificação. Portanto, neste momento, eu acho que, para este projeto, a Senhora Presidente aqui, e se tem dados novos, poderia dizer se de facto aquela obra está em causa tecnicamente, financeiramente, se eventualmente perdeu valor, porque foi uma obra que foi lançada em tempo record, em período eleitoral, vinha num pack, em quatro meses estava pronta, estava a funcionar. Inclusivamente a Federação Portuguesa de Ciclismo tinha provas agendadas, portanto, tudo isso caiu por terra.----------

----- Eu recordo, neste segmento, já que falo em Pista de BMX, um projeto também antigo em Anadia que, caindo este, poderá recuperar algum interesse, que era a Pista de XCO. Em Anadia há dois segmentos de desporto ligados ao ciclismo, com bastante incidência na população, que é o ciclismo de estrada e o ciclismo de montanha. Portanto, se eventualmente o projeto que foquei vier a cair, eventualmente, poderemos recuperar este projeto.----------

----- Depois, Senhora Presidente, tem sido ventilado na comunicação social a situação atual do rio Cértima. É sempre um elemento que causa algum constrangimento quando se fala em Anadia e no rio Cértima, porque sensibilidade daquele recurso natural é sempre difícil qualquer tipo de intervenção. O que acontece é que uma das nossas mais importantes linhas de água que

atravessa o concelho é tida como uma vala comum. Não tem nenhum usufruto público, nunca foi enquadrado, não conheço, e numa altura em que vamos avaliar financiamento no próximo Quadro Comunitário de Apoio, acho que poderia, eventualmente, dentro da sensibilidade daquele recurso, de alguma maneira ser encontrado uma solução que objetivasse, como creio que está já definido uma intervenção de parceria com a Hidráulica do Centro, a Câmara e creio que a Junta de Freguesia, possa eventualmente ser sujeita a uma intervenção, mas a uma intervenção que lhe atribua uma característica de futuro, de utilização, eventualmente, fruição pública.----------

----- Depois, passado a época de verão, e porque a última Assembleia que tivemos estávamos a portas com a Feira do Vinho e da Vinha, gostaria, também, eventualmente, tal qual foi feito na Câmara, que a Senhora Presidente abordasse esta temática. E estranhei, porque vi uma postura correta de tentar explicar as contas da Feira do Vinho e, portanto, não percebo por que é que também não o fez na Assembleia, porque é uma informação pública, eventualmente poderíamos falar aqui um pouco sobre isto. A Feira do Vinho, eventualmente, é um segmento que interessa à região, os custos envolvidos e as receitas é que já levantam alguma celeuma. E, portanto, poderíamos conversar um pouquinho aqui sobre isto, porque a Senhora Presidente apresentou no Plano e Orçamento um custo para aquela Feira, previsional, de duzentos mil euros, veio pedir autorização para gastar duzentos mil euros com a Feira do Vinho e da Vinha e acabou por gastar muito mais.----------

----- Depois, um projeto que a Senhora Presidente descreveu e fez constar do seu Plano de Atividades para dois mil e catorze que, até à data, não lhe reconheço seguimento e creio que é um projeto interessante para o concelho de Anadia, que devia ter alguma atenção, até pelos valores de criação dispostos em orçamento, que não são por aí além. E falo do Gabinete do Empreendedor e do Empreendedorismo. Um Gabinete que a Senhora Presidente mostrou intenção em criar. Daqui a nada estamos a chegar ao final do primeiro ano de governação, nada se diz nesta área e estão lá adstritos vinte e cinco mil euros. Dava, pelo menos, para iniciar esta área e creio que era um Gabinete que já tinha aqui trabalho a realizar, porque, de facto, a Câmara tem matérias interessantes para implementar onde este Gabinete poderia dar aqui uma postura importante.----------

----- Depois. Senhora Presidente, quando inaugurou o novo *site* da Câmara, a transição de informação do antigo para o novo, eventualmente, na altura não me pareceu oportuno fazer essa referência, mas há ali dados que estão desatualizados. E falando nesta coisa dos empreendedores e desenvolvimento económico, ir ao *site*, para quem não conhece Anadia, ou pretende, numa primeira abordagem, conhecer um pouquinho do concelho, ter lá dados dos Censos dois mil e onze já não se justifica. Acho que pode haver um quadro comparativo… dois mil e um, peço desculpa. Sim, dados de dois mil e um no *site*, acho que podiam ter dados um pouquinho mais atualizados.----------

----- Depois, quando vamos ali ao *template* do desenvolvimento económico, a coisa fica curtinha. Eu não sei qual é a ideia de desenvolvimento económico da Câmara Municipal, mas

quando nós clicamos ficamos com a ideia que o desenvolvimento económico da Câmara Municipal é só a WRC, parece-me curto. Já na altura tinha procurado onde é que se falava, por exemplo, das Zonas Industriais. Não encontrei. Desta vez também perdi um pouquinho de tempo a tentar encontrar e também não está. Acho que é uma informação que é útil para quem quer conhecer o concelho neste segmento e também é útil para quem pretende informações, ter esta dinâmica, quantas Zonas há, onde é que elas estão, qual a taxa de ocupação. Acho que é uma informação básica. E ficava por aqui. Obrigado."----------

----- Respeitando o princípio da alternância, e para uma terceira intervenção no período destinado a intervenções dos Senhores Deputados, previsto no ponto dois do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que proferiu as palavras que se passam a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Sidónio Simões, CDS-PP. Boa tarde, Senhor Presidente, respetivos acompanhantes da Mesa mais alta, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros colegas e demais presentes. São três situações muito simples que trago aqui. Uma delas tem a ver com um estacionamento para cargas e descargas que se calhar se justificava ali junto ao pinheiro, entre a Rua dos Olivais e o pinheiro. Eu cada vez que vou ali àquela pastelaria, que tem que descarregar sacos de farinha, são coisas pesadas, o Senhor chama-me sempre a atenção que quando fizeram aquela obra, aquele estacionamento junto àqueles prédios, que estava previsto ficar ali reservado um lugar de estacionamento para cargas e descargas, dado que há ali uma série de espaços comerciais e não há muito estacionamento naquela zona. Normalmente o estacionamento durante o dia é ocupado com pessoas e nem há hipótese de fazer cargas e descargas em segunda linha porque a rua é muito estreita. Portanto, era só ver se era possível, de algum modo, porque há ali todo aquele edifício do lado esquerdo, quem desce a Rua dos Olivais, e do lado direito também tem todo aquele edifício grande, que tem muito comércio, que se calhar justificava-se, na proximidade, um lugar de estacionamento para cargas e descargas. Sabemos que as pessoas abusam, normalmente, mas havendo lá o estacionamento a polícia pode controlar.----------

----- Outra questão, que eu tenho reparado ultimamente, tem a ver com as calçadas nos passeios. Nós temos um problema, e todos sabemos, que não é barato a manutenção das calçadas em cubo de calcário miúdo. Certo é que temos muitas falhas, eu vejo com alguma, não com a frequência, se calhar, necessária, mas aqui no centro, pelo menos, para garantir que as pessoas, quer idosas, quer os outros, consigam andar sem tropeçar nos passeios, se calhar justificava-se uma manutenção mais assídua destas áreas.----------

----- Por último, é uma questão que eu não sei, não sou diretamente, quer dizer, sou e não sou, interessado, mas é uma questão que tenho de levantar, porque foi-me levantado pelos residentes daquela zona. Além do problema dos cheiros que foi levantado há bocado pela bancada do PSD, que eu também tenho que levantar porque não consigo ter as janelas abertas em casa, nem eu, nem toda a gente que está ali na proximidade daquele bairro mais antigo de

Anadia, daquela zona ali de Travessa da Várzea e toda aquela zona, se chega aqui, lá muito pior, e é um cheiro mesmo agressivo, portanto, não se consegue ter janelas abertas à noite.----
----- Mas, há outra questão aqui que eu gostava que a Senhora Presidente, se pudesse, pode não ser agora, mas poderá esclarecer mais tarde, é se o bar "Bachus" tem autorização para música ao vivo. É que com frequência há ali música ao vivo e o problema não se põe só aí. E essa não é a minha preocupação, que eu durmo bem com a música. O meu problema é que o bar é muito pequenino e as pessoas fazem ruído, não é dentro do bar, o bar não prejudica muito, cá fora é que é uma confusão instalada. Além, do lixo que se vai aglomerando, porque as pessoas vêm cá para fora, não vão lá dentro, além de fazerem as necessidades por ali por aquelas ruas abaixo, deixam aquilo todos os dias, principalmente ao fim de semana, mas quase todos os dias há ali muito lixo aglomerado. E a Senhora que passa lá, com muita simpatia que tenho por ela, quando a vejo, mas já deve ir cansada, porque ela passa lá sempre ao fim do dia, se calhar teria de passar um bocadinho mais cedo, porque aquilo é tanta pirisca, tanto papel, tanto lixo, tantos restos de limão das bebidas que eles tomam, que aquilo começa a ser um problema de higiene pública.----------
----- Por outro lado, ainda aí, não será com certeza responsabilidade da Câmara, já telefonei várias vezes à polícia, mas o que se verifica ali é que há miúdos, além do ruído depois de eles falarem na rua, as ruas são muito estreitas, há ali miúdos que não têm dezoito anos. E o consumo não é só de tabaco. Há alturas em que é preciso os moradores ali fecharem as portas porque o cheiro a outras coisas é tão forte que se tivesse aberto acho que todos se começavam a rir muito. Eu já telefonei várias vezes à polícia, pedi apoio para que eles passassem lá com frequência. Não acontece. Não é um problema de Câmara, mas eu acho que devemos estar atentos e, se possível, pedir apoio à polícia para passar ali com alguma frequência, para evitar que jovens tão jovens, há miúdas de doze, treze, catorze anos, que estão ali a consumir diariamente estupefacientes e outras coisas que são desnecessárias, quer dizer, é matar gente jovem. Muito obrigado."----------
----- Para responder às três intervenções entretanto efetuadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde, novamente. Passo então a responder pela mesma ordem que os Deputados fizeram as intervenções. Deputado João Nogueira de Almeida, relativamente ao orçamento participativo, como disse, e bem, já não há tempo para este ano. Mas não é só uma questão de tempo, obviamente que também porque apesar de termos já quase a obrigatoriedade de ter de fazer um orçamento e de o remeter à Assembleia Municipal até trinta e um de outubro, também é um facto que neste momento dúvidas existem sobre aquilo que são todas as receitas a que o Município terá direito. E, portanto, na incógnita e na dúvida daquilo que são as verdadeiras receitas do Município e daquilo que o Município poderá, efetivamente, dispor para desenvolver os seus projetos e as suas ações, sejam sociais, sejam culturais, sejam desportivas, também precisamos de ter alguma estabilidade e alguma certeza naquilo que pode

ser a receita da própria Câmara Municipal. E, como tal, mesmo em termos de transferências do Estado, ou da dita redução das transferências do Estado, para além da contribuição solidária, neste momento desconhecemos qual é a outra percentagem que o Estado irá conceder, ou que irá retirar. Portanto, é uma questão que para nós temos em devida conta, mas não será exatamente para o próximo orçamento, ou seja, para o ano de dois mil e quinze.----------

----- Relativamente ao fumo em Anadia, confesso que não tivemos, até hoje, qualquer queixa relativamente a este tipo de fumo. Também não sei, fumo ou cheiro a quê? Há muito tipo de cheiros. Agora, e aqui na zona central, já houveram, em tempos, algumas participações relativamente a alguns fumos, e que provenientes de alguns estabelecimentos aqui próximos da zona central, não sei se será esse o caso.----------

----- E, também, já um bocadinho em articulação àquilo que o Deputado Sidónio colocou, eu própria que vivo na Póvoa, também me têm chegado alguns cheiros um bocadinho esquisitos, mas não propriamente fumo. E deduzo, pelo cheiro, porque até agora ainda não conseguimos, no fundo, avaliar exatamente a sua proveniência, mas aquilo que me disseram ainda há dias, pelo cheiro intenso, que provinha do concelho vizinho, inclusivamente, parecendo esquisito, mas também cá chegava. Portanto, proveniente de uns lagares ali algures na zona do Luso. Não sei se é a isso que se refere, se é a outro tipo de fumos. Confesso que até agora ainda não chegou à Câmara qualquer participação nesse sentido, pelo menos aqui mesmo à Câmara. Por norma, também estas participações, quando são intensas, também chegam à Delegada de Saúde e ela também não nos transmitiu ainda qualquer preocupação nesse sentido.----------

----- Em resumo, para lhe dizer que a Câmara Municipal não tem aqui qualquer evidência de qualquer documento, ou participação, nesse sentido, nem diretamente dos cidadãos, nem da própria Delegada de Saúde, nem do próprio Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo também não deu a conhecer, não sei se terá conhecimento.----------

----- Quanto ao Senhor Deputado Artur Salvador, relativamente à Pista de BMX, quero-lhe dizer que a conclusão, ou a execução da Pista de BMX, uma vez que a única coisa que ali está, ainda, um edificado, é relativamente a um edifício de apoio e eventualmente de suporte à própria Pista. Mas, não está esquecido, faz parte das nossas intenções de concluir esta obra. Se me pergunta se está em causa alguns aspetos técnicos, sim. Aspetos financeiros, como é óbvio, para já, também, pela razão que, em termos financeiros, perspetivava-se a hipótese de ter algum enquadramento e de apoio em termos de Fundos Comunitários. Portanto, como tal, ainda não foi viabilizada e, neste momento, e apesar de estarmos num *overbooking*, ainda não existe clarificação sobre essa possibilidade. Mas, este é um assunto que oportunamente será devidamente analisado e apresentado em reunião do Executivo Municipal.----------

----- Sobre o rio Cértima, a sua preocupação é a nossa e a de muitos munícipes deste concelho que obviamente têm igualmente preocupações em termos do ambiente e, também, na defesa de um rio que, no fundo, tem o seu destaque aqui no nosso concelho. A maior dificuldade, obviamente, passa pela intervenção.----------

----- A Câmara Municipal não tem, desde logo, autonomia para proceder à limpeza, como,

quando e onde, eventualmente, gostaria e está sempre dependente das devidas autorizações e sempre com muitas reticências por parte da ARH. Fizemos e estamos a chegar ao Cértima numa breve limpeza, porque mais não nos foi permitido, do que abrir caminho para que o caudal das águas possa passar ao longo do rio da Serra.----------

----- No entanto, esta questão do rio Cértima, e apenas falo, de imediato, numa limpeza, sobretudo em determinados pontos, uma vez que também este ano, um ano um bocadinho atípico nas condições meteorológicas, o caudal também não desceu tanto quanto se desejaria, mas, pelo menos, em certos pontos, carece de alguma limpeza e de alguma intervenção e, para tal, estamos em articulação com a ARH para que essa situação ainda nos seja permitida, com os nossos meios próprios, da Câmara, ou mesmo, adjudicando, se efetivamente tal for consentido. Sendo certo que, qualquer intervenção para além da limpeza do leito, portanto, sem qualquer intervenção nas margens, uma vez que a mesma, neste momento, não nos é autorizada.--------

----- Também realçando que nesta questão da limpeza das margens do rio da Serra, ou do rio Cértima, ou mesmo nas muitas valas que existem pelo concelho, exige-se, também, alguma sensibilidade por parte dos testantes, dos proprietários que confinam com o rio, uma vez que eles entendem, provavelmente, que será a Câmara a ter de fazer a limpeza daquela caniçada, ou daquela arborização toda que, no fundo, limita as suas propriedades. E, de facto, a Câmara não tem por que o fazer, tem que limpar, sim, o leito, abrir caminho, se tal for autorizado, mas relativamente às margens, os próprios proprietários e os confinantes deviam ter a sensibilidade para, de facto, tal como lavram as terras, também proceder à sua limpeza.----------

----- Antigamente, nós tínhamos ao dispor os ditos guarda rios e, como tal, havia uma fiscalização mais intensa sobre esta situação e acho que nem era preciso grandes coimas, porque as próprias pessoas tinham outra sensibilidade, o que hoje não se verifica. Portanto, neste sentido, temos que ter um papel mais interventivo, nomeadamente junto dos proprietários, quando tal se conheça, quer da parte da Câmara, quer da parte dos Senhores Presidentes de Junta, para que possam sensibilizar efetivamente os confinantes para procederem à limpeza e, assim, tudo seria mais facilitado.----------

----- Contas da Feira. Efetivamente, apresentámos as contas numa reunião do Executivo Municipal. Já na altura eu referi, existe realmente muita preocupação com as contas da feira e não vejo, por vezes, essa preocupação com outros eventos, que também têm os seus custos, embora de outra dimensão. Mas, na devida altura, quando estivermos a prestar as contas de dois mil e catorze, obviamente, se os Senhores Deputados assim entenderem, podemos clarificar e discutir mais um bocadinho esta matéria, uma vez que não se exige que tal faça parte, ou que tenha que ser aqui debatido, uma vez que é uma despesa que fazia parte do orçamento. Efetivamente, estava orçamentado um determinado valor, foi pedido um reforço de verbas, por outras situações e por outros eventos que tiveram que decorrer em paralelo, e, como tal, foram imputados nessa rubrica. Mas, as contas são claras, são transparentes e, portanto, na devida altura os Senhores Deputados poderão avaliar aquilo que foi a despesa prevista e a receita que efetivamente também foi prevista e que foi obtida.----------

----- Gabinete do Empreendedor/Empreendedorismo. O Senhor Deputado realmente colocou aqui esta questão do Gabinete e eu quero-lhe dizer que o ano ainda não terminou. Portanto, ainda temos algum tempo a percorrer. E, portanto, esta é uma matéria que está a ser por nós trabalhada, incluindo, e se calhar é uma coisa que vos vai agradar, porque os Senhores gostam muito de planos, e eu vou-vos dizer que efetivamente estamos aqui a trabalhar na possibilidade de criar um modelo para definição de um plano estratégico do empreendedorismo municipal. E, como tal, aí teremos linhas definidas para aquilo que nós pretendemos nesta criação do Gabinete do Empreendedor e, portanto, não só abrir um Gabinete por abrir, mas ter, efetivamente, um rumo traçado para esta matéria.----------

----- Desenvolvimento económico. Efetivamente aparece a WRC, mas este desenvolvimento económico também se prende, para nós, numa das linhas estratégicas e de ação que o próprio Gabinete do Empreendedor tem que promover. Por tal, a seu tempo, também, esta ação será complementada no âmbito da criação do Gabinete do Empreendedor, com a devida promoção e divulgação das nossas Zonas Industriais, e não só, porque os privados, eventualmente, se assim o entenderem, também se podem associar e mesmo nesta plataforma poderem também promover as suas zonas industriais, ou outros projetos, ou outras ações, que assim o entenderem.----------

----- Relativamente aos Censos de dois mil e onze, efetivamente já me tinha sido referenciada esta situação. Iremos, contudo, analisar a possibilidade, e caso tenhamos, realmente, todos esses elementos já consolidados, de fazer uma atualização relativamente aos dados de dois mil e onze. Penso que respondi, mais ou menos, a tudo o que questionou.----------

----- Ao Deputado Sidónio Simões, relativamente ao estacionamento, cargas e descargas, também confesso que ainda ninguém solicitou à Câmara a colocação de qualquer sinal, ou manifestou a necessidade, ou a evidência da necessidade de colocar ali um sinal de cargas e descargas. É uma zona bastante delicada, um bocadinho complexa, porque existem vários serviços à volta e por vezes pode ser complicado o estacionamento, mas, outras zonas aqui na cidade também careciam igualmente desta atenção e até hoje também não nos foi solicitada, mas caso isso aconteça, obviamente será devidamente avaliado.----------

----- Calçadas nos passeios. Pois, o cubo calcário tem estas questões. Vão sendo reparadas, mas repara de um lado e entretanto mais à frente outro buraco se vai abrindo e temos uma equipa que vai rodando pelos diversos locais do concelho onde existem passeios em calçadas e, como tal, nem sempre é possível atender, no imediato, a esta reposição. Mas, é daquelas situações que a todos preocupa porque, exatamente como disse, as pessoas andam a pé e, como tal, não só os mais idosos, como os mais jovens também, qualquer percalço pode ser complicado, até para a própria Câmara, esta situação.----------

----- Os cheiros penso que no fundo também já respondi. Não temos aqui qualquer participação relativamente aos fumos, ou a estes cheiros, nem da Câmara, nem da própria Delegada de Saúde.----------

----- Quanto ao bar "Bachus", ele já está a funcionar há algum tempo, embora tenha passado

de explorador para explorador. Não sei se estas queixas que agora refere, se é que são queixas - penso que sim -, se são mais recentes, ou se já vinham do passado, porque o bar já funciona há algum tempo e, como tal, não havia também estas evidências. É evidente que por vezes, quando há mudança do explorador, às vezes o ambiente pode, no fundo, deteriorar-se um bocadinho mais. Para lhe dizer que música ao vivo, autorização, obviamente, não tem, como ninguém tem. E, portanto, ações pontuais que os bares vêm solicitando e prolongamentos pontuais o que, se tal acontece, obviamente que a GNR, que faz o policiamento e faz a fiscalização pelo concelho, não tenho também qualquer participação, ou qualquer auto de notícia que tenha chegado a esta Câmara. Mas como, por norma, os autos de notícia também andam muito atrasados, portanto, para lhe dizer que até agora, até pode estar a caminho, mas ainda não chegou.----------

----- Depois, esta questão do ambiente, se interior não é bom, por vezes complica também no exterior, no ruído exterior, como é óbvio, os bares fecham e as pessoas ficam no exterior a conversar e, por vezes, causa ainda maior incómodo aquilo que se passa no exterior do que propriamente o ruído dos próprios bares. Mas, é assim, estas coisas da civilização têm estes inconvenientes, também, e, portanto, quando queremos animação na cidade, ou no concelho, obviamente que temos que também conviver dentro de regras saudáveis e civilizadas para estas situações."----------

----- Dando continuidade ao período de intervenções do ponto dois do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muto boa tarde a todos, mais uma vez. Antes de mais, queria deixar uma nota de congratulação. Este mês recebi a fatura da água e reparei que estava o programa do que está a acontecer no nosso concelho, que tinha havido uma sugestão do nosso Grupo Municipal do MIAP para que fosse veiculado os acontecimentos principais do concelho através deste meio e assim acontece e penso que é uma excelente e que assim os munícipes tenham possibilidade de participar mais em tudo quanto acontece no nosso concelho.----------

----- Em segundo lugar, queria, também, dar os parabéns à Câmara Municipal pelo plano de mobilidade do concelho, nomeadamente para a cidade e há um ponto mais à frente onde poderemos, se calhar, falar melhor disso. Portanto, queria só deixar os meus parabéns.----------

----- E queria fazer uma pergunta, se já há um balanço do fim de semana em que se realizou um evento com bastante participação da juventude do concelho, que é a Festa Anadia Jovem, e gostava de saber se há um balanço já da participação e também da adesão que tem havido ao Cartão.----------

----- E queria-lhe fazer uma última pergunta, esta, se calhar, mais complicada de responder, mas que gostava que dissesse qualquer coisa, relativamente ao PDM e a uma providência cautelar que foi interposta, penso eu, pela QUERCUS. Queria saber, se puder dizer-nos qual é o teor dessa providência cautelar, os porquês e de que forma é que isso está a atrasar a entrada

em vigor do PDM, que todos nós tanto desejamos que ao fim destes anos todos esteja finalmente aprovado e a dar ferramentas para o nosso concelho se desenvolver. Muito Obrigado."----------

----- Para a terceira intervenção do Grupo Municipal do PPD/PDS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu ao Grupo, tendo solicitado que a iniciar a intervenção, o elemento do Grupo se identificasse. Passa-se, assim, a tentar transcrever na íntegra a respetiva intervenção de um dos elementos do Grupo Municipal do PPD/PSD:----------

----- "Muito boa tarde a todos. César. Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara e restantes membros desta Assembleia. A situação que me traz aqui é algo grave. Trata-se de um assunto de saúde pública passado em Avelãs de Caminho, por um terreno situado na Urbanização do Cértoma e no qual a Junta de Freguesia já tem, há vários anos, alertado a Câmara, por ofício, como verbalmente, desta situação. Trata-se de saúde pública porque, segundo me foi comunicado na última Assembleia de Freguesia, da passada sexta-feira, estiveram lá presentes técnicos da Câmara e no qual eu quero apresentar, também, o meu repúdio pelo mesmo. Como é que esteve presente técnicos da Câmara no local sem terem dado informação à Freguesia e terem dado informação a particulares.----------

----- Trata-se de uma situação também um pouco vergonhosa, uma vez que já solicitei a resolução do problema à Câmara Municipal de Anadia, como já tinha dito, por ofício como verbal, só que o problema ainda persiste. Ainda nada foi feito. A Senhora Presidente da Câmara, enquanto Vereadora, por duas vezes já me informou que havia projetos e eu pedi para mos apresentarem, que a Junta de Freguesia estava disposta a colaborar no problema, só que até agora nada me foi apresentado.----------

----- As pessoas que escolheram Avelãs de Caminho sentem-se indignadas e frustradas com esta situação. Pedia à Câmara Municipal de Anadia uma resolução urgente deste problema. A Junta está disposta a ajudar. É tudo."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa tarde a todos. Os meus cumprimentos a todos os presentes, sem distinguir em particular alguém. Tendo havido reunião, no passado dia dez deste mês, do Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro, um dos assuntos lá falados, como seria de esperar, era a passagem da gestão do Hospital para a União das Misericórdias. Portanto, foi-nos informado nessa reunião, na qual também esteve presente o colega João Nogueira de Almeida, de que essa passagem seria feita em janeiro. Uma vez que já temos vindo a ouvir dizer que seria no mês seguinte, ou no mês depois, ou no mês depois, estranhou-nos ser em janeiro, mas, de facto, foi essa a informação que tivemos. Eu venho por este meio perguntar se a Câmara tem alguma informação sobre isso, se recebeu alguma informação oficial por parte do Hospital, ou até por parte da União das Misericórdias. Obrigado."----------

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do

MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Grupo Municipal do PPD/PSD, apelando, uma vez mais, para a identificação do interveniente logo no início da intervenção. A referida intervenção, promovida por um dos elementos do Grupo Municipal do PPD/PSD, é a que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Sou Manuel Veiga, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima. Boa tarde a todos. São duas só referências. A referência ao local onde eu trabalho, e vou referir isto aqui porque, conforme todos sabem, foi instalado um novo Mapa Judiciário em Anadia, com o agrado de todos, com a colocação, embora, digamos, provisória, do Tribunal de Comércio. Queria fazer aqui duas referências bastante positivas, porque fui testemunha disso, estive de turno e na instalação desse mesmo novo Mapa Judiciário, e na instalação do Tribunal agora que superintende aqui Anadia, digamos que tudo correu de uma forma excelente. Agradecer, em nome de toda a gente que trabalha naquela casa, a forma simpática e a forma célere como a Câmara Municipal geriu os trabalhos de deslocalização dos processos de Aveiro para Anadia.----
----- Não queria deixar de referir aqui também, publicamente, o empenho que tiveram as Juntas de Freguesia, a União de Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis, Junta de Freguesia de São Lourenço, Junta de Freguesia de Arcos e a própria Junta de Freguesia de Avelãs de Cima que, prontamente, digamos, a uma chamada telefónica, que tínhamos que tirar de uma carrinha cerca de catorze mil processos, célere nesta resposta pronta. Um agradecimento público a estas Juntas de Freguesia, que colaboraram assiduamente e de uma forma inequívoca para que o Mapa Judiciário fosse instalado da forma que foi, de uma forma completamente diferente de alguns pontos do país, de uma forma ordeira e boa para que o Tribunal, neste momento, esteja já, não funciona na plenitude por causa de um programa informático, mas conforme a Senhora Presidente teve a amabilidade de visitar aquele Tribunal, está devidamente instalado e pronto a servir os cidadãos, que é isso que é importante. Aqui o agradecimento público que eu, em nome de todos os que trabalham naquela casa, aos meus colegas Presidentes e à Câmara Municipal.--
----- Segunda referência. Queria, também, e isso foi ventilado aqui na última Assembleia Municipal, de certa forma, a Senhora Presidente cumpriu o prometido, visitou a Freguesia de Avelãs de Cima, abordou os problemas e penso que dentro de uma normalidade e de uma calendarização iremos resolver aqueles problemas que lhe foram levantados."----------
----- Decorridas mais algumas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder às mesmas, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Deputado Rafael Timóteo começou por enaltecer a forma de divulgar os eventos, tirando partido, obviamente, de acompanhar a fatura da água com um folheto, um *flyer*, que permite aos cidadãos menos distraídos, ou mais atentos, poderem realmente também tomar conhecimento dos eventos que vão acontecendo e, portanto, este é mais um meio que nós procuramos, no fundo, atender e com custos mais reduzidos chegar a todos os agregados familiares para que possam, efetivamente, ter conhecimento do que pelo concelho vai acontecendo.----------

----- Semana Europeia de Mobilidade. Efetivamente tivemos algumas ações concertadas. Isto, no fundo, tratou-se de um desafio que foi feito pela própria União Europeia. Também dentro da CIRA todos concertamos, portanto, fomos praticamente, aqui a nossa Comunidade Intermunicipal, a única onde todos os concelhos efetivamente aderiram a estas iniciativas e, como tal, tal como foi divulgado, e vocês tiveram oportunidade de testemunhar, várias ações foram feitas, pequeninas ações. Algumas tiveram que ser canceladas porque realmente as condições climatéricas não o permitiram. E algumas destas ações integram-se, efetivamente, naquilo que é a vontade de podermos criar o dito plano da mobilidade. Portanto, não apresentámos o plano da mobilidade, mas apenas uma parte, ou uma ação daquilo que gostaríamos que integre o dito plano da mobilidade, o qual estamos também a elaborar.---------
----- Relativamente à Festa Anadia Jovem, não temos nenhum balanço muito exato, mas bastante positivo. Temos que avaliar algumas situações que correram menos bem, e essas, no fundo, temos que as corrigir numa próxima iniciativa, inclusivamente se pudermos antecipar a data, ainda mais no início do ano letivo, e pequenas questões. Da participação, muitos jovens estiveram presentes, digamos que talvez cinquenta porcento cinquenta porcento entre aquilo que foi a participação dos jovens detentores do Cartão e outros que efetivamente não tinham. Uns jovens e outros menos jovens, porque os menos jovens também tinham de pagar. Portanto, foi um balanço positivo e, como tudo, isto depende também do gosto do cartaz, ou das iniciativas que se possam trazer.----------
----- Relativamente ao PDM, a providência cautelar que foi interposta ao Município de Anadia continua ainda sem decisão final. Penso que brevemente teremos essa decisão, o que efetivamente se lamenta porque, quer queiramos, quer não, está em causa, no fundo, concluir este processo que alguém dizia que seria apressado demais, quando apressado ao final de dezasseis anos não tem nada de apressado. Portanto, carece, sim, e é uma vontade de todos, e que, como o Senhor Deputado disse, todos nós desejamos. Nós, não seremos todos nós, porque efetivamente há alguns que não o desejam. Querem, com certeza, algum impasse naquilo que é o desenvolvimento económico, social, habitacional, etc., do Município e, como tal, eu posso dizer apenas alguns de nós porque a QUERCUS, que é a entidade que, no fundo, representa e que interpôs a providência cautelar, hoje para nós, Município de Anadia, é bem claro que dessa ação fazem parte, ou, pelo menos, subscrevem, algumas pessoas do Município de Anadia.-------
----- Como tal, eu não posso dizer todos nós porque efetivamente alguns deles que estarão, também, a subscrever essa providência cautelar, desconhecendo, inclusivamente, as razões que os movem, mas, se calhar, no interesse particular, mais do que propriamente o interesse comum e do concelho.----------
----- Fico surpreendida com alguns nomes que aparecem nessa lista que foi presente ao Tribunal. Algumas dessas pessoas estão presentes nesta Assembleia e mais me confundo, ou me deixa algo surpreendida, quando, efetivamente, também algumas pessoas, ou pelo menos uma que tem responsabilidades políticas nesta Assembleia Municipal, e outrora, também, na execução deste mesmo documento, saberá, por certo, quais as *démarches* que têm que ser

feitas e, como tal, não se entende a subscrição desta providência cautelar.----------
----- Mas, como digo, vamos aguardar. Penso que muito em breve teremos uma decisão sobre aquilo que é, e em resumo, e no final, apenas eliminar, ou anular, aquilo que é o período da discussão pública do PDM.----------
----- O Senhor Deputado César Andrade falou muito pausadamente, tenho de reconhecer. Tentou, realmente, frisar bem a sua ideia e a sua mensagem, para uma situação que não disse aonde, até podia ter dito, porque eu, também, enfim, posso não estar, desde logo, a identificar o local exato. Eu, então, não ouvi. Depreendo que estaremos a pensar na mesma coisa, ou que eu estarei a pensar naquilo que o Senhor, efetivamente, se quis referir.----------
----- Uma vez que, como disse, eu enquanto Vereadora teria dito que havia alguns projetos, algumas ideias que podiam ser executadas, também obviamente o Senhor, enquanto Presidente da Junta de anteriores mandatos, também já o podia ter feito. Isto para lhe dizer o quê? Se quando se questiona sobre um determinado espaço, que alguém diz que é público, eu quero-lhe dizer que público, do domínio público municipal, também não será porque efetivamente a Câmara não tem esse registo dessa área desse terreno como fazendo parte do domínio público municipal. Esta situação integrou um projeto do loteamento já bastante antigo, com algumas décadas, e aquilo que diz no loteamento é que existem áreas de cedência, áreas de cedência que não se definem exatamente a quem, com exceção de alguma área para a Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho de então.----------
----- Portanto, também para lhe dizer que se o Senhor já foi reivindicando, isto por ofício e verbalmente, neste mandato até nem me recordo de o ter feito. Mas, é uma situação que estará em análise, a ser devidamente estudada pelo gabinete jurídico, para que possamos, efetivamente, de uma vez por todas, depreender de quem é a propriedade deste terreno, uma vez que ele não está registado no património público da Câmara, o que também algo estranho, uma vez que os próprios edifícios confinam, ou têm acesso imediato, a essa referida área. E, como tal, no fundo, faria até sentido que fosse espaço de logradouro, mas, com efeito, a propriedade horizontal também não o define como tal e terá de haver, obviamente, alguém que tem que zelar por esse espaço, porque não será obviamente a Câmara que irá tomar conta desse espaço, nem de fazer a respetiva limpeza, uma vez que os referidos proprietários fazem uso imediato, porque a portas de saída do prédio são também para esse espaço. E, aliás, o próprio depósito de gás também está instalado numa determinada área de terreno, também nessa área de terreno. Portanto, se está instalado numa área de terreno que é do domínio público municipal, também desconheço qualquer autorização para tal.----------
----- Portanto, como disse, é um assunto que está a ser analisado pelo nosso gabinete jurídico para, efetivamente, e com mais detalhe, avaliar o registo do mesmo terreno e avaliar, com certeza com alguém do prédio, ou condomínio – eu não sei quem é o condomínio -, mas que se possa encontrar uma solução que a todos possa satisfazer, a bem da higiene pública, porque também não penso que será assim desta gravidade de saúde pública porque, se não, o Senhor Presidente de Junta também já podia ter feito qualquer intervenção, uma vez que reconhece a

gravidade do mesmo.----------

----- A Dr.ª Jennifer, relativamente ao Conselho Consultivo, portanto à reunião que tiveram, da passagem do Hospital feita em janeiro, quero-lhe dizer que o Hospital pertence à Santa Casa. Como tal, a informação que eventualmente nos queiram fazer chegar, e eu digo isto porque nem todas as entidades têm esse empenho, e até esse respeito, será obviamente por parte da ARS, ou pela União de Misericórdias, a quem supostamente será entregue o referido Hospital. Falava-se já em maio do ano passado, depois passado dois meses e, portanto, este tempo tem vindo a ser adiado. Por mera conversa apenas com a ARS, também já seria no início deste ano. Depois, a União das Misericórdias também aquilo que me disse é que seria avaliada a transferência num pacote com outros Hospitais. Portanto, a negociação que estaria a ser feita não seria exclusivamente para a transferência deste Hospital, mas também de outros Hospitais que eventualmente pudessem passar para a União das Misericórdias. Portanto, como tal, não tenho ainda informação que vos possa prestar relativamente a esta situação.----------

----- Deputado Manuel Veiga. É evidente que quando fazemos bem todos gostamos desse reconhecimento. Penso que foi, o Senhor disse, e bem, um esforço conjunto, entre a Câmara e as várias Freguesias, que disponibilizaram recursos, humanos e equipamentos, para que efetivamente se conseguisse concretizar esta transferência de processos no mais curto prazo de tempo, dando resposta àquilo que teria sido solicitado. Já mais recentemente, foi solicitado também à Câmara a disponibilidade para ir buscar uns armários, ou outro equipamento para o Tribunal e, portanto, desde logo, dentro daquilo que for possível, e que, no fundo, possa viabilizar outras formas de que efetivamente o Tribunal de Comércio possa instalar-se como deve ser, ter os seus processos já arrumados. Porque eu tive oportunidade de verificar, quando fui ao Tribunal, que efetivamente os processos estavam ao monte em determinadas salas e careciam de arrumação, tendo, desde logo, questionado pelos armários, como é que o iriam fazer e se tinham armários para que tal pudessem vir a ser arrumados, se não, a Câmara também equacionaria a possibilidade desse apoio. Portanto, aquilo que nos foi solicitado foi a transferência de alguns armários do Tribunal para cá e, portanto, também essa colaboração foi prestada e penso que fomos eficientes e eficazes. Portanto, a todos tenho que fazer o justo reconhecimento.----------

----- Relativamente à Freguesia de Avelãs de Cima, fiz, como é óbvio, dentro do meu compromisso para com todos os Senhores Presidentes de Junta, sem nenhum de exceção, e, portanto, o Senhor solicitou e eu tive a oportunidade de constatar algumas situações que o Senhor referenciou e, como lhe disse, não pode ser feito tudo de uma vez, mas gradualmente vamos dando resposta àquilo que nos for possível."----------

----- Para responder à última inscrição do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhora Presidente da Câmara, eu só queria lembrar a Senhora para ser célere com o

assunto, porque a Senhora também não está a dizer uma coisa que é verdade, porque a Junta de Freguesia, o ano passado, mandou par a Câmara um ofício sobre uma proposta. A Junta de Freguesia é que ainda não teve resposta da Câmara. Portanto, essas palavras que às vezes a Senhora Presidente diz não correspondem bem à verdade. Eu posso-lhe mostrar o ofício que enviei o ano passado para a Câmara. Portanto, se tivemos resposta, ou não, o problema é da Câmara. A Junta ainda não recebeu qualquer resposta. Portanto, eu queria é que o assunto fosse tratado com a máxima brevidade possível porque a situação está vergonhosa e não compete à Junta de Freguesia, compete à Câmara resolver porque foi a Câmara que deu licença de habitabilidade do local e a obra ainda não estava concluída. É tudo."----------

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente da Junta, o Senhor diz que mandou um ofício. Tudo bem. Eu tomei posse no dia vinte de outubro de dois mil e treze. Situação vergonhosa e que a Câmara emitiu a licença de habitabilidade. São duas coisas diferentes. Uma coisa são obras de urbanização e outra coisa é licença de habitabilidade dos prédios em questão. Portanto, são situações diferentes e continuo a dizer, vamos analisar com o gabinete jurídico e se a Câmara efetivamente se se confirmar que aquele terreno é domínio público municipal, será devidamente registado e encontraremos uma solução, com os condóminos, obviamente, a quem depois competirá a manutenção do espaço."----------

----- Sem mais inscrições registadas para intervir no âmbito do ponto dois do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para informar o Plenário de que se encontrava à disposição dos Senhores Deputados, na bancada do pessoal administrativo de apoio à Assembleia Municipal, para consulta, a pasta com correspondência respeitante ao período que mediava as duas sessões da Assembleia Municipal.----------

----- Prontamente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia e, de imediato, também, deu entrada no período da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um, "*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA*". Para introduzir o assunto, passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente a esta informação, como é óbvio, é uma informação resumida das principais ações que foram sendo executadas, a nível das obras, e outras nos vários setores, desportivo, cultural, social, a parte da educação, etc., e, como tal, dando conhecimento das inúmeras ações que foram acontecendo. E, desde logo, muitas outras se poderiam acrescentar, mas entendemos indicar aqui, e tal como se indica no documento, as mais relevantes, pelo que, neste momento, nada mais tenho a acrescentar e, portanto, coloco-me à disposição, caso assim o entendam, qualquer esclarecimento sobre o referido documento."----------

----- Uma vez iniciado o período de discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Então, muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara. Henrique Fidalgo, Grupo parlamentar do PSD. Relativamente a esta apreciação de informação que nos foi transmitida, eu gostava de focar a minha intervenção na questão do turismo.----------

----- Eu penso que nós somos obrigados a reconhecer que das poucas formas que temos para atrair ao nosso concelho visitantes que consigam acrescentar mais valor aos nossos agentes económicos locais será através da valência das Termas da Curia, que sofreram no último ano uma grande requalificação de vários milhões de euros.----------

----- Mais uma vez, esta Câmara Municipal não consegue perceber que os investimentos e infraestruturas não bastam para produzir efeitos positivos na economia local. Pergunto: como é que é possível que nos meses de verão a Curia não tenha tido uma agenda cultural dignificadora.----------

----- Tudo isto muito estranho, uma vez que a Câmara já começa a ser reconhecida como grande organizadora de festas e noitadas, e que bem as podia fazer na Curia, e com isto ajudar ao desenvolvimento económico das unidades hoteleiras, do comércio, da restauração, que tantas dificuldades estão a passar.----------

----- O PSD sempre defendeu que o turismo, na nossa realidade local, o enoturismo, o turismo desportivo e termal, deveriam ser uma prioridade e demonstramos mais uma vez a nossa total disponibilidade para colaborar na definição de uma estratégia que resulte em proveitos múltiplos para o concelho, até porque entendemos que esta matéria alcança questões suprapartidárias. Obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Artur Salvador. Senhora Presidente, deixe-me falar-lhe desta sua comunicação. É resumida, eu diria, muito resumidinha, não só na maneira como expõe os assuntos, mas, também, naquilo que decide colocar nesta comunicação. Vale o que vale. Acho que a Senhora Presidente não perdia nada em informar mais qualquer coisa. Eu já fiz referência a isso noutras sessões e, portanto, não tem passado. Portanto, temos que nos contentar com estas linhas que nos são disponibilizadas.----------

----- A Senhora Presidente nesta comunicação fala aqui do Cartão Anadia Jovem, e bem. Portanto, já há algum tempo que ele foi lançado. Já há duas ou três iniciativas de promoção deste Cartão e já justificava um pequeno relatório da sua eficácia. Portanto, lembro que até ao final do ano o Cartão não tem nenhum custo, depois terá, e, portanto, seria importante, não como uma forma crítica, mas uma forma de perceber se esta medida está a ser tida de sucesso,

ou não, porque me parece que nesta fase, pelo aquilo que nos é dado a perceber, tanto o indicador de avaliação na Feira do Vinho e da Vinha, com entradas com valor reduzido, e a Festa do passado fim de semana, em que os portadores do Cartão Anadia Jovem não pagavam, me parece, até porque, conforme a Senhora Presidente disse, que os dados finais da avaliação do evento recente do passado fim de semana ainda não estão disponíveis, mas me parece que a coisa andará ali muito diminuídazinha.----------

----- Relativamente, e permita-me repescar este assunto do ponto anterior, a Pista de BMX se ainda continua em análise, fico muito agradado com isso, porque, e ainda bem que a Senhora Presidente reformulou aquilo que transmitiu na reunião de Câmara, porque é sempre bom saber que de facto o dinheiro público é bem empregue e não fica pela metade e, eventualmente, perde capacidade de agilização quando eventualmente falha um apoio financeiro ou a capacidade de o envolver nalgum benefício.----------

----- É com agrado que vejo aqui, relativamente a Sangalhos, que de facto a empreitada que vai terminar a parte do arruamento, uma parte envolvente do complexo desportivo de Sangalhos, vai arrancar. Portanto, também era uma promessa eleitoral que já tardava em ser concluída e, portanto, acho bem que a Câmara tome esta decisão. Só tenho pena que o faça numa época em que eventualmente entramos em outono inverno, com probabilidade de chuvas, e que, eventualmente, isso possa criar aqui algum constrangimento e a obra possa não vir a ser terminada, conforme está em calendário, e possa demorar mais tempo que isso.----------

----- Uma chamada de atenção, também, para os vários processos jurídicos que aqui fazem referência. Um largo número deles, mais de meia dúzia, são violações constantes de PDM. Portanto, interessaria aqui perceber o que é que se passa e porquê estes processos nestas condições.----------

----- Também dos processos jurídicos, gostaria de obter mais alguma informação, porque há aqui um processo antigo, de dois mil e dez, que é a impugnação de um concurso de recrutamento de pessoal, de dois mil e dez. Não se percebe. Estamos a chegar, daqui a nada, ao final de dois mil e catorze, e porquê deste processo ainda se arrastar nestas condições.-------

----- E, também, envolvendo o Velódromo Nacional, aqui uma prorrogação de prazo, um pedido indemnizatório da ACA, portanto, a que é que se deve este pedido indemnizatório, que obra é esta, o que é que está em causa. E para já era só. Muito obrigado."----------

----- Para responder às intervenções feitas pelos Senhores Deputados Henrique Fidalgo e Artur Salvador, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, que referenciou, por um lado, entendi eu, uma nota positiva daquilo que seria aquilo que se deseja para o turismo e, portanto, para a Curia, mas nós não podemos dizer que o turismo se restringe à Curia, como é óbvio. Se estamos a falar em termas, temos que defender a Curia e temos que defender o Vale da Mó. Portanto, são as duas termas que possuímos e que cada uma delas, com a sua realidade,

importa preservar e dinamizar.----------

----- Quando falou nos grandes investimentos de infraestruturas, a perceção que nós temos, e porque ouvimos as pessoas, quer dos potenciais interessados, nomeadamente da indústria hoteleira e do comércio, obviamente, e até dos residentes, e estamos a falar essencialmente na Curia, todos, no fundo, elogiam e agradecem a requalificação que foi feita na Curia. Agora, não cabe só, obviamente, à Câmara essa promoção e essa dinamização, nomeadamente cultural. Que eu às tantas estava a pensar, no fundo, estava-me a falar numa carteira de eventos culturais como forma de atrair turistas. Bom, essa carteira, ou essa agenda cultural, pode atrair muita gente que, obviamente, dinamiza ali um bocadinho o comércio local e os bares, etc.. Agora, não será propriamente o determinado público que frequentará os hotéis, ou ficará nos hotéis, pelo menos, assim creio.----------

----- Agora, concordo quando se fala na necessidade de um programa, efetivamente, cultural e diversificado, e não só noitadas e festas de arromba, para a Curia, porque convenhamos que também as pessoas que vêm para as Termas da Curia também querem o seu sossego. E, como tal, tal como o Senhor Deputado ainda há bocadinho o Sidónio dizia que aqui bem próximo incomodava a música ao vivo, o mesmo se passa na Curia, nomeadamente nas pessoas que frequentam aqueles hotéis, que vêm para uma zona de repouso e, portanto, também querem alguma qualidade de vida no que toca ao sossego e, como tal, também não desejam determinadas atividades, pelo menos, ruidosas.----------

----- Mas há outro tipo de atividades culturais que efetivamente se podem promover, porque a cultura, obviamente, é diversificada, e, portanto, é um programa que importa desenvolver. O próprio turismo, que no próximo ano, e com mais certeza, se afastará um bocadinho deste programa e, praticamente, delegará no Município, porque efetivamente todos os anos vem delegando um bocadinho essa responsabilidade, e dizendo vamos fazer e, portanto, entre a Câmara e a própria Junta de Freguesia, da União de Freguesias, todos tentamos, e estamos sempre um bocadinho à espera, que aconteça algo da parte do turismo, o que tem vindo a ser adiado e penso que no próximo ano essa situação, provavelmente, deixará de ter o apoio direto por parte do Turismo de Portugal, uma vez que o seu programa estratégico e de intervenção na área do turismo terá outra abrangência.----------

----- Como tal, caberá a nós, obviamente, Câmara, articulando com a União de Freguesias, e com o Senhor Presidente da Junta, estabelecer um programa, como disse, de atividade cultural diversificada, porque temos espaços, e passamos a ter, com certeza, cada vez mais, para que outros eventos possam acontecer na Curia e, portanto, possa ser abrangente a todas as idades e, no fundo, responder a todos, de uma forma positiva, uma vez que os próprio bares também têm condições para que possam estabelecer os próprios programas de animação. E, tanto quanto sei, alguns fazem e temos inclusivamente estabelecimentos, recentemente inaugurados, e que me apraz verificar a forma como dinamizam, a forma como empreendem determinadas iniciativas e que, no fundo, são louváveis e têm tido uma resposta positiva de todos que acedem e, portanto, são um bom exemplo para todos os outros que têm os seus comércios, ou

outras atividades comerciais na própria Curia, seja de restauração, também, ou seja os próprios bares. Portanto, como tal, o Turismo Centro de Portugal dava esse apoio e, basicamente, deixou de o fazer.----------

----- Este ano, e falamos na Curia porque foi o que referenciou, em termos de animação cultural tivemos algumas atividades, ou alguns eventos, um bocadinho programadas em cima da hora, uma vez que foi quando nos apercebemos que não iria haver apoios, nem o Turismo iria avançar para essas ações, e, portanto, entre nós e a Junta de Freguesia, que em boa hora aceitou ser nossos parceiros nas poucas iniciativas que, mesmo assim, se conseguiram implementar.----------

----- Relativamente à promoção das termas, bom, a promoção das termas, obviamente, é muito mais do que isso, é muito mais do que uma promoção cultural e é isso que é a aposta do próximo plano estratégico para o turismo, que estamos a desenvolver e que, no fundo, aquilo que pretende é relançar a marca Curia. Não esquecendo, obviamente, que o turismo tem outra abrangência e, como tal, estamos a trabalhar noutros projetos e noutras ações, ao qual o Turismo de Portugal também se quer associar, nesta vertente do que é o turismo desportivo, que reconhece no Município de Anadia, com capacidade para as colher e, portanto, acreditamos que, se por um lado, pode deixar de haver apoio nalgumas iniciativas, pode apoiar outras, pelo menos, neste setor e, assim, compensar alguns outros investimentos que se possam realizar.---

----- Quanto ao Deputado Artur Salvador, relativamente ao Cartão Anadia Jovem, já percebi que dos planos temos que passar para os relatórios. Mas, vamos ver se conseguimos dar uma informação mais detalhada, pelo menos, do número de jovens que neste momento dispõem do Cartão Anadia Jovem, um número mais exato, porque ultrapassa, já, os mil e duzentos, se não me engano, com todos os aderentes a este Cartão Anadia Jovem, que se calhar nem precisa de ter relatório, uma vez que no *site* da Câmara ter, inclusivamente, essa informação.----------

----- Há coisas que não se podem, nem se conseguem, escrever, ou transcrever o sucesso que as mesmas representam. Porque, se há iniciativas, como foi atribuir as entradas gratuitas para a Feira da Vinha e do Vinho aos nossos jovens, ou a esta Festa Anadia Jovem, na Feira cinquenta porcento e agora a entrada gratuita na Festa Anadia Jovem, o certo é que o Cartão é muito mais abrangente e, portanto, não é só para festas, nem só para esse tipo de atividades que ele é uma mais valia, mas também noutras áreas que, conhecendo o regulamento, vocês podem ter conhecimento, e disso mesmo nos fazem chegar as opiniões dos próprios encarregados de educação que dizem, em boa hora o meu filho tirou o Cartão porque já teve oportunidade de ter outros benefícios, não só ao nível do comércio, como no dentista, etc..------

----- E, como tal, é difícil, realmente, fazer um relatório do sucesso desta iniciativa, ou transcrever, com rigor, o sucesso desta iniciativa, uma vez que esse mesmo Cartão é muito mais abrangente. E, portanto, o resultado tem sido francamente positivo. E disso mesmo é para nós importante esta mensagem que nos chega, e como disse, pelos próprios encarregados de educação, pelos pais, e também pelos próprios aderentes, que alguns surpreendem, efetivamente, até pela atividade que desenvolvem, aos quais nós nos questionamos como é

que, de certa forma, isto pode responder a uma procura dos jovens. E quando menos esperamos, efetivamente, eles dão-nos a solução, a nós, ou pelo menos a resposta, porque a solução essa dão-na aos jovens.----------

----- Sobre a Pista de BMX, penso que não tenho mais nada a acrescentar. Só não entendi porque o Senhor afirmou que eu tinha reformulado aquilo que disse na reunião de Câmara. Eu aqui não reformulei exatamente nada, portanto, não entendi o que é que quis dizer com isso. Nunca disse que a Pista de BMX não ia ser construída, disse, sim, que a seu tempo daria conhecimento desta mesma situação, ou de outros fatores que possam estar em causa.---------

----- Sobre o pavilhão de Sangalhos, as empreitadas que decorrem é no tempo em que é possível. Portanto, elas são lançadas quando existe disponibilidade financeira. Tudo corre no seu tempo e, portanto, quando é possível, mas nada daquilo que está adjudicado impede na atividade normal do pavilhão, sendo certo que, e para que não se confunda, dessas empreitadas, estamos a falar apenas dos arruamentos, uma delas, e outra que é na construção dos acessos e passeios ao próprio pavilhão. Uma vez que estava a falar aí no inverno, e nessas coisas, existe uma grande área, ainda, sobrante, e envolvente ao pavilhão de Sangalhos, que necessita, obviamente, de outro tipo de intervenção, mas que não está enquadrada nestas empreitadas, nem no orçamento que colocámos à disposição."----------

----- Uma vez apresentados os esclarecimentos por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, que fez a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa tarde, novamente. Eu venho só esclarecer aqui uma situação que penso que o Deputado Artur Salvador se enganou, no que diz respeito aos processos judiciais, e nomeadamente de um que foi interposto por impugnação do procedimento concursal para recrutamento do pessoal aberto em dois mil e dez. Ora, o processo não é de dois mil e dez, é de dois mil e onze, porque o número que antecede o número de processo oitocentos e quarenta e quatro barra dois mil e onze, sendo onze, a data de ano de entrada do processo.----------

----- E, já agora, aproveito para esclarecer, para caso para quem não saiba, estes processos não decorrem muito bem da vontade das partes, ou dos autores, ou dos réus, ou dos requerentes, mas muitas vezes por parte dos próprios Tribunais que não dão andamento aos processos. Porque, se assim fosse, e a Câmara tivesse inteira responsabilidade pela demora do processo, há aqui um muito anterior a esse, de dois mil em oito, em que é exequente a Câmara Municipal e também não está findo. Ora, se a Câmara é aqui exequente, claro teria todo o sentido a Câmara em apressar este processo. Mas não cabe à Câmara apressar processos e daí este meu esclarecimento. Muito obrigado."----------

----- No seguimento da intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que apresentou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----

----- "Se me permite, passou-me esta resposta relativamente aos processos que referenciou. A

Senhora Deputada Jennifer já deu algum esclarecimento e, portanto, penso que já está claro. E relativamente a alguns números que referenciou, pois os processos são muitos e, obviamente, alheio à nossa vontade, tomáramos nós, Município, que estes processos se fossem despachando, mas é assim que está a nossa justiça. Está fora de *Citius*, portanto, é conforme está.----------

----- Mas, também se pode aperceber é que desta listagem, contei-os agora assim um bocadinho à pressa, mas quase quatro, cinco, no fundo, digamos que temos aqui como autor a QUERCUS. Portanto, quase que diria que é quase uma perseguição. Mas, como vê, os processos avolumam-se e vocês saberão, com certeza, porque é fácil para a QUERCUS, obviamente, levantar todos estes problemas e estes processos em Tribunal.----------

----- Quanto a um problema, ou sobre um processo que o Senhor levantou, relativamente ao Velódromo, decorre normalmente o processo. E eu digo normalmente, porque também é assim que estamos, o processo tem vindo a ser adiado desde há cerca de dois anos, pelo menos, que as testemunhas vêm sendo notificadas e de todas as vezes vem sendo adiado. Portanto, trata-se de um processo em que o próprio empreiteiro colocou à Câmara, no fundo, sentindo-se o empreiteiro com direito a uma indemnização, a qual, obviamente, o Município contesta e, como tal, arrasta-se no tempo e, de certa maneira, compromete, inclusivamente, e se bem que vocês já puderam ter essa noção, até consta dos relatórios do próprio auditor da Câmara. Portanto, aguarda como tantos outros que tenha, obviamente, a sua resolução final."----------

----- No seguimento do esclarecimento apresentado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente a este ponto, tenho algumas abordagens a fazer à Senhora Presidente da Câmara. Na forma como estrutura o relatório, parece-me cada vez mais importante, efetivamente, fazer uma divisão entre as questões estruturais e as questões ambientais, até porque nós fomos a semana passada congratulados com os prémios da entrega dos galardões Eco vinte e um e, mais uma vez, o concelho de Anadia fica de fora. Lembro-me de ter questionado a Senhora Presidente, aqui há uns meses atrás, sobre os projetos que o Município tinha neste âmbito, na medida em que era uma mais valia para o próprio Município. Quando às vezes fazem as comparações com os outros Municípios, eu acho que era importante nós também fazermos as comparações neste âmbito e neste tipo de prémios.----------

----- Queria falar, também, da questão das águas. Subsistem, prevalecem, mantém-se os problemas e eu tenho estado a escutar, porque é uma das funções que também tenho como autarca em termos da Freguesia, tenho tido o cuidado de questionar os próprios recursos humanos que estão afetos a estes serviços, porquê, por que é que esta situação se mantém, por que é que este cenário persiste. E cheguei a duas conclusões, que é, das duas uma, ou há aqui problemas na qualidade do equipamento, ou há aqui problema na competência dos serviços, isto é, nas ordens e nas formas como as coisas são realizadas. Portanto, de outra

maneira, os problemas, em princípio, não persistiriam.----------

----- Outra questão tem a ver com os pólos escolares. Nós sabemos que a Senhora Presidente tomou e afirmou na última Assembleia que poderiam não estar reunidas as condições para a abertura dos pólos escolares. No entanto, faz parte do seu relatório de atividades da Câmara, durante este período foram concluídas as empreitadas referentes a, e no terceiro ponto diz o Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho, vias municipais e infraestruturas e obras complementares.----------

----- Se me permite, eu passo a citar as suas palavras da última reunião, que estão proferidas na ata número trezentos e nove, na página trinta e dois, na linha dezanove, «…Permita-me só voltar um bocadinho atrás, para tranquilizar os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados, nomeadamente das Freguesias de Avelãs de Cima e Avelãs de Caminho, embora estejam aqui a representar todo o concelho, que o Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho, enquanto obra, a parte de construção civil e todo o equipamento inerente ao funcionamento deste Centro Escolar, está adquirido, está pronto a ser posto em funcionamento e, portanto, sobre isso não restam dúvidas. Portanto, a única questão que nos pode prender, eventualmente, é sobre a questão dos arranjos exteriores.»----------

----- Efetivamente, é público, está nos *sites* das entidades próprias, portanto, o concurso para os arranjos exteriores foi a um de julho. Mas também aparece, a dezoito de agosto, a aquisição dos estores, por exemplo; a dois de setembro, o ajuste direto para os equipamentos de hotelaria e restauração. Afinal, não estava efetivamente tudo pronto. E, portanto, é difícil nós percebermos estas questões.----------

----- E, depois, também porque vou ter hoje uma Assembleia de Freguesia, e foi-me colocada a questão na última Assembleia perante um Deputado eleito pelo MIAP, não tinha ideia em que situação estava a obra, mas face à informação que lhe foi transmitida, quer por mim, porque vim aqui da Assembleia, quer pelo Presidente da Junta, que está aqui presente e pode confirmar, que lhe parecia que em dois meses a mesma podia ser terminada. Contudo, não se admira que possa demorar por estar a ser dirigida por uma entidade pública. Se esta não for terminada, ou não há boa vontade, ou não há incompetência. Portanto, eu hoje vou ter Assembleia, de certeza que ele me vai perguntar relativamente a este caso e eu gostava de ter uma resposta para lhe poder dar relativamente a este processo, e nós também gostaríamos de perceber, afinal, o que é que falhou no meio deste processo todo.----------

----- Porque, efetivamente, também é desagradável para os pais, para as crianças, para as pessoas, estarem a contar com um tipo de situações e depois vão ter que… E a Senhora Presidente teve o cuidado de visitar as escolas, a semana passada, teve o cuidado de falar com os professores, e ouviu da parte dos professores, também, que inclusivamente tinham preparado o ano letivo para turmas mais pequenas em função da abertura destas estruturas. Portanto, face a estes condicionalismos todos, eu gostaria de ouvir qualquer coisa também sobre isto.----------

----- Depois, a questão da comunicação. Efetivamente, a Senhora Presidente, na altura quando

foi colocada a questão da qualidade da informação prestada na página do Município, disse que a Câmara estava a preparar um novo *site*. O novo *site* apareceu, só que, o *site* é bonito, mas não é prático, quer em termos de processo, quer em termos de conteúdos. Mantém-se os problemas que tinha o *site* antigo e ele não é tão intuitivo, efetivamente, como era o antigo. Portanto, era só este tipo de considerações, para já. Muito obrigado."----------

----- Para responder às considerações expostas pelo Senhor Deputado, José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente às questões do ambiente que falou, e sobre os galardões, falou aí que já tinha questionado uma vez e eu penso que aquilo que falámos foi relativamente ao programa Eco Escolas. E eu, na altura, aquilo que lhe disse é que efetivamente o Município já tinha aderido a esse programa do Eco Escolas. Portanto, penso que foi aquilo que foi referenciado neste projeto.----------

----- Mas, como nem tudo se pode fazer de uma vez só, obviamente que vamos dando passos significativos nesta matéria, que é também muito vasta, esta questão do ambiente, e transversal, e, como tal, também vos vamos dando conta, através de algumas iniciativas que vamos tomando parte, quer seja da adesão ao Pacto de Autarcas, quer seja a outro ponto que mais à frente, no fundo, os Senhores poderão apreciar e avaliar, sendo certo que todos estes programas, que são um compromisso da própria autarquia quando os assume e quando os assina, também deles fazem parte algumas ações que a própria Comunidade Europeia as propõe e, também, alguns Fundos Comunitários que supostamente dizem que irão estar acessíveis para estas iniciativas. E eu digo dizem, porque muito se fala e ainda pouco se conhece, nalguns eixos, efetivamente, mas ao pormenor não é ainda claro todas as iniciativas, nem os regulamentos que estarão à disposição e muito menos as verbas que os irão afetar.-----

----- Relativamente ao problema das águas, penso que se refere ao abastecimento público e, portanto, às roturas. Penso que será essa situação. E quando disse que já tinha tirado as suas conclusões das duas uma, portanto, acho que ainda não tirou, tem duas supostas conclusões. Que as duas se podem validar. Uma, a qualidade dos equipamentos, porque efetivamente alguns já têm bastante tempo na sua colocação, nomeadamente das condutas. E outra tem inclusivamente, e falando em concreto na freguesia de Avelãs de Cima, que ainda no ano passado, ou há cerca de dois anos, nós substituímos grande parte dos ramais e passado pouco tempo tivemos que fazer segunda intervenção porque o tubo que supostamente estaria certificado deu problemas e teve que ser retirado e devolvido à própria empresa para que tal, no fundo, fizesse a sua substituição.----------

----- Portanto, estes problemas também acontecem e, no que toca ao equipamento, e estamos a falar na substituição dos ramais, é um facto. Como também as nossas redes, são redes que começam a ficar obsoletas, e estando num período em que estamos em fase de conclusão daquela dita candidatura, do sistema de abastecimento de águas residuais ao concelho de

Anadia, dos tais onze milhões e tal, que foi exclusivamente aplicado na rede de saneamento, digamos que agora há situações onde praticamente necessitávamos de ter um reforço de verbas para que pudéssemos começar a investir na substituição de muitas das redes.----------
----- Gradualmente, e intervenções profundas, vamos fazendo, sobretudo em locais onde os próprios pavimentos carecem de intervenção mais profunda, e aí, obviamente que acabamos por, desde logo, substituir as condutas e ao ramais e toda a rede inerente, como acontece, por exemplo, aqui em Anadia, numa obra que estamos a iniciar, na Sampaio Alegre, se não me engano, em que tudo é feito de novo. São investimentos largos e, portanto, que carecem de fundos, que a Câmara não tem obviamente disponibilidade para atender a todos e vai colmatando todas essas falhas que vão existindo na rede.----------
----- E, desde logo, também para vos dizer que temos muito menos recursos humanos do que tínhamos há uns anos atrás e com menos recursos humanos temos hoje muito mais rede de água e, então, a rede de saneamento duplicou, ou triplicou. E, portanto, com menos recursos humanos não conseguimos, efetivamente, chegar a todo o lado e acontece, e temos de reconhecer, que por vezes em emergências, os nossos, funcionários, no fundo, vão apenas colmatar a situação, quando, desde logo, aquilo que se exigiria era a substituição na globalidade dos ramais, ou de uma grande extensão de rede. E, como tal, temos recorrido a alguns ajustes diretos, com empreitadas, ou serviços, para que efetivamente tenhamos gente que possa andar mais no terreno e, portanto, ir eliminando essas ditas roturas.----------
----- Relativamente ao Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho, eu não me esqueço daquilo que foi falado na última Assembleia. E aquilo que disse é que efetivamente a obra estava concluída e, portanto, os equipamentos estavam adquiridos naquilo que era o compromisso e aquilo que era exigido em termos de candidatura aos Fundos Comunitários.-----
----- Desde logo, em julho ainda, e no âmbito daquelas intempéries que tivemos aquela acumulação de gelo, tivemos alguns problemas no Centro Escolar que exigiu a substituição de algumas situações, portanto, articuladas, obviamente, com o empreiteiro, porque também estava ainda dentro do período da receção e, como tal, tivemos que também exigir algumas responsabilidades ao próprio empreiteiro.----------
----- E, havendo esta situação, em paralelo podíamos efetivamente abrir a escola sem os estores, mas entendemos que, apesar de não fazer parte da candidatura e a Câmara assumir do seu orçamento, colocou os estores, assim como adquiriu o equipamento de hotelaria porque, desde logo, e articulado com os Centros Sociais, quer de Avelãs de Cima, quer de Avelãs de Caminho, que irão fazer o apoio, quer nas refeições, quer no acompanhamento, a dita CAF, e quem sabe até do ATL, será do entendimento das Instituições, obviamente que o desejável era que as refeições fossem servidas no próprio Centro Escolar, que não valeria a pena um grande investimento em termos de hotelaria, porque as refeições não iriam ser confecionadas lá, porque não havia recursos humanos para o efeito e, como tal, adquirimos aquilo que era o indispensável para que tal pudesse vir a funcionar.----------
----- E é isto que o Centro Escolar, ou os Centros Escolares, são para nós. Muito mais do que

edifícios, muito mais do que paredes, têm que ter o complemento daquilo que entendemos ser necessário e que pode ser viabilizado, o que, de resto, não aconteceu, com certeza, com as transferências de outros alunos de algumas escolas que foram sendo encerradas, e que foram transferidas para outro estabelecimento, em que não houve, sequer, a preocupação se efetivamente o mobiliário era adequado, se os transportes estavam garantidos, se os computadores existiam, como existem hoje nos Centros Escolares, os quadros interativos, e por aí fora.----------

----- Portanto, são todas as condições possíveis que se podem instalar no Centro Escolar, à semelhança daquilo que já foi feito com o Centro Escolar de Arcos, ou ainda melhor, ou no Centro Escolar de Paredes do Bairro. Como tal, reunidas todas as condições, e entendendo nós que, enfim, está quase no perfeito, porque nestas coisas nem tudo fica perfeito, comunicaremos ao Agrupamento que, desde logo, fará essa articulação com a Câmara na transferência das turmas, sendo certo que não é a Câmara Municipal que faz a constituição das turmas.----------

----- E isto, também, para vos dizer que em vinte e seis de junho, comunicámos, desde logo, também à Direção Regional, e ao Agrupamento, que não havia condições. Aliás, isto foi dia vinte e seis, já tinha sido essa situação colocada, e reforçada a cinco de agosto, informando a DGEST e o Agrupamento de Escolas que os Centros Escolares não tinha as condições necessárias para que pudessem ser abertos no início do ano letivo. Como tal, se o Agrupamento teve orientações diferentes, à revelia daquilo que a Câmara tinha transmitido à DGEST, a eles lhes cabe essa responsabilidade, uma vez que tiveram também orientações para a constituição das turmas, como se os Centros Escolares fossem abrir. Tanto quanto sei, havendo a possibilidade de o Centro Escolar abrir, aquilo que me foi dito é que, neste momento, as turmas tal como estão constituídas, seriam transferidas tal como estão em funcionamento, das diferentes escolas para o pólo escolar e, portanto, daí não haverá qualquer agitação, ou mudança de professores, ou dos alunos para outros professores."----------

----- Finalizada a resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, e sem ter mais inscrições para intervir no âmbito da discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por encerrado.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Salubridade, Higiene e Limpeza Pública, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------

----- Apresentado o ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do assunto, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Esta é uma proposta de regulamento que teve a aprovação por parte do Executivo Municipal. Desde logo, carecia de alguma regulamentação e definição sobre alguns serviços e, portanto, este regulamento veio permitir perceber melhor o que entendemos por cada um dos resíduos, o serviço inerente aos mesmos, os locais de deposição e, desde logo, também

estabelecer os direitos e deveres, não só da entidade gestora, como também dos próprios utilizadores.----------

----- Obviamente, não inventamos aqui nada de especial. Portanto, olhando à nossa realidade, incluímos, para além dos resíduos urbanos, a recolha e o transporte dos óleos alimentares, a questão do RCD´s, que é tão importante e que a todos preocupa. E, como tal, também importante o tarifário e as coimas. E isto porquê? Porque também neste regulamento, que eu acho de todo importante, e compreenderão porquê, era de facto termos em regulamento uma definição sobre aquilo que é a necessidade da limpeza urbana e a definição da limpeza em servidões, ou em terrenos privados, e as responsabilidades que cabe a cada um.----------

----- E, como tal, exige-se, cada vez mais, uma fiscalização mais ativa, mas, desde logo, tem que estar sempre associado algumas punições, sob pena de as pessoas, efetivamente, não entenderem a mensagem que lhes chega e que, no fundo, já devia ser mais que evidente para todos, que devíamos defender o ambiente e, portanto, isto também são pequenas questões, mas associadas ao ambiente, elas são mais que importantes e, desde logo, ficam definidas regras que consideramos essenciais para que a fiscalização possa efetivamente atuar.----------

----- De resto, genericamente, é aquilo que posso desde já referenciar. Todos tiveram a oportunidade de reler e que, curiosamente, também, onde se fala aqui no serviço de gestão de resíduos urbanos, quase que é um contrassenso com as políticas que entretanto decorrem, no que toca à privatização das entidades gestoras e exploradoras do sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos, portanto, que carece, também, com certeza, de alguma intervenção por parte do Município de Anadia."----------

----- Iniciado o período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu não aprofundei muito, até para não complicar o regulamento, mas há aqui algumas questões que eu gostava de levantar, a ver se era possível, ou se acham que é alguma melhoria. Primeiro, apresentam-nos dois regulamentos, que é uma coisa interessante, um, no primeiro, tem lei habilitante, outro não. Continuamos com a falha da lei habilitante, uma coisa que eu já chamei mais que uma vez à atenção, porque depois o regulamento da criação do Conselho Municipal, o artigo primeiro, é a lei habilitante.----------

----- Depois, em relação às definições não tenho muito. Tenho aqui duas ou três situações. No artigo décimo quarto, diz que é da responsabilidade do Município. Todos os regulamentos que eu consultei, havia um serviço para onde a pessoa telefonava, para não estarem a telefonar para a Câmara e depois endereçar, normalmente explicitam logo qual é o serviço onde devem ligar. Não pondo cá o número, como é lógico, mas qual é o serviço responsável pela recolha dos resíduos e equipamentos elétricos e eletrónicos, principalmente estes que depois são depostos na rua, se não forem bem combinados, atrasam.----------

----- Depois, este artigo também não define claramente de quem é a responsabilidade do

transporte e do acondicionamento do resíduo, para o colocar acessível à via pública. Quem ler isto, parece que os funcionários da Câmara vão lá a casa transportar o resíduo. Eu acho que devia ser aqui esclarecido que a pessoa tem regras para o colocar. Deve-o colocar num sítio acessível ao transporte, sob pena de qualquer pessoa achar que lhe vão buscar o resíduo a casa, a máquina de lavar, ou uma coisa assim, que lhe vão buscar a casa.----------

----- Depois, no artigo décimo quinto, eu acho que devia ficar claro – o décimo quinto é essencialmente com os resíduos da demolição que tem a ver com as obras não licenciadas -, mas acho que devia ficar claro no artigo primeiro o que diz a lei sobre os RCD's, que diz que os empreiteiros e os promotores das obras que produzem entulhos são responsáveis pela sua remoção, valorização e eliminação, nos termos da lei.----------

----- E, depois, há aqui outra coisa que também não está e que é muito importante, principalmente de inverno. É que a limpeza dos rodados parece que não é muito importante, mas os resíduos, principalmente nas obras de alguma envergadura, ou em qualquer obra, de inverno, os rodados sujam as ruas todas, depois sujam os carros todos das pessoas que vão a passar. Eu acho que a pessoa responsável dos resíduos, ou quem vai tratar os resíduos, deve ser responsabilizado pela lavagem dos pneus para entrar na via pública, pelo menos nas alturas em que isso pode prejudicar a via pública.----------

----- Depois, este artigo também, o artigo décimo quinto, dos regulamentos que eu vi, quase todos elencam uma série de sítios, pelo menos os sítios onde não devem ser colocados resíduos, ou descarregados, e aqui não me aparece em lado nenhum, no regulamento todo, elencada essa situação.----------

----- No artigo décimo sétimo, eu acho que, por uma questão, e até porque vamos assinar, pelo menos está aqui uma proposta de assinatura de um documento que também tem a ver com a componente ambiental, se devia deixar aqui em aberto, até para tentar forçar um bocadinho, a possibilidade de, nos resíduos verdes, até porque estamos numa zona essencialmente rural, prever a possibilidade de utilizar compostores familiares. Porque deixarmos isto em aberto, é deixar a possibilidade de todas as pessoas que cortam a sua relvinha no jardim, ou que limpam qualquer coisa, irem colocar. E acho que nós devíamos aqui privilegiar a possibilidade de as pessoas fazerem a compostagem nos próprios terrenos, quem os tem, como é lógico, mas quem tem áreas, podia fazer a compostagem. Aliás, isto em qualquer país é obrigatório, os resíduos verdes, a pessoa fazer a compostagem, desde que tenha parcela para isso, como é lógico.-------

----- Depois, ainda aqui em relação às taxas e tarifas, o regulamento, embora a Senhora Presidente tenha dito que estavam aqui definidas as taxas, não estão. O que quer dizer que isto só vai atrasar a publicação do regulamento, porque não estando aqui definidas, depois terá de vir à Assembleia outra vez. Estão definidas, somente, as contraordenações e coimas, não estão aqui taxas nenhumas. Portanto, nós temos de, nos termos do cento e dezassete do CPA, vamos ter de fazer a audiência de interessados, porque há despesas. E, depois, vamos estar trinta dias para publicação e vamos aprovar o regulamento e depois vamos voltar a fazer para as taxas a mesma coisa. Quer dizer, não sei quando é que entrará em vigor. Parecia mais lógico juntar-se

aqui já as taxas, eventualmente, e votarmos tudo de uma vez para o regulamento ser discutido e ter só uma apreciação pública. Que é preciso publicar em Diário da República. Tudo isto demora tempo e nós estamos aqui a protelar muito a colocação do regulamento, na minha perspetiva, peço imensa desculpa, isto é a minha perspetiva, estamos a protelar muito a aplicação do regulamento. Muito obrigado."----------

----- Para a segunda intervenção no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente a este regulamento, a esta proposta de regulamento, tenho a tecer os seguintes comentários: efetivamente, é uma proposta que advém, eventualmente, de uma melhoria que se pretende que seja de um anterior regulamento; efetivamente está um regulamento em execução; não há um único considerando sobre o mesmo. Ou seja, parece que estava completamente fora de âmbito, pelo que nós congratulamo-nos com a tentativa de apresentação deste novo, sem dúvida alguma. Mas, parece-nos, contudo, pouco ambicioso e efetivamente muito tímido e redutor face à legislação produzida no âmbito da gestão de resíduos. Portanto, desde a primeira legislação que saiu, o regulamento geral dos resíduos, o duzentos e trinta e nove barra noventa e sete, até ao último, que, tanto quanto se conhece, é a lei de bases do ambiente, que define logo o que é que são as componentes ambientais, naturais e humanas onde está, no capítulo da poluição, esta questão dos resíduos, sem esquecer o setenta e três dois mil e onze.----------

----- Parece-nos, do ponto de vista estrutural, que há aqui coisas pouco claras. Por exemplo, relativamente à legislação base, as definições que aqui se encontram, ou não são aplicadas depois no resto do regulamento, ou depois há conceitos no regulamento que nós não sabemos quais são os conceitos. Portanto, muito poucas definições, algumas nunca mais se leem no resto do regulamento e outras, que até fazem falta, não aparecem aqui.----------

----- E há nitidamente uma completa ausência de rigor nos conceitos deste regulamento. Dois exemplos. Ninguém consegue explicar o que é que é um resíduo indiferenciado de diferenciado, apesar de haver recolha seletiva e recolha indiferenciada. O que é que é isto do acondicionamento? Não sei, não faz parte dos conceitos. Não existe nenhuma referência às catorze tipologias de resíduos no regulamento municipal, que existem e que são definidas pela Agência Portuguesa do Ambiente. Aliás, até inclusivamente as entidades gestoras.----------

----- Outro exemplo. O próprio regulamento é omisso, também, em algumas questões, nomeadamente, relativamente aos deveres, no seu artigo terceiro, que tem a ver com os deveres de entidade gestora. Outra questão, que nos parece interessante, tem a ver com o que é isto de uma entidade gestora, quando mais à frente se fala no sistema. Portanto, há aqui uma dualidade de interpretações que nós podemos tirar. Por exemplo, garantir a gestão de resíduos cuja produção não exceda os mil e cem litros por produtor. Então, se um cidadão esporadicamente produzir isto, a entidade já não se responsabiliza, ou o sistema já não se

responsabiliza? Por exemplo, quanto tempo vai assegurar a limpeza dos equipamentos, deposição dos resíduos e área envolvente? Na alínea h). É de dois em dois meses, de cinco em cinco meses, quanto? De cinco em cinco anos, de dez em dez anos? Não sabemos.----------
----- Depois, é preciso cumprir com as regras de deposição, os deveres dos utilizadores, que se diz, no decreto-lei, os produtores. Portanto, quando ultrapassa esta quantidade, e que passa a ser um resíduo industrial banal, normalmente, segundo diz, portanto, também a legislação, é que eles devem ser transportados a um ecocentro. Não há nenhuma referência às estruturas nesse contexto e a forma como as pessoas podem ultrapassar isto.----------
----- Reportar ao Município eventuais anomalias. Está criado algum meio para que isso possa ser feito no âmbito dos resíduos? Das águas, nós sabemos. Nos resíduos, não, pelo menos não tenho tido conhecimento até agora desse tipo de situação.----------
----- Depois, mais à frente, relativamente a outros artigos, por exemplo, no contexto do nosso desenho populacional, a alínea e), do artigo décimo, não tem lógica, até porque nós temos nove freguesias rurais e não dez, portanto, deve ser um bocado difícil aplicar uma norma desta natureza.----------
----- Depois, outra referência, também, às questões de qualidade. De acordo com as últimas recomendações da ERSAR, portanto, a gente, ou cumpre ou não cumpre, valida ou não valida, mas se existe uma entidade reguladora e é ela que é responsável pela produção dos serviços de gestão da qualidade e dos indicadores de qualidade, mais uma vez, também aqui, não aparece nada sobre o concelho de Anadia.----------
----- As freguesias urbanas devem ter uma recolha diária e as rurais duas vezes por semana. Ora, o que acontece é que a própria entidade diz que esta recolha deve ser efetuada, efetivamente, com *timings* mais ou menos iguais. O que acontece, e verifico isto em algum dos circuitos de recolha, é que em algumas freguesias rurais os resíduos são recolhidos à terça e à quinta-feira, ou seja, há um dia de intervalo e, depois, passam a haver cinco. Não é isto que se recomenda. Também não me parece que seja muito bom, em questões de saúde pública, que um contentor esteja com resíduos de quinta-feira até terça-feira para depois ser recolhido.------
----- Mais. Há outra questão que também estabelece a entidade. Relativamente às taxas que devem ser cobradas, não aparece nada neste regulamento relativamente a essa questão, nomeadamente, inclusivamente, até, à necessidade de atualização. Fica no vazio esse tipo de situação.----------
----- Não há uma única referência aos princípios da hierarquia dos resíduos, nem a educação e sensibilização ambiental. Isto sim, seriam a base da hierarquia da gestão de resíduos e daqui partíamos para o regulamento. Isso não acontece. E muito menos, também, referência à questão das componentes ambientais humanas, no âmbito da nova lei de bases do ambiente.---
----- Portanto, são estas as considerações. Mas, temos a dizer que efetivamente melhorou, comparativamente ao anterior. Contudo, não podíamos deixar de passar este tipo de considerandos, que nos parecem que deveriam ser corrigidos para um regulamento mais eficiente e mais próximo daquilo que é desejável em termos dos indicadores ambientais.

Obrigado."----------

----- Expostas as questões por parte dos Senhores Deputados, Sidónio Simões e José Carvalho, respetivamente, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Como é evidente, este regulamento tentou melhorar significativamente o anterior, de uma forma o mais simples possível e legível. E discordo, obviamente, quando se fala aqui que faltam definições. Eu até já acho que há definições a mais, que isto até baralha com tanta definição. Porque, para quem ler este regulamento, obviamente que se perde, até, em tantos conceitos e tantas definições. Portanto, acho que o mais importante para as pessoas e para o comum dos cidadãos, é necessário perceber o indispensável e perceberem onde é que é possível fazer a deposição de determinados tipos de resíduos e, portanto, a quem o devem exigir e como o mesmo deve ser acondicionado.----------

----- Como tal, por muito que se proponha que devia ser um bocadinho mais específico, obviamente, como disse, eu acho que o regulamento e as regras têm que ser o mais objetivas possíveis e ser o mais claras, para que as pessoas entendam, efetivamente, os locais. E, para além do regulamento, obviamente também tem que ser feita alguma divulgação e alguma sensibilização, sobretudo, junto da comunidade, para que as mesmas percebam, efetivamente, os meios que têm à sua disposição.----------

----- Já se fizeram algumas ações, mas, claro, como tudo, é sempre difícil chegar a mensagem, seja nos contentores, que se coloca as recomendações, ou seja, também, naquele folheto que vai junto com a fatura da água e que se faz a indicação de algumas regras de utilização. Mas, torna-se essencial ter um documento que, de uma forma o mais clara e objetiva, possa, no fundo, transmitir aos cidadãos aquilo que lhes é possível e aquilo que lhes é permitido.----------

----- De uma forma genérica, também, e respondendo à questão dos tarifários, temos a noção que é necessário, obviamente, e a própria ERSAR assim o exige, a definição de um tarifário, que não tem que estar afeto a este regulamento e, desde logo, terá que ser feito, de acordo com as orientações que a própria ERSAR tem transmitido. E bem recentemente, inclusivamente, mais normas e regulamentações sobre o mesmo, tal como terá que ser o tarifário da água, ou do saneamento, que tem as suas regras próprias. Como tal, essa questão das taxas, a seu tempo, obviamente, serão definidas e serão apresentadas e serão presentes à Câmara e à Assembleia para a sua aprovação.----------

----- De resto, são os princípios orientadores para que as pessoas possam cumprir e saber como e aonde podem fazer a deposição dos resíduos. E é isso que, desde logo, e no imediato, importa e a todo o tempo, se assim se vier a revelar necessário, é uma proposta de regulamento que a seu tempo pode ser revista, se tal for necessário e se vir necessidade do mesmo."----------

----- Sem vislumbrar qualquer outra manifestação para intervir no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a

proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Salubridade, Higiene e Limpeza Pública, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Salubridade, Higiene e Limpeza Pública, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, um voto contra, do Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções, não se encontrando presente na sala o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que apresentou a declaração de voto que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "É uma declaração de voto relativamente a este ponto dois Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Salubridade, Higiene e Limpeza Pública, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA. Declaração de voto:----------

----- O regulamento que acabamos de aprovar deve, ou devia, salvaguardar com eficiência a utilização dos recursos humanos e técnicos, no que diz respeito à temática dos resíduos sólidos urbanos, salubridade, higiene e limpeza pública. No entanto, não queremos deixar de passar este ponto sem antes deixar um alerta, por escrito, e para memória futura, relativamente à estrutura e conteúdo deste regulamento, o qual nos foi apresentado de uma forma redutora, face à legislação em vigor e às recomendações das entidades nacionais e europeias ligadas ao ambiente e à sua preservação.----------

----- Alertamos para o vazio de alguns conceitos, a ausência de referência à totalidade da tipologia dos resíduos considerados no nosso país, bem como a não referência para comportamentos cívicos a adotar dentro da hierarquia dos resíduos, indutores de uma redução e minimização dos impactos ambientais e sociais, quer do ponto de vista institucional, quer do ponto de vista dos indivíduos.----------

----- Por último, permanecem sérias dúvidas à aplicabilidade de alguns dos artigos deste regulamento, pela estrutura e dimensão territorial atual e lamentamos a não referência à lei de bases do ambiente, esta sim, que introduz melhorias no sentido que esta Câmara Municipal pretendeu alterar, mas apenas adiou. O nosso voto favorável não podia, por isso, esconder estas considerações e a sua pertinência atual. Os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e assinaram todos. Obrigado."----------

----- Apresentada a declaração de voto do Grupo Municipal do PPD/PSD, na pessoa do seu líder, Senhor Deputado José Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e*

votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Criação do Conselho Municipal de Juventude de Anadia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA".----------

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Definido que foi um programa e uma orientação estratégica, orientadora naquilo que se pretendia para a atividade municipal nos diversos setores, fossem eles culturais, sociais, desportivos, e no âmbito mesmo do empreendedorismo e da juventude, definidos alguns programas também que foram estabelecidos e, no fundo, fazer sentir aos nossos jovens, no geral, a necessidade de eles próprios se aproximarem do seu concelho, se identificarem com o seu concelho, sentirem que Anadia precisa de todos os nossos jovens. E é necessário que eles se identifiquem com o concelho de Anadia e, daí, o Município, e a Câmara, tudo fazer, ou tentar fazer, pelo menos, para ir de encontro àquilo que é determinante para que esses jovens, de facto, cada vez mais se identifiquem com o seu concelho.----------

----- Desde logo, entendemos ser oportuno, neste momento, criar este regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Anadia. Sendo esta uma das nossas prioridades e uma das nossas apostas aquando do nosso mandato e, portanto, fazia parte do nosso programa eleitoral, captar os nossos jovens e, como tal, criar a oportunidade, regulamentada, ou não, porque várias ações se podem fazer e nem todas têm que depender, obviamente, de um regulamento, tal como este que hoje aqui se apresenta.----------

----- Portanto, pese embora este regulamento defina, também, quais os objetivos, e eles estão claramente aí identificados, importante definir políticas municipais de juventude, que tem que ser transversal a diversos setores de atuação, promover a discussão de matérias que interessem aos nosso jovens, ir de encontro às suas necessidades, sejam elas sociais, ou culturais, ou desportivas, promover iniciativas que deem resposta à promoção do próprio empreendedorismo jovem, entre outras, desde logo, se define, também, a composição deste Conselho Municipal de Juventude, que integrará os membros, tal como aí está definido.----------

----- E, desde logo, será um Conselho consultivo, que poderá emitir os seus pareceres, não vinculativos, mas terá um papel importante de ajuda para a definição das políticas municipais de juventude, que carecerão, muitas delas, também de algum investimento público municipal, que terá que ter em conta, obviamente, a disponibilidade financeira do Município.----------

----- Portanto, as competências, a sua organização interna está definido no seu essencial, sendo que o funcionamento deste Conselho, mais a pormenor, carecerá, se assim também for entendimento de todos, de um regimento, que definirá o próprio funcionamento deste Conselho Municipal de Juventude.----------

----- Portanto, deixo à vossa consideração, depois de ter sido presente em reunião do Executivo Municipal, a sua aprovação, sendo certo que o programa de ação junto da nossa população jovem é bastante ambicioso e vai, com certeza, muito mais além do que este próprio

regulamento define, ou que será definido por este Conselho que fará parte deste mesmo Conselho, no fundo, as entidades, ou os representantes das várias entidades que farão parte deste Conselho."----------

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Na generalidade, concordo com o regulamento. Tenho aqui só duas notas, ou três, que gostava de referir. Uma delas, e é um preciosismo, no artigo quarto, quando se fala na composição do CMJAND, a Presidente da Câmara Municipal de Anadia, tem de ser de Anadia, se isto é o regulamento de Anadia, não pode ser outro. Isto é só um preciosismo. Podia ser só o Presidente da Câmara Municipal, tem de ser de Anadia, o regulamento é de Anadia.----------

----- Depois, no artigo quinto, quando fala nos observadores, eu acho que o regulamento está muito redutor, porque, tal como está, nunca pode ser aumentado o número de observadores. Se a comissão e a própria Câmara resolver acrescentar um observador, nunca o poderá fazer. Portanto, se ficasse aí um artigo, qualquer coisa como isto: sem prejuízo do disposto no número anterior, a atribuição de estatuto de observador permanente poderá ser aprovada pela Câmara Municipal sobre proposta do Conselho da Juventude, estava o problema resolvido e isto não ficava fechado. Parece-me que salvaguardávamos aqui a possibilidade de até aparecerem mais representantes de jovens que depois não podem entrar porque não estão aqui previstos. Estes aqui estão fechados.----------

----- Depois, nos participantes externos, eu não percebo por que é que tem de ser uma maioria de dois terços, gostava de perceber, se não era só por maioria, por que é que tem de ser dois terços. Gostava que me explicasse. Mas, isto tem de ser feito, portanto, podem ser convidados a participar nas reuniões, sem direito a voto, pessoas de reconhecido mérito por maioria de dois terços… Mas aprovado como? Isto devia ser em deliberação do Conselho Municipal. Devia ser, aprovado por deliberação do Conselho Municipal, poderão ser… Porque, se não, aqui não diz quem é que aprova, diz que tem de ser aprovado por maioria de dois terços, mas como, com que instrumento? Qual é o instrumento legal que serve de base a isto? Se puséssemos, e por deliberação do CMJ, poderá ser… estava tudo resolvido. Porque, se não, não está aí qual é o instrumento que obriga. Parece-me, não sei. Isto foi a minha leitura assim um bocado atravessada. E, de resto, não tenho…"----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Ora, sobre esta questão do Conselho Municipal de Juventude, eu gostava de dizer que quem é vivo, ou quem era vivo sempre aparece. O Conselho Municipal de Juventude chega a Anadia com, pelo menos, dez anos de atraso. O PSD e a JSD sempre foram muto reivindicativos na criação deste órgão, sem nunca termos percebido como é que as questões importantes da

juventude não faziam parte de uma agenda prioritária desta Câmara.----------
----- O regulamento em si, e traço geral, é uma cópia, quase fiel, dos demais existentes um pouco por todo o país e tem contemplado os princípios inerentes à criação deste mesmo Conselho.----------
----- Agora, mais uma vez, e na nossa opinião, apresenta-se uma medida completamente desligada de uma estratégia de fundo que a juventude deste concelho merece e sempre mereceu. Não nos podemos esquecer que os jovens de hoje serão os adultos de amanhã e que é obrigação de um Município olhar para a juventude, não como um meio, mas como um fim.----
----- Deixo o repto para que a juventude de Anadia, em todas as suas representações, compreenda a importância do órgão e que participe de forma ativa e interessada.----------
----- Esperamos, também, que o Conselho Municipal de Juventude não fique apenas no papel e que seja um órgão com aplicabilidade prática e estruturada, aliada a uma estratégia de implementação de verdadeiras políticas de juventude. E, para isso, fica o nosso contributo que nos parece que reunir apenas quatro vezes por ano será demasiado redutor. Obrigado."---------
----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Mónica Silva, do Grupo Municipal do PS, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde a todos os presentes. Quanto a esta questão do Conselho Municipal de Juventude, queria congratular o Executivo por esta iniciativa. E, depois, queria referir que não vejo aqui, de facto, nada desgarrado. Aliás, o que tenho visto ultimamente, desde a questão dos apartamentos, cujo público alvo inicialmente foi o público mais jovem, de venda em hasta pública, desde o sucesso do Cartão Jovem, desta questão que vamos a seguir discutir das bolsas de estudo, de facto, não estou a ver que a juventude não seja uma das áreas que este Executivo tem trabalhado bastante. E, portanto, dou os meus parabéns ao Executivo. Obrigada. É tudo."----------
----- Atentas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "O Senhor Deputado Sidónio Simões acabou por dizer que havia muito preciosismo, mas depois acabou por estar a dizer que faltava aqui outro preciosismo, que eu acho que está lá bem claro. Portanto, não entendi o seu comentário. Obviamente estará no seu direito.----------
----- Relativamente aos observadores, se eles se entenderem que possa haver gente que possa também participar, logicamente está aí o artigo seis que define os ditos participantes externos. E em nada limita, obviamente, qualquer associação ou jovens que venham representar as associações, porque elas estão bem definidas no artigo quarto, nas várias alíneas. E, portanto, leio apenas a última: um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis. As associações juvenis, portanto, elas têm que estar constituídas. Se não existem, têm que surgir, têm que se constituir e, como tal, obviamente, dessas terão, com certeza, a

possibilidade de estar representadas nos termos em que a própria lei o define.----------
----- Já agora, também para dizer que relativamente à lei habilitante, ela está aqui porque efetivamente existe uma lei que define as normas da criação do Conselho Municipal de Juventude, o que nem sempre acontece para todos os regulamentos, tal como o anterior que nós aprovámos e que pode ter por base e apoio em outras leis, mas não existe uma lei habilitante e exata que define que é necessário a constituição de um determinado regulamento desta ou daquela forma. Portanto, neste caso em concreto, existe uma lei habilitante, orientadora para a criação do Conselho Municipal de Juventude.----------
----- Quanto ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, o Senhor diz que este documento vem com dez anos de atraso, se calhar, ainda bem para si, porque pelo menos hoje o Senhor pode ter aqui a voz para comentar e para participar na aprovação deste documento. Se fosse dez anos atrás não tinha essa possibilidade e, portanto, deve congratular-se por tal.----------
----- Quando diz que reúne ordinariamente quatro vezes por ano, bom, são as reuniões ordinárias, porque se reparar nos pontos seguintes, o plenário pode reunir extraordinariamente quando bem se entender. Portanto, haja matéria para discutir que serão feitas as reuniões que se entenderem necessárias e não só meras reuniões para cumprir calendário.----------
----- E, portanto, daqui para dizer que também é nossa vontade que haja a maior participação possível dos nossos jovens e que sejam ativos e proactivos na discussão das políticas municipais de juventude que se anseiam para o concelho de Anadia."----------
----- Finalizada a resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, e não havendo mais pedidos para intervir naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, respeitante à proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Criação do Conselho Municipal de Juventude de Anadia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado.----------
----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Criação do Conselho Municipal de Juventude de Anadia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------
----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Criação do Conselho Municipal de Juventude de Anadia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que apresentou a declaração de voto com o teor que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Uma declaração de voto que diz muito simplesmente: votei favoravelmente o regulamento, embora considere que não estando tão assertivo como considero ser uma exigência de um regulamento municipal, o atraso com que é proposta a sua aprovação face à data de entrada em vigor da lei leva-me a votar favoravelmente."----------

----- Apresentada a declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.----------

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão à iniciativa "Mayors Adapt""*.---

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Todos tiveram acesso aos documentos. Já perceberam que este é um desafio que é lançado aos Municípios para aderirem, e na sequência daquilo que já existiu anteriormente, e que veio a esta Assembleia, que é o Pacto de Autarcas. Não está ainda assinado. Mas esta é uma das outras iniciativas em complemento ao Pacto de Autarcas e, no fundo, é um desafio que é feito, e um compromisso que é exigido aos Municípios aderentes, no cumprimento de algumas regras e de algumas orientações que se exigem, no fundo, combatendo estas questões que se levantam relativamente às alterações climáticas.----------

----- Portanto, a adesão exige a apresentação, após dois anos da assinatura formal, de um plano, dos ditos relatórios, do compromisso que as autarquias venham a assumir para áreas, como seja do ambiente propriamente dito, da saúde pública, na proteção civil, na prevenção de riscos e, mesmo, nas questões do abastecimento de água e de energia.----------

----- Este compromisso que é exigido aos autarcas, e na assinatura deste documento formal, cria, também, um compromisso por parte da União Europeia para promover as orientações que devem existir para combater estas questões do ambiente, mas também algumas regras e possível financiamento para que os Municípios possam pôr em prática algumas medidas que são importantes dentro da sua realidade, para que possam ter sucesso dentro do projeto e daquilo que for estabelecido.----------

----- Portanto, como todos tiveram oportunidade de ler, trata-se também de uma aceitação de regras, mas que é, de facto, um compromisso também para os próprios Municípios que estabelecerem a sua adesão e, portanto, caso haja incumprimento por qualquer outra situação, por falta de cumprimento do próprio plano que terá que ser presente, ou do próprio estabelecimento de algumas regras e de acesso a alguns fundos, obviamente que terão de sair deste projeto. Como tal, somos um Município pequeno. Não teremos, obviamente, aqui os problemas que as grandes cidades têm, nomeadamente na redução das emissões de gases com efeito de estufa, mas temos outras realidades em termos ambientais que carecem de atenção e, como tal, é uma oportunidade para que possamos fazer parte deste grade projeto, que se espera que venha a ter o sucesso dentro do compromisso que for estabelecido entre ambas as partes."----------

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a

tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Esta, de facto, é uma matéria importante para o concelho de Anadia. Só é pena é que, nesta fase, apareça, não consequência de dinâmicas ativas de políticas de gestão do território, mas sim como um compromisso imposto, a partir do qual a Câmara passará a desenvolver determinado tipo de ações que, eventualmente, lhe vão justificar se foi positiva, ou não, esta adesão.----------

----- A Senhora Presidente disse, e bem, que esta é uma ação que deriva do Pacto de Autarcas, da qual Anadia não faz parte, embora só fale da assinatura. E a dúvida é esta: se eventualmente num projeto que foi o mote de arranque para esta estratégia não foi suficientemente aliciante para Anadia, por que é que este será.----------

----- E, depois, eventualmente, creio que Anadia, e aí é uma injustiça que a Senhora Presidente comete a si própria, tem trabalho nesta área, desenvolvido, que podia ter exposto na Assembleia para enquadrar melhor esta proposta e o porquê de ter aceite este desafio. É que as medidas são tão ambiciosas, que se não tiverem o famoso pacote financeiro, acaba por não colocar nenhuma das medidas em prática.----------

----- Mas, como estamos no início de um processo, e eventualmente é um processo que tem a sua bondade, e eventualmente, como a Senhora Presidente disse, não temos assim tantos problemas ambientais, mas temos alguns. E, por exemplo, quem sabe se não é através deste mecanismo que a Senhora Presidente vai, por exemplo, resolver o problema do rio Cértima. E ficava por aqui. Obrigado."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "É um assunto onde nós já mostrámos efetivamente a nossa ideia, votámos a favor já em anteriores Assembleias relativamente a estas temáticas o que foi cá proposto e até demos os parabéns ao Município por aderir, enfim, definitivamente a estas coisas.----------

----- Para quem não sabe, isto é um resultado de um fórum que ocorreu em Bona, em dois mil e onze, na Alemanha, sobre um auspício da União Europeia "*Resilient Cities*", que procurou alertar para os problemas relacionados com as alterações climáticas e os seus impactos, nomeadamente em países com uma elevada parte do território voltada para o mar e respetivos aglomerados populacionais, ou então, com elevados índices de fenómenos naturais, como é o caso das secas e das cheias. Segundo os documentos que vieram a público, e que estão afixados, inclusivamente, no átrio da Câmara Municipal, efetivamente nós podemos até ter problemas em cenários de cheias, que ainda não estão efetivamente construídos, mas também podemos vir a ter problemas, a breve, médio prazo, relativamente às questões relacionadas com as freguesias a norte por causa da florestação, dependendo da política florestal do nosso país, de podermos continuar, ou não, a poder produzir os eucaliptos, que toda a gente sabe quais são as implicações dessas questões.----------

----- Efetivamente, nós congratulamo-nos com isto, mas fica por explicitar, por parte do

Município, os meios que temos ao dispor, que instrumentos e a tipologia de colaboradores vão ser necessários para desenvolver toda a panóplia de atividades que estão previstas neste programa, e são algumas, e depois, como falou aqui o meu colega Artur Salvador, como é que elas vão ser, inclusivamente, financiadas. Ora, não é fácil.----------
----- E, depois, conforme vimos, também, pelos documentos que estão produzidos e que são públicos, efetivamente é preciso perguntar-nos se nós vamos continuar a depender do *outsourcing* para este tipo de cenários, de construção de cenários, ou se existe efetivamente meios para podermos fazer isto sozinhos. Portanto, gostava de ouvir a opinião da Senhora Presidente sobre estas questões, que me parecem também importantes. Obrigado."----------
----- Para responder às questões abordadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Respondo às duas em simultâneo. Discordando, obviamente, daquilo que o Senhor Deputado Artur Salvador referiu, não é nenhum compromisso imposto, é um compromisso que nós entendemos que pode ser uma oportunidade. Portanto, nada nos é imposto. Nós assinamos ou não assinamos e se assinarmos é por vontade própria.----------
----- E quando disse, também não percebi muito bem. Na questão do Pacto de Autarcas houve um compromisso de adesão. O Pacto ainda não foi assinado porque ainda não fomos chamados a tal. Portanto, na devida altura, quando formos chamados para assinar o dito Pacto, obviamente ele será assinado. Desde logo, que a nossa declaração de adesão já foi enviada e, portanto, quando os Municípios forem chamados para a assinatura, lá estaremos a assumir esse compromisso. E a mesma situação acontecerá com este projeto.----------
----- Para tudo é preciso dinheiro, portanto, o investimento público carece de dinheiro e, como tal, os Fundos Comunitários têm-se revelado a única fonte, ou quase a única fonte de investimento para estes grandes projetos e estas grandes ações. E, como tal, é aproveitando, e por que não, esta oportunidade de podermos, efetivamente, perceber se estas estratégias que estão aqui, também apenas como mera orientação, vão para além disso e que linhas de financiamento, exatamente, serão colocadas à disposição. Porque nós podemos gostar muito, ou termos a ambição de implementar um determinado projeto na questão do rio Cértima, por exemplo, e não haver financiamento para tal, mas haver financiamento para outro setor. E muitas vezes, e isso aconteceu no passado, infelizmente os Fundos Comunitários definiram eixos e estratégias para os quais os Municípios tiveram que caminhar e, portanto, fazer as suas opções dentro daquilo que havia disponível.----------
----- Portanto, é isso que nós pretendemos, sendo certo que desta oportunidade, e após este compromisso, teremos um plano que temos de apresentar e definindo as nossas prioridades, depois de também entender quais são as linhas de orientação em temos de financiamento que serão colocadas à disposição dos Municípios. Aliás, e em resumo, podemos ter muitas prioridades, mas sendo certo que muitas vezes temos que ajustar essas prioridades em função daquilo que for definido em termos de financiamento."----------

----- No seguimento do esclarecimento prestado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de novo a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhora Presidente, face à resposta às nossas interpelações, eu gostaria só de me pronunciar, porque não estou nada de acordo consigo. Fazer depender a entrada neste projeto, que é um projeto válido, que tem como intenção embrionária resolver problemas das populações - portanto, o problema existe, é real -, se há ou não financiamento, é um princípio errado. Porque, haverá certamente financiamento se o Município começar a trabalhar e a dar provas de que tem intenção de resolver problemas. E, portanto, o que a Senhora Presidente disse é que, sim senhor, estamos muito interessados, temos problemas para resolver, mas, como para tudo, é preciso financiamento.----------

----- Portanto, há aqui uma deturpação da realidade, porque obviamente nada se faz sem dinheiro, mas fazer depender isso de financiamento, ou se esta medida encapota essa intenção de que, sim senhor, nós vamos atrás de dinheiro, só contempla cinquenta porcento da medida. A outra medida tem que ser intenção do Município que quer resolver um problema. Um ou vários. Portanto, o problema se existe e vai continuar a existir, se há ou não financiamento, a ideia é como é que vai resolver, com ou sem financiamento."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu à interpelação do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, da forma que se tenta transcrever na íntegra:--------

----- "Reforçar tudo aquilo que já disse atrás. E é verdade que se há pequenas medidas que possam ser tomadas, nomeadamente colocar o rio Cértima navegável apenas em água, ele é fácil fazer com os meios da Câmara, desde que as entidades que no fundo têm que intervir neste processo deem a sua autorização. Mas, depois, se queremos navegar em barco pelo rio Cértima, obviamente que isso já é um outro tipo de investimento e teremos, obviamente, que depender dos Fundos Comunitários. Não sei se percebeu a diferença. É que há problemas que nós podemos resolver com os meios próprios da Câmara. E há outros que são grandes projetos e que são realmente ambiciosos e que podem ser também prioridades para os Municípios, mas que carecem de outros tipo de investimento e de outro tipo de financiamento. E se a autarquia não tem meios próprios para o fazer, obviamente não se pode lançar em grandes projetos, uma vez que tem que respeitar a lei dos compromissos e, como tal, não pode colocar em causa as finanças públicas.----------

----- Portanto, há pequenas ações que se podem ir fazendo com os meios próprios da autarquia, como não. Mas grandes investimentos e grandes projetos carecem, efetivamente, de investimento e financiamento, sob pena de os Municípios não terem capacidade de resposta, porque as transferências do Estado não chegam para resolver grandes problemas dos Municípios, ou grandes projetos."----------

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a

palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Senhora Presidente. Eu estou plenamente de acordo consigo. Agora, eu quando falei no rio Cértima, obviamente, se estamos a falar num projeto específico para evitar catástrofes e tentar prever riscos e etc., quando falo no rio Cértima, por exemplo, só falo de cheias. Aquela situação que vai fazer, de uma intervenção pontual, para eventualmente permitir o aumento de caudal, etc., etc., pode, eventualmente, ter neste projeto como fonte de solução para o futuro, para se tentar resolver esse problema. Não é misturar as coisas. Claro que, assim, se há um grande investimento, precisa de apoio e, se calhar, deste pacote de apoio, se calhar, do Quadro Comunitário de Apoio e outros que tais. É só isso."----------
----- Não havendo mais pedidos para intervir no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de adesão à iniciativa "*Mayors Adapt*".----------
----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de adesão à iniciativa "*Mayors Adapt*", tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.----------
----- De seguida, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------
----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Trata-se da aprovação de uma taxa que anualmente os Municípios têm que definir. E, à semelhança daquilo que vem acontecendo, nós, da taxa que tem vindo a ser aplicada, mantemos a taxa dos zero vinte e cinco porcento e, portanto, é isso que se deixa à aprovação. Têm o documento presente e, portanto, penso que já todos entenderam de que é que se trata. É um valor que é aplicado nas faturas, seja da EDP, ou seja das comunicações, e, como tal, depois ao Município é entregue o valor correspondente da aplicação desta taxa."----------
----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Relativamente a este assunto, é um assunto pacífico, ele decorre da lei. Apenas uma dúvida que eu tinha, que foi secundada ainda este mês pela Associação Nacional de Municípios,

que se prende com uma dúvida que eles lançaram, que tem a ver com, portanto, esta taxa estar a ser cobrada aos munícipes e, eventualmente, não estar em alguns casos a ser entregue aos Municípios.----------

----- Portanto, aqui a minha pergunta ia neste sentido. Eventualmente, este ponto tem um ponto de receita previsto em orçamento, que será qualquer coisa básica que anda à volta dos cinco mil euros, qualquer coisa do género, ou até menos que isto, e eventualmente saber se a Câmara tem algum mecanismo de controlo, ou se eventualmente tem, de acordo com as empresas que operam no Município, as contas em dia. Se tem essa noção, se há dívidas, se não há, porque em alguns casos, e dizia a Associação Nacional de Municípios, há empresas que estão a entregar cheques de dez euros, relativos a esta taxa. Portanto, isto tem a ver com a tipologia de subscrição das comunicações e portanto deixava só esta questão. Não sei se existe resposta para ela, ou não, mas também era uma preocupação minha que vi secundada e, portanto, achei pertinente trazê-la aqui. Obrigado."----------

----- Para esclarecer a questão exposta pelo Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta com o teor que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente ao valor que é cobrado aos munícipes, sim, é entregue um determinado valor ao Município, anualmente. Tem sido variável ao longo dos últimos anos. Aquando da prestação de contas, os Senhores Deputados poderão ver essa receita, que tem sido variável, como digo. Um bocadinho superior este ano, dois mil e catorze, já ao valor que referiu. Posso-lhe dizer que, nesta data, penso que andará à volta dos oito mil euros. Até ao final do ano vamos ver, mas nos anos anteriores, inclusivamente, foram valores inferiores.----------

----- Mecanismo de controlo. Quero-lhe dizer que efetivamente temos alguma dificuldade de ter esse controlo, porque há várias empresas que estão envolvidas na cobrança desta taxa e, como tal, precisaríamos dos dados muito exatos de todas as empresas e, mesmo assim, teríamos dificuldade, obviamente, de avaliar se era esse o valor exato que nos era entregue. Que era aquilo que seria desejável para todos os Municípios, é conseguirmos perceber se efetivamente o valor que nos chega é o valor exato que é cobrado a todos os munícipes, sendo certo que existem outras entidades que farão esse cruzamento de dados e que estarão, obviamente, também, atentas a estas grandes empresas que fazem a cobrança destes valores."----------

----- Sem mais solicitações para intervir no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta

votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, com a ausência na sala do Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS relativa aos rendimento do ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------

----- Apresentado o ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Trata-se da proposta de fixação da percentagem de participação no IRS, que se propõe fixar em cinco porcento a percentagem de participação do Município e, como tal, e dentro da lei, obviamente, que é aquilo que propomos. Desde logo que é uma percentagem que entendemos não abdicar, nem reduzir, nesta altura, uma vez que, e como já aqui referi até no início, o Município para fazer o seu orçamento também necessita das suas receitas, ou, pelo menos, de receitas, e mesmo que, como estas, provenham de impostos que são aplicadas aos munícipes, qualquer dedução, obviamente, que se pudesse fazer, não seria com certeza atribuída àqueles que já hoje, obviamente, não pagam, e ainda bem, porque as dificuldades são muitas desse mesmo imposto.----------

----- Portanto, qualquer redução que se pudesse fazer, iria, sim, ser entregue, de forma gradual, e de acordo com os seus rendimentos, a todos aqueles que têm mais possibilidades de pagar e, por conseguinte, terão melhores vencimentos.----------

----- Como tal, propomos esta percentagem, numa altura em que efetivamente carecemos de definição de receitas e que, mesmo penalizando alguns dos munícipes, estas receitas também são necessárias, obviamente, para implementar outras políticas sociais, que têm vindo a ser implementadas e, inclusivamente, outras iniciativas que vamos tomando. E disso são exemplo num ponto seguinte que estará também à apreciação e que faz parte da ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal.----------

----- Portanto, desde logo deixo à vossa aprovação a proposta que o Executivo aprovou."--------

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Esta é, de facto, a entrada numa das matérias mais importantes para o PSD em Anadia. Há um ano atrás andávamos na rua precisamente junto do nosso eleitorado a defender um choque fiscal, que tinha como objetivo tornar este concelho de Anadia um concelho fiscalmente atrativo. A atração de investimento faz-se pelas pessoas, pelas empresas, como vamos ver mais

à frente.----------
----- Mas, neste ponto específico, quando se trata de pessoas, é preciso dar o exemplo. E o exemplo não é a melhor maneira de estar na política, é a única maneira. Quando a Senhora Presidente assume, como assumiu aqui hoje, que precisa destas receitas, que precisa destes cinco porcento do IRS que é cobrado às pessoas, eventualmente, poderia ter semelhante postura perante outros enquadramentos e aí, também, cativar receitas. Não tem. Precisamente, e no que diz respeito às pessoas, que não têm essa atenção por parte da Câmara, e podiam ter. Aliás, a Senhora Presidente, em tempo útil, convidou um partido para amuletar a sua maioria, que por acaso em dois mil e doze também tinha intenção de se sentar na sua cadeira, e dizia o seguinte perante este imposto específico:----------
----- Neste quadro de recessão sem precedentes, em que estamos mergulhados pela ação deste governo PSD/CDS, não podemos ficar insensíveis às medidas que tornam cada vez mais difícil a vida das populações. Por isso, defendeu que os munícipes precisam desta demonstração de solidariedade e de apoio da sua Câmara, propondo, então, ao Executivo, a redução da sua participação na fatia do IRS para dois e meio porcento, permitindo que os restantes dois e meio porcento revertam a favor dos contribuintes do concelho, aliviando, assim, o seu já considerável esforço financeiro.----------
----- E acrescentou: esta Câmara terá que encontrar as soluções políticas e técnicas para ultrapassar as perdas. Mas não é essa, também, a função dos seus técnicos e dos políticos que as gerem. Obviamente estou a falar do Vereador, Dr. Lino Pintado, que traduz, muito bem, aquilo que aqui queremos defender, e queremos sempre defender, ao lado das pessoas.---------
----- As receitas são importantes, de facto, mas as receitas são importantes para gerir e decidir sobre prioridades. E essas prioridades podem ser questionáveis quando se falam de pessoas. Aqui, a Câmara decidiu, sem explicar como, nem porquê, manter os cinco porcento que vinham do ano passado. E podia ter reforçado essa ideia de que os cinco porcento são importantes, etc., etc., mas podia ser cabal, explicar isso nos documentos que nos enviou. E não o fez. O que fez foi, mantemos do ano passado porque precisamos da receita.----------
----- E, portanto, isso vai contra a nossa posição e, portanto, estamos aqui para, eventualmente, não votar a favor desta proposta."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde, Senhor Presidente. Volto a reiterar os votos de uma boa tarde a todos aqueles que compõem esta Assembleia. E gostaria efetivamente de fazer aqui alguma reflexão sobre este ponto. E a primeira reflexão que eu gostaria de fazer, é que este é, sem dúvida, um ponto que beneficia, caso haja uma redução, quem recebe mais, porque mais paga de IRS.------
----- Não sei, por exemplo, se o Senhor Deputado que falou antes de mim - e recuso-me a dizer o seu nome porque ele também se recusa a cumprimentar-me, portanto, não passaremos por essa questão -, não sei se por acaso fez contas, mas, em relação, por exemplo, à tabela de IRS

deste ano, e falando dos descontos que cada família faz, não sei se o Senhor Deputado tem a noção de que só paga IRS quem recebe mais do que quinhentos e noventa euros, que paga oitenta e três euros de IRS, e que receberia, se nós lhe devolvêssemos metade dos cinco porcento, dois vírgula sete euros. Não sei se tem essa noção.----------

----- Também não sei se tem a noção, de que quem recebe mil seiscentos e trinta e três euros, e não tem filhos, paga quatro mil setecentos e doze euros, e receberia cento e vinte euros. Portanto, quem recebe mil seiscentos e vinte e três euros, receberia, a dois e meio porcento, cento e vinte euros, quem recebe quinhentos e noventa, receberia dois euros vírgula sete. Ou seja, se nós aceitássemos a proposição de que, na realidade, poderíamos diminuir a contribuição dos cinco porcento, estaríamos, em larga medida, a beneficiar quem recebe mais, sobre quem não recebe mais.----------

----- Portanto, não se trata de uma distribuição equitativa, trata-se de uma distribuição crescente, que beneficia, efetivamente, quem mais recebe.----------

----- Nós vamos votar a favor. E vamos votar a favor porque, na realidade, o ano passado a Câmara Municipal de Anadia recebeu cerca de setecentos mil euros desta quotização. Receber apenas metade, significaria, para quem sabe fazer contas, receber trezentos e cinquenta mil euros, o que quer dizer que amputaríamos a Câmara Municipal de trezentos e cinquenta mil euros para, efetivamente, realizar as obras, ou as ações, que entende por necessárias. Se a isso juntarmos os cento e trinta mil euros que a Câmara vai ter que dar daquilo que receber do Estado para os outros Municípios que andaram a gastar à grande e que não se preocuparam nada com o que gastaram e agora os outros têm que lhe pagar, nós vamos somando todas as coisas e chegaremos, provavelmente, a uma verba em que, se calhar, isso interessaria ao PSD, o Executivo da Câmara Municipal, não teria verbas para suprir as suas necessidades, ou aquilo a que se pretende.----------

----- Por isso, nós apoiamos esta medida porque precisamos dos setecentos mil euros, ou mais. Se calhar será muito menos. Mas, sobretudo, porque nesta questão crescente, em que são favorecidos aqueles que recebem mais, nós entendemos que a Câmara tem outras políticas aonde todas as pessoas, na realidade, são vistas da mesma maneira.----------

----- Por exemplo, e apenas a um exemplo, nós damos o exemplo que ainda há pouquinho discutíamos aqui, da questão do saneamento, ou da questão da água. No concelho de Anadia, as taxas são de cerca de oito euros por casa. Se formos ao concelho de Oliveira do Bairro, são de vinte e oito euros. São mais vinte euros que cada família suporta, o que quer dizer que no final do ano suporta mais duzentos e quarenta euros do que suportam as famílias de Anadia. E aí suportam todas. Portanto, manter a água e os respetivos contributos adicionais à água e ao saneamento, as respetivas taxas, abaixo dos dez euros, quer dizer que a Câmara Municipal não está a beneficiar nem A nem B, está a beneficiar todos os seus munícipes.----------

----- E, depois, nós temos ouvido sistematicamente aqui o PSD dizer que falta uma estratégia a esta governação. Eu pergunto, como é que se governa sem dinheiro. Quais são os apoios sociais que se podem fazer, se não houver verbas. Que, efetivamente, apoios se pode dar às famílias

que, neste momento, não têm, por exemplo, capacidade para fazer uma ligação de água, que solicitam à Câmara Municipal o pagamento da água de forma repartida.----------
----- Daqui a bocadinho, vamos falar de bolsas e eu estou à espera que se diga que se tem de ter muitas bolsas para apoiar os jovens estudantes do concelho de Anadia. Eu até acho que sim, mas têm que ser bolsas, se houver dinheiro para as pagar.----------
----- E como nós temos consciência, aliás, ainda não sabemos, neste momento, o que é que o Estado vai entregar à Câmara Municipal, para que ela possa fazer o seu orçamento, entendemos que esta é uma fatia que, na realidade, a Câmara deve manter. E deve manter, porque ela beneficia, essencialmente, aqueles que mais recebem. São os contribuintes que mais recebem de ordenado, que mais IRS pagam, que iriam receber uma maior devolução. Isto não se chama justiça social. Se fosse ao contrário, teríamos, efetivamente, uma justiça social, uma redistribuição da riqueza. Aqui não temos nenhuma distribuição de riqueza, temos um número e esse número é igual para todas as pessoas.----------
----- Portanto, nós vamos manter aquilo que sempre fizemos, que é apoiar esta pretensão da Câmara Municipal dos seus cinco porcento, porque entendemos que o dinheiro é suficiente, mas, também, porque entendemos que esta distribuição do que quer que seja abaixo dos cinco porcento beneficia quem recebe mais e não a totalidade dos cidadãos do concelho de Anadia. Até, porque, se calhar, a maioria dos cidadãos do concelho de Anadia nem IRS paga, porque os seus vencimentos estão abaixo das realidades do pagamento do IRS e, portanto, nem sequer receberiam qualquer retorno desta medida, se nós baixássemos em qualquer momento este tipo de taxa. Muito obrigado."----------
----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que declarou que que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa tarde a todos. Eu queria recordar ao colega Deputado Artur Salvador, que, de facto, ele transcreveu bem ali a citação de dois mil e doze. Mas de dois mil e doze para dois mil e catorze houve uma alteração profunda das circunstâncias em que esta Câmara e que muitas Câmaras estão neste momento a viver. Isto na política, como em tudo na vida, é preciso fazer escolhas. E o que tem acontecido, recordo, por exemplo, esta questão agora do fundo de auxílio municipal, em que esta Câmara, por ter boa situação financeira, vai agora, todos os anos, contribuir com cerca de cento e quarenta mil euros para Câmaras que, se calhar, umas mais, outras menos, mas não tiveram a mesma prudência ao longo dos últimos anos. Isto são coisas que pesam. Há uma redução, também, das transferências do Estado, há uma redistribuição, no fundo, do que é os apoios da Câmara, como se tem visto, ainda hoje nesta Assembleia, e ainda vamos falar de mais alguns um pouco mais à frente. Portanto, sim, há que dizer aqui, de forma desassombrada, que há aqui uma mudança de atitude e que há aqui uma alteração de prioridades. Portanto, com o que existe, com as verbas disponíveis, que não se podem inventar verbas, há que fazer escolhas e, portanto, houve escolhas de redução de alguns impostos,

nomeadamente da Derrama, e ouve escolhas de manutenção de outros impostos. Obrigado."---
----- Dando continuidade ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que afirmou o que de seguida se passa a tentar transcreve na íntegra:----------
----- "Eu, por acaso, não concordo nem com uma situação, nem com outra, portanto, nem com tudo, nem com zero. Agora, a Câmara podia ter feito uma proposta escalonada. Para as pessoas que têm rendimentos mais baixos, e sabemos, é fácil saber junto das finanças quais são aquelas pessoas a quem o dinheiro faria mais falta, e isto seria democrático. Porque, se formos assim, na seguinte já não estamos a ser democráticos, porque quem tem uma casa de meio milhão de euros, e quem tem uma casa de quinhentos euros, paga a taxa na mesma proporção. Isto não é democracia. Desculpem lá.----------
----- Portanto, ou fazíamos, podia ser, eu estou a dizer, não sou a Câmara, e a Câmara é que tem de gerir estes dados, mas para facilitar, ou para aliviar as famílias, em que um euro representa muito dinheiro, e há muitas neste Município. E todos sabemos, ainda há bocado falava à entrada com o Senhor Presidente, que a antiga classe média passaram a ser os novos pobres encapotados, porque basta que numa família em que duas pessoas estivessem a trabalhar, uma delas perdesse o seu rendimento, as coisas complicam-se.----------
----- E não seria tão grande, porque também não seriam cinquenta porcento que iríamos perder, nem nada que se pareça. Porque eu acho bem que se taxe com o máximo quem ganha muito. Agora, também acho bem que dentro daqueles valores que pagam cento e cinquenta, duzentos euros, que à pessoa se calhar até dá jeito porque já dá para pagar o IMI, que são esses que não têm grandes casas, se calhar valia a pena a Câmara ter feito uma proposta escalonada. Muito obrigado."----------
----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que fez a declaração com o teor que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Primeiro de tudo para fazer um ponto de ordem à Mesa. O ponto agendado é de facto um só e tem a ver com a participação no IRS relativo aos rendimentos do ano dois mil e quinze. Permitir que alguém intervenha, a seguir a mim, e faça uma resenha histórica de impostos, fale do FAM e etc., acho que não tem aqui cabimento. Porque, de facto, obriga-me a ter que esclarecer que o FAM não é uma entrega pura e simples de dinheiro por este Município a quem se portou mal, mas sim um empréstimo. Portanto, a Câmara num orçamento de vinte e cinco milhões de euros pode perfeitamente prescindir de qualquer coisa como um milhão de euros ao longo dos cinco anos, seis, sete anos, que é o espaço temporal deste enquadramento, para poder ajudar quem se portou mal, dando, mais uma vez, o exemplo. E, portanto, quando assim é…----------
----- Segunda parte da minha intervenção. Professor Luís Santos. Permita-me que nesta Assembleia diga o seu nome alto e bom som. Porque se há coisa que me traz aqui é poder

conviver com pessoas como o Senhor, ainda por cima da minha terra. Uma pessoa a quem eu guardo, acima de tudo, respeito. O Senhor é que, e permita-me, já por duas ou três vezes, depois de eu falar, o Senhor quer-me pôr no meu lugar. Eu sou um miúdo, não tenho a estaleca nem a experiência de Vossa Excelência, e já por várias vezes me pôs o dedo no nariz, passo a expressão. E bem. O estatuto quer-se na mão de quem o tem.----------

----- Agora, relativamente ao PS e relativamente à mudança de posição e de atitude. Obviamente. O que assistimos, do último ano para cá, foi mudanças de posição e de interesses. Obrigatoriamente, cada pessoa é livre de definir os seus patamares de decisão e por onde é que quer caminhar. Aquilo que eu aqui lembrei é que uma pessoa quando está fora do poder defende uma coisa e, depois, defende outra.----------

----- Claro que podemos dizer que cinco porcento é pouco. Mas também podemos dizer que aquilo que a Câmara podia entregar às pessoas, por abaixamento destes cinco porcento, permitiria às pessoas investir mais no concelho, gastar. Chama-se a isso política de investimento. E não interessa. São dois euros para uns, pode não ser nadinha, pode ser ridículo. Para outros pode ser muito. Depende. A prioridade e o que custa um euro, já o disse nesta Assembleia, cabe a cada um. E um euro nunca custou tanto como custa hoje. Ponto final. É a minha opinião. Tenho todo o direito de a mostrar.----------

----- Aquilo que disse é que a Câmara podia ter refletido e ter uma posição diferente para com as pessoas. Podia, mas quem decide é a Câmara, com o seu partido que detém a maioria nesta Assembleia. Tenho dito."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar a observação que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Fazia só uma observação. É um princípio da Mesa fazer desta Câmara um debate franco e aberto de ideias. E acho que qualquer Senhor Deputado tem direito de suportar a sua intervenção num raciocínio que melhor o sirva para apresentar a sua conclusão. Não me parece que tem sido violado este princípio. Desculpe, é só a intervenção da Mesa."----------

----- Apresentada a observação, prontamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Ao colega Deputado Artur Salvador não vou dizer mais nada. Acho que ele próprio já disse tudo o que tinha a dizer e ficou muito bem na fotografia.----------

----- Queria apenas comentar o que disse aqui o colega Deputado Engenheiro Sidónio, para dizer que, salvo melhor entendimento, esta questão do IRS, o IRS é um imposto que na sua génese, já por si é um imposto progressivo, ou seja, já tem a ideia da redistribuição e de quem mais ganha mais paga, de forma progressiva e não proporcional.----------

----- Portanto, o que aconteceu há alguns anos quando houve, no fundo, esta questão dos cinco porcento para os Municípios, que podiam redistribuir, foi uma espécie de uma troca, que os Municípios recebiam outras receitas que foram trocadas por esta ideia do IRS.----------

----- E, portanto, o IRS é um imposto bastante claro, que está bem definido como é que funciona, e não pode a Câmara, do meu ponto de vista, criar este tipo de escalonamento, porque o IRS, o imposto em si, já parte desse escalonamento. Quem tem rendimentos mais baixos, não paga IRS ou paga menos. Quem tem rendimentos mais altos, paga mais IRS. E o que esta lei e esta questão dos cinco porcento definem é que os Municípios podem abdicar desta percentagem, mas, quem vai receber é o Município, mas quem iria receber, caso o Município baixasse, eram os contribuintes, iam receber uma parte daquilo que eles próprios descontaram. Isso já está indexado ao seu rendimento. Obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Na realidade, constrange-me aqui algumas situações que tornam-se públicas, se calhar, mais uma vez, também, pela forma como elas se impõem. Aqui há uns meses ouvimos o nosso colega Luís Santos estar muito preocupado. Estava, inclusivamente, perturbado, com esta questão dos impostos do país e do governo, porque criou desemprego. Até o filho teve que emigrar e companhia limitada. E agora não está preocupado com esta questão dos impostos no próprio Município, para descer os impostos. Fantástica esta maneira de ver as coisas.----------

----- Em segundo lugar, não me parece que seja de tabela quem ganha o tal ordenado de quinhentos e oitenta que vai descontar os dois euros. Isto é um valor médio, porque isto depende, também, dos descontos e abatimentos que cada família vai deduzir e só no final do apuramento de IRS é que se calcula este valor. Portanto, isto não é tukur. Não é assim. Isto é com base em valores médios.----------

----- Agora, vamos falar de outro valor. Trezentos e cinquenta mil euros. Trezentos e cinquenta mil euros representa um vírgula quarenta e cinco porcento do nosso orçamento. Devo dizer que nós temos rubricas nas Grandes Opções do Plano que têm percentagens mais baixas do que esta e eu não vi ninguém da oposição estar preocupado com estes valores. E agora estamos preocupados com estes valores. Vamos ser coerentes na abordagem e na forma como estamos a tratar as coisas. Era só isso. Muito obrigado."----------

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu permitia-me só responder a uma ou duas questões, dado que as questões de índole pessoal deixá-las-ei para outra questão. Não me parece, meu caro amigo Deputado que alguma vez tenha falado aqui de impostos. Penso que falei de vencimentos. Mas, de qualquer dos modos, posso estar enganado relativamente a essa questão.----------

----- Aquilo que eu falei aqui, e volto a referi-lo e a referenciá-lo, foi que, na realidade, este imposto, ou esta redistribuição do imposto, é feita como já foi dito aqui, de forma gradual, não permitindo, como eu terminei a minha intervenção, por dizer que possamos fazer uma redistribuição de quem poderia, eventualmente, receber menos e não necessite dele, por quem,

eventualmente, necessita dele. E tive o cuidado de dizer que a Câmara Municipal tinha um conjunto de apoios e de atividades onde, na realidade, atingia as pessoas mais necessitadas.----
----- E para o fazer, e já agora permita-me acrescentar, por exemplo, o apoio às famílias em questões de farmácia, em questões, inclusivamente, de rendas de casa, etc., que a Câmara Municipal necessita de ter capacidade económica para poder suportar essa questão.----------
----- Portanto, eu continuo a referenciar a mesma coisa. Não estamos a falar de uma questão progressiva, não estamos a falar que toda a gente vai receber um xis de igual forma, ou que aqueles que têm um xis que recebem, eventualmente, à partida, menos, pudessem receber mais, estamos a falar, efetivamente, de que, e volto a referenciá-lo, quem tem um vencimento de quinhentos e noventa e nove euros, como não casado, por exemplo, paga, por ano, quinhentos euros e receberia catorze euros.----------
----- Portanto, falo disso, em comparação com quem recebe mil e quinhentos, ou mil e seiscentos, e paga quatro mil e receberia cem euros. Portanto, quem recebe mais no seu vencimento, paga mais IRS. Aqui, iria, efetivamente, receber mais contribuição, se nós descêssemos esse valor. Foi só isso que eu disse.----------
----- Quanto ao resto, efetivamente, gostaria apenas de dizer que utilizei aqui algumas questões para fazer enquadramento. Não discuto esse problema. Mas, de qualquer dos modos, quero dizer, também, que ao longo do dia de hoje tenho encontrado aqui várias intervenções com enquadramentos para explicar coisas que na realidade entendem importantes. Fiz exatamente aquilo que os outros fazem. Não sei de que me acusam. Mas, de qualquer dos modos, não posso deixar de referenciar esta questão."----------
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Fiquei com a impressão que na bancada do PSD acham que a bancada do MIAP não está preocupada com os impostos. Toda a gente aqui está preocupada com os impostos. E a verdade é que, penso eu, que na nossa bancada toda a gente paga IRS. Acho que ninguém ganha abaixo dos quinhentos e quarenta euros. E como toda a gente paga IRS, até seria bom, juntávamo-nos aqui todos e dizíamos assim: vamos votar todos a favor para isto vir para zero e assim temos todos mais mil euros na conta ao fim do ano. No meu caso até seria mais.----------
----- A grande diferença é que na bancada do MIAP nós acreditamos que os cinco porcento que vamos dar do nosso IRS à Câmara vai ser bem gerido e bem aplicado. E preferimos dar esses cinco porcento do que tê-los no bolso e, se calhar, utilizar nesse consumo, ou nessas outras coisas que poderia ser utilizado o dinheiro. Damos para contribuir para a solidariedade do concelho, de quem menos pode pagar, para aquilo que toda a gente usufrui possa ser possível e para haver projetos que esta Câmara vem concretizando, ano após ano, e para contribuir para esse orçamento. Por isso é que nós votamos a favor."----------
----- Concretizadas as intervenções por parte dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que declarou

o que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Apenas em resumo, porque não vou estar a referir-me a cada um individualmente, já foram muitas as intervenções. Mas, de facto, quando se falou aqui em choque fiscal, obviamente que choque fiscal é aquilo que nós assistimos diariamente quando nos é comunicado, através dos meios de comunicação social, que terão que ser novamente efetuados mais cortes, ou que as taxas têm que aumentar, ou que as deduções, inclusivamente, em matéria de cobrança fiscal serão reduzidas.----------
----- Obviamente que o IRS é um imposto que foi definido pelo Estado. É o Estado que define as regras e os limites para a cobrança do mesmo e, como forma de compensar os Municípios, através das suas transferências correntes, até diz: cabe aos Municípios uma percentagem do IRS até cinco porcento. Portanto, o Estado, no fundo, impõe as regras de cobrança e os Municípios têm que abdicar, obviamente, de alguma receita que, no fundo, é o Estado quem arrecada a maior fatia, que não abdica, obviamente, da redução desses limites de cobrança e aumenta, inclusivamente, aquilo que é a possibilidade de deduzir em matéria fiscal e, portanto, que possa beneficiar a todos, pelo menos, aqueles que têm possibilidade em termos de despesas de saúde ou de educação, ou outros afins.----------
----- Portanto, compreendo que isto é uma matéria sensível. Obviamente, ninguém gosta de ter de pagar. E que, se houvesse outra forma de os Municípios terem receita, obviamente que não havia esta cobrança. Mas, continuo a dizer, não é o Município que cobra este imposto, é o Estado que o cobra e é o Estado que entrega uma determinada percentagem ao Município. Que, para fazer face a várias medidas, a várias políticas que têm vindo a ser implementadas, e outras que vão sendo aprovadas, tais como as que ainda estarão a aprovação nos pontos seguintes, obviamente que tal não é possível se não houver receitas que possam colmatar estes benefícios que se possam atribuir às famílias mais carenciadas.----------
----- Já muito foi aqui dito de medidas que são aplicadas, seja através do Fundo Social, seja através dos medicamentos, seja através da redução do escalão da água das famílias numerosas, seja em tantos e tantos pedidos de isenção do ramal de água, ou do saneamento, que cada vez mais nos vão aparecendo e agora com outras ligações que anunciaremos brevemente, são pedidos que nos chegam diariamente e, obviamente, que são menos receitas que entram na Câmara, mas que são benefícios que são dados diretamente às populações que mais precisam. E, como em tudo na vida, obviamente, quem mais recebe é quem mais paga, a bem daqueles que, obviamente, têm menos possibilidades e têm mais carências.----------
----- Permitam-me, ainda, só dizer-vos que ainda há dias um colega meu autarca dizia que não entendia estas políticas dos Municípios, isto é um bocadinho contrário àquilo que vem a seguir, de sucessivamente reduzirem os impostos, quando, afinal de contas, o Estado cada vez mais nos retirava transferências do Estado e os Municípios diziam, desculpem, ámen, podem continuar a retirar porque nós até baixamos os impostos, portanto, ainda temos capacidade para mais, tirem mais se for necessário que nós ainda sobrevivemos.----------
----- Portanto, isto para vos dar apenas um exemplo e apenas uma mera reflexão, porque

também quem fala assim, se calhar, gostaria que tomasse como referência os limites superiores e não os limites inferiores. Mas, dentro daquilo que é possível ao Município, reduzimos os impostos que forem necessários, e o exemplo vem a seguir."----------
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Eu só queria fazer aqui duas referências mais. É que, efetivamente, vejo tantas preocupações com umas coisas. Mas, afinal, este imposto, se fosse diminuído, vinha ou não vinha aliviar as pessoas? Estamos numa situação de crise financeira, então vinha aliviar os cidadãos. E, portanto, ficava disponível rendimento para outro consumo, para outro investimento, etc.. E mais, se a Câmara goza de tanta saúde financeira, então podia também fazer um esforço, neste momento de crise financeira, de estar ao lado dos cidadãos.----------
----- Caro colega Timóteo, vamos lá fora à rua e vamos perguntar a um cidadão se quer pagar cinco porcento do IRS para as obras da Câmara. Vamos lá fora. É tão ingerido, vamos propor aumentar este valor de cinco para dez, por que não."----------
----- Antes de conceder a palava a um outro Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou o esclarecimento que se passa a tentar transcrever na íntegra:----
----- "Eu queria dizer que esta Assembleia, acho que posso falar em nome da Assembleia, se regozija com a presença de público, dos nossos munícipes. Mas, eu vou ter que ler o artigo cinquenta do nosso Regimento, que provavelmente não é conhecido: a nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou aprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas. Depois diz, a violação do disposto no número anterior é punida com coima que aqui está. Portanto, isto só para chamar a atenção, que são bem-vindos, o público é bem-vindo nesta casa, mas eu penso falar em nome de todos."----------
----- Prontamente, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:-
----- "Mais uma vez respondendo diretamente ao meu colega, nós não precisamos de ir lá fora, podemos perguntar aqui quem é que não gostava de ter os impostos reduzidos. Agora, eu perguntei lá fora, há um ano atrás, que foi em outubro, quem é que votava em mim. As pessoas elegeram-me a mim e eu represento as pessoas que são a maioria, que dizem que aquilo que eu sei, aquilo que eu penso, aquilo que eu decido aqui é aquilo que essa maioria que me elegeu para nos representar aqui.----------
----- Toda a gente gostava de baixar os impostos. Eu até gostava que o governo baixasse o IVA para os cinco porcento, ou para os quinze, vá, pronto, para não ser para os cinco. E que me baixassem o IRS também para vinte porcento, em vez de pagar trinta e sete como pago. Gostava muito disso.----------
----- Agora, o que eu digo é que eu, pessoalmente, que sou uma pessoa que pago, e das quais podia ser beneficiado com esta medida, e se calhar não há aqui ninguém que fosse mais beneficiado, prefiro pegar nesse dinheiro, entregá-lo à Câmara, que tem projetos válidos, com

os quais precisa desse dinheiro para os fazer. É só isso que eu tenho a dizer. E não preciso de perguntar lá fora porque já perguntei há um ano atrás. Foi no dia das eleições."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de novo a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu acho que há aqui uma imprecisão e gostava que ela ficasse esclarecida. Nós não vamos perguntar a ninguém lá fora se quer pagar mais cinco porcento. Porque ninguém vai pagar mais nada com estas medidas. O que vai é, efetivamente, do que pagou, poder receber alguma coisa, ou não. É diferente. Senhor Presidente, em face da situação da Senhora Vereadora, eu termino aqui a min há intervenção."----------

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de novo a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Muito boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Já foram aqui apresentadas todas as maneiras de ver os pontos de vista de muita gente, que já vimos que são contraditórios. Eu só levantaria uma questão, que o Professor Luís Santos há pouco já falou nisso, mas eu até tinha aqui, se fosse necessário, tinha aqui umas faturas de água da AdRA e podíamos comparar. É que cento e trinta mil consumidores de água no concelho de Anadia, treze mil, desculpem, eu tenho aqui treze mil escrito e falei cento e trinta mil, mas depois vai dar ao mesmo. Portanto, se a Câmara Municipal levar mais quatro ou cinco euros a cada um, até pode prescindir dos cinco porcento do IRS. Só que, quem recebe o ordenado mínimo nacional, vai pagar esses quatro ou cinco euros. E quem recebe dez ou vinte mil euros, que se calhar há aí muita gente que o fará, continuará a pagar esses quatro ou cinco euros. Isto é justiça? Acho que o Tribunal Constitucional tem-nos estado a dar notícias do que é a injustiça quando vamos cobrar impostos a uns e não vamos cobrar impostos a outros.----------

----- Portanto, eu também só queria dizer mais uma coisa. Relativamente a este fantasma dos que pagam impostos. Eu não sou contabilista, nem nada que se pareça, nem sei nada disso, mas preencho a declaração de IRS de nove pessoas. Dessas nove pessoas, somente eu e o meu pai e uma outra pessoa é que pagamos IRS, porque os outros, aquilo que lhe descontam mensalmente, é-lhe devolvido completamente na altura do acerto de contas. Portanto, esses continuam a ganhar zero e não ganham o ordenado mínimo. Também posso garantir. Portanto, estamos aqui a tentar defender aqueles que ganham muito, quando a alternativa será aumentar impostos, ou outros tipos de cobranças, àqueles que ganham pouco. No fundo, penso que é isso que se está aqui a querer. Obrigado."----------

----- Esgotados os pedidos para intervir no período de discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS relativo aos rendimentos do ano dois mil e

quinze, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------
----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS relativo aos rendimentos do ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Nogueira de Almeida, Sara Filipa Seabra dos Reis, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, sete votos contra, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da apresentação de uma declaração de voto, subscrita pelo Senhor Deputado João José Nogueira de Almeida. Considerando que a mesma respeita ao ponto seis e aos dois pontos seguintes da ordem do dia, informou que a mesma iria ser lida, por acordo, no final do ponto oito da ordem do dia.----------
----- Prontamente, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que apresentou a declaração de coto com o teor que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Gostaria de fazer uma declaração de voto neste ponto, em nome pessoal, para dizer o seguinte: votei contra a aprovação deste ponto, porque ela não reflete o meu sentido de proximidade com as pessoas, não defende a gestão equitativa do território e, por último, tentou-se aqui elencar uma série de medidas às quais esta receita estaria adstrita, como benefícios sociais e etc., e isso não corresponde à verdade. Será para isso e será para muitas outras coisas, que podem ser questionáveis."----------
----- Também para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima. A declaração de voto apresentada tem o teor que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "O meu voto favorável é para que a Freguesia de Avelãs de Cima não possa ser referenciada como impeditiva de receitas para o Município."----------
----- Apresentadas as declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto seis da ordem do dia.----------
----- Decorridas quatro horas de sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os trabalhos iriam ser interrompidos por um período de quinze minutos, sendo retomados por volta das dezanove horas.----------
----- Retomados os trabalhos da sessão ordinária do dia vinte e nove de setembro de dois mil e catorze, quando eram dezanove horas e quatro minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, a apresentar o ponto sete da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto*

Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA".----------

----- Apresentado o ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Neste ponto penso que não irá haver, por certo, muita discussão, tendo em conta que os valores que propomos, em termos de fixação das taxas relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano dois mil e quinze, é proposto sobre os valores mais baixos em termos de percentagem a aplicar, seja nos prédios rústicos, seja nos prédios urbanos. Como tal, é a proposta que foi presente em reunião de Câmara, aprovada pelo Executivo, e que se propõe, desde logo, à Assembleia Municipal. Deixo à vossa consideração."----------

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Na realidade, conforme a Senhora Presidente da Câmara disse, congratulamo-nos, efetivamente, pelo valor mínimo da taxa a cobrar. É pena que esta aplicação não tenha sido feita com coerência aos outros impostos. Obrigado."----------

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Dizer que, efetivamente, esta é uma taxa que é cobrada pelos Municípios, diretamente pela autarquia. E, portanto, estabelecidos os limites, mínimos e máximos, a opção do Município é pelos valores mínimos. E, desde logo, é a dita taxa que é cobrada diretamente aos munícipes e que entra nas receitas da Câmara e, como tal, obviamente, também não podemos baixar mais e é um benefício dado por igual a todos que têm a possibilidade de o pagar, uma vez que o mesmo indica que têm com certeza património e que beneficiam dele. Sendo certo que, apesar de tudo, e nestes tempos difíceis, este é um imposto que, mesmo assim, muitas famílias, porque a maioria tem uma habitação, custa-lhe na hora a pagar e, desde logo, essa é uma ideia que nós temos e que nos é transmitida para que seja tido em atenção, ou a possibilidade de isentar, coisa que, obviamente, não pode ser."----------

----- Sem qualquer outro pedido para intervir no período de discussão do ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e quinze, de acordo com o

estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto sete da ordem do dia.----------
----- De seguida, passou a apresentar o ponto oito da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de dois mil e catorze e cobrada no ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------
----- Apresentado o ponto oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Tendo em conta que já no ano passado houve uma descida acentuada deste imposto, que passou de um e meio para zero vírgula cinco, tendo em conta, também, que mantendo esta percentagem, no fundo, e dado que se aplica apenas aos lucros, às empresas, obviamente, que têm a possibilidade de ter um lucro e passível de tributação, no fundo, são considerados todos no mesmo patamar, e não estabelecendo aqui diferenciação entre valores ou tributação, uma vez que também aqueles que com algum sacrifício, mas que também com muita inteligência, e com capacidade de sobreviver a estes momentos de crise, souberam, efetivamente, superar e manter-se no terreno, garantindo os postos de trabalho e, desde logo, dando um sinal positivo para a economia do nosso concelho.----------
----- Portanto, o imposto que propusemos é de zero vírgula cinco porcento sobre o lucro tributável, e de acordo com a lei, porque temos, efetivamente, que dizer aonde será aplicado este imposto, desde logo que o referenciamos para ser, no fundo, imputado à realização de obras, nomeadamente à remodelação e manutenção da rede de abastecimento de águas, que tanto se torna necessário, pelas razões que já no início desta Assembleia referimos. Deixo também à vossa apreciação."----------
----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora, muito boa tarde. Ricardo Manão. Em primeiro lugar, boa tarde ao Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, à Presidente do Executivo e restante e aos restantes colegas Deputados. Quanto ao ponto da Derrama. A Derrama, que é um imposto aplicado às empresas sobre o lucro tributável apurado no processo de cálculo de IRC, dada a conjuntura recessiva que ainda atravessamos, aliada à falta de iniciativa empresarial que existe no concelho de Anadia, seria esta uma excelente oportunidade para criar condições fiscalmente mais favoráveis para a captação de investimentos.----------
----- Veja-se o caso de Águeda e da Mealhada, com isenções em função do volume de negócios

anual, isto é, dois concelhos que possuem um tecido empresarial mais vasto do que o existente em Anadia. Poderia a Câmara Municipal ter avançado, eventualmente, para a criação de escalões em função do volume de negócios, ou do lucro tributável, não penalizando, desta forma, as pequenas e médias empresas, que são o forte da nossa indústria.----------

----- Sugeríamos, por exemplo, que a Derrama fosse reduzida, já em dois mil e quinze, para zero vírgula vinte e cinco porcento, podendo, eventualmente, ficar isenta em dois mil e dezasseis, para determinados escalões de tributação. Esta medida tornaria o concelho fiscalmente mais atrativo, sendo um fator muito importante para a captação de empresas e de investimentos. Como se poderão atrair investimentos para o nosso concelho, quando não se criam incentivos fiscais de diferenciação face a outros concelhos vizinhos? Como poderão ser ajudadas as empresas que, apesar dos prejuízos alcançados, apresentem lucro tributável por força dos ajustamentos fiscais, contribuindo, também, para a asfixia financeira que atravessam?----------

----- As despesas de remodelação e manutenção da rede de abastecimento de água não deverão estar dependentes de um imposto como a Derrama. Deverão, isso sim, ser elencadas, e devidamente suportadas, pelo orçamento anual da Câmara Municipal de Anadia, dado que se tratam de obras básicas para o bem estar e saúde da população, não devendo, por isso, estar condicionadas, ou dependentes, da cobrança de impostos.----------

----- Uma vez mais, entendemos que se perdeu uma grande oportunidade para a captação de empresas, dinamizando o concelho e gerando emprego e riqueza a médio prazo. Obrigado."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Nesta matéria específica, permita-me recuperar o contexto que vem de trás da participação no IRS. Uma, se diz respeito a pessoas, esta diz respeito a empresas. E, de facto, como o meu colega Ricardo Manão acabou de informar e de refletir, este segmento empresarial, de facto, é o motor da competitividade do nosso território. Não do nosso, só, por si, mas num território que é composto por todos os Municípios à volta e por todas as trocas que se fazem no plano nacional e internacional.----------

----- Neste ponto, assim como o justificaríamos perante as pessoas, também o justificávamos perante as empresas. Era preciso dar um sinal claro. Se tinha algumas dúvidas que a descida do ano passado era uma medida eleitoral, como foi assumida, na hora, pelo anterior Presidente, este ano fico sem dúvidas. Não só se mantém o teor da descida, mas não se define qual é a estratégia que está por trás dessa manutenção.----------

----- Não podemos defender que é uma receita necessária, porque já o era no passado. E, se fosse necessária, podia ser reequacionada, e como muito bem defendeu o meu colega Ricardo Manão, a Câmara estava em condições, porque não era Município único a fazê-lo, de definir padrões de intervenção desta margem e, eventualmente, estava em condições de apresentar à expressiva e numerosa tendência para empresas que eventualmente têm alguma dificuldade em

permanecer no território. E os dados são públicos, que noventa e cinco porcento das nossas empresas, as empresas residentes no concelho, têm menos de dez pessoas ao serviço.----------
----- Portanto, são empresas que estão definidas entre micro e pequenas e médias empresas e que, eventualmente, consequência de toda a conjuntura, poderão ver aqui o seu patamar de receita algo perturbado. Portanto, não é um número acessível, não é um número que possa ser tido como conhecido, porque depende sempre destas trocas empresariais.----------
----- Depois, uma curiosidade, quando a Senhora Presidente faz indexar esta receita, o valor que se prevê cobrar desta receita às despesas realizadas na área da remodelação e manutenção da rede de abastecimento de água. Considero este princípio totalmente errado. Ora, se esta captação de receita não é uma receita certa, só é conhecida no ano seguinte, apesar da aprovação da taxa se cingir a este ano, como é que a Senhora Presidente pode equacionar intervenções na rede de águas se não conhece o valor que pretende investir.----------
----- Portanto, o investimento na rede de água é uma matéria sensível no nosso concelho, que precisa de estratégia e precisa de estar elencada e com verba distribuída no orçamento direto. Não pode, em nosso entender, e em meu entender, estar dependente desta verba. A fazê-lo, e esta é uma opinião minha, pessoal, está a dedicar pouca atenção e pouco investimento à manutenção da rede e investimento na rede, e temo que no futuro possa estar a condicionar a manutenção fora da AdRA do concelho de Anadia. Um Município que não promove e não define estratégia para investir especificamente na rede de águas, com valores específicos, e fá-lo constar com um valor reflexível, pode, e espero que não, estar a condicionar esta essência do Município se manter fora do ciclo das águas.----------
----- A receita, é uma receita importante, certamente, para o Município, mas, consequência de uma redefinição de estratégia, o Município tinha aqui margem para dar um sinal à captação de novas empresas para o Município e não o fez. Perdeu uma oportunidade importante. E ficava-me por aqui. Obrigado."----------
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Renovo os meus cumprimentos a todos os presentes. Sobre o assunto da Derrama, voltamos um pouco atrás, no fundo, não é diferente da discussão do ponto seis. E vou-me lembrar só de uma palavra que ouvi aqui algumas vezes, que é solidariedade. E, também seria, o que quero dizer, em solidariedade. Isto é, quem tem grandes rendimentos, quem tem grandes lucros, ou maiores lucros, paga imposto, porque até tem lucros. Isto é sobre os lucros, não é sobre os movimentos. E, portanto, será também solidário com os restantes, apoiando outras ações.----------
----- E não faço a mesma leitura, embora o português às vezes seja difícil, mas, onde se diz aqui que para ajudar a fazer face, naturalmente que não quer dizer que esteja dependente a remodelação e manutenção da rede de abastecimento de águas esteja dependente deste valor. Esta valor irá ajudar a. Penso que é isto que eu interpreto com este português que aqui está.---

----- Nos Municípios aqui à nossa volta, alguns têm taxas que ultrapassam o dobro do que Anadia propõe neste momento. Alguns, até arranjaram uma engenharia para que houvesse patamares, porque é possível, neste imposto isto é possível. No entanto, um dos patamares também é mais do dobro do valor que Anadia propõe.----------

----- Aqui, efetivamente, voltamos a uma situação semelhante. É preciso que a Câmara Municipal recolha alguns fundos daqueles que ainda podem ser solidários para com os outros. E é isso que está aqui em causa. Quem ganha, quem tem, felizmente, e quem pode ter, de facto, lucros, tem empresas rentáveis e tem lucros declarados paga, naturalmente, uma pequena, uma pequeníssima porção de zero vírgula cinco porcento, para ser solidário com os outros que não podem e para que a Câmara tenha possibilidades de criar algumas condições para os outros.----------

----- Provavelmente, aqui não está dito, mas o dinheiro que entra na Câmara, também servirá, se calhar, para melhorar algumas áreas industriais, portanto, favorecendo a tal vinda de novas empresas. Mas, o problema da vinda das empresas não deve ser estes zero vírgula cinco, de certeza absoluta. De certeza que não são.----------

----- Portanto, repito, nós, MIAP, iremos votar favoravelmente este ponto oito da ordem do dia, porque, repito, penso que quem pode tem que ajudar os que não podem e é uma questão de solidariedade, como temos ouvido hoje aqui muitas vezes essa palavra. Muito obrigado."--------

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Mais uma vez, muito boa tarde. Hoje é um dia especial, que isto, o dia desta discussão dos impostos, é sempre um dia engraçado de ver qual é que é, digamos, a posição das pessoas face às diferentes possibilidades que lhe são oferecidas.----------

----- Eu estou nesta Assembleia já desde a outra legislatura, portanto, posso falar sobre a medida que foi feita anteriormente, a baixa, podem-lhe chamar medida eleitoralista, mas foi uma baixa que foi feita quando o orçamento assim o permitiu e, no fundo, também, para ajudar as empresas que atravessam grandes dificuldades, uma vez que o país, e a nossa economia, está frágil nos últimos anos.----------

----- Agora, também é preciso fazermos algumas contas para termos aqui uma ideia do que é que estamos a falar. Uma pequena empresa que fature cem mil euros por ano, que é uma pequena empresa, e que tenha - se assim todas fossem bem estávamos nós -, dez mil euros de lucro, vai dar de imposto, à Câmara Municipal, cinquenta euros. Temos que fazer as contas como elas são. Uma empresa que fature cem mil euros, que tenha dez mil euros de lucro, vai dar à Câmara cinquenta euros. Pronto, é só este número que eu queria dizer, porque cinquenta euros, realmente, vai fazer uma diferença a essa empresa que é, pronto, vai ser, realmente, o entre a vida e a morte dessa empresa os cinquenta euros.----------

----- Agora, depois temos que fazer é as contas todas daquilo que as empresas poupam em relação ao instalarem-se nos outros Municípios – e eu estou a falar porque sei o que é que estou

a dizer -, o quanto é que é a menos das outras taxas todas, daquilo que a Câmara, dos serviços que a Câmara fornece às empresas em relação aos outros Municípios.----------
----- E, mais uma vez, eu venho dizer o mesmo, eu prefiro, e agora falo como empresário, pagar esses mais cinquenta, ou quinhentos, ou mil, seja o que for, e dar à Câmara esse dinheiro para a Câmara me fornecer os serviços que me fornece aos preços que me fornece. Muito obrigado."----------
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora, boa tarde, mais uma vez. Primeiro, só para dar uma resposta em relação ao Deputado Rafael Timóteo. Efetivamente, uma empresa que possa, eventualmente, faturar cem mil euros e que tenha um lucro de dez mil, digamos, o cálculo da derrama não é assim tão direto, é que ao cálculo do lucro contabilístico há que somar os ajustamentos fiscais que vão servir de base, digamos, ao cálculo da derrama. Ou seja, quem conhece uma modelo vinte e dois sabe que há linhas e há uma série de acréscimos ao lucro contabilístico que poderão catapultar bastante o lucro tributável, porque a derrama exerce-se sobre o lucro tributável e não sobre o lucro da empresa. Portanto, não sobre o lucro contabilístico, mas sobre o lucro fiscal.----------
----- Quando nós falámos em relação à questão das taxas de derrama, efetivamente, Anadia tem uma taxa baixa, em relação a outros concelhos do distrito de Aveiro. A vantagem que alguns concelhos têm é que há escalões de lucro tributável, ou escalões de volume de negócios que isentam completamente essas empresas de terem o pagamento da derrama, que, em muitos casos, poderá ser um caso de asfixia financeira, efetivamente, que ocorre durante o mês de maio. Portanto, que isso acontece frequentemente, é uma realidade que eu tenho bem presente. Já para não falar noutros casos de outros concelhos em que existem também, no próprio distrito de Aveiro, em que a taxa pura e simplesmente é zero."----------
----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Muito boa noite, novamente. Apenas para dizer que neste ponto da derrama, um bocadinho também relacionado com o ponto anterior, o Partido Socialista também já vinha defendendo há muitos anos aqui nesta Assembleia uma redução, como forma de atrair empresas ao concelho. O ano passado essa redução ocorreu e mantém-se este ano ao mesmo nível. E isto é uma, como dizia no ponto anterior, há que fazer escolhas. Possivelmente, se o PSD estivesse no Executivo faria uma escolha diferente, procuraria um equilíbrio diferente. Depreendemos isso do que disse relativamente ao IRS. Mas, como não se pode inventar receitas, não se pode inventar dinheiro, há que fazer escolhas. A escolha está feita e o nosso relativamente a esta escolha também é favorável. Obrigado."----------
----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a

palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Simplesmente só para dizer duas notinhas. Não cabe a esta Assembleia, creio, justificar se cinquenta euros é muito para a empresa, ou se é muito para a Câmara investir. Não é isso que está aqui em questão. Aqui em questão está qual é a estratégia da Câmara para utilizar o dinheiro que cobra através dos impostos.----------

----- Neste específico, interessa saber se é justo, se não é justo, se tem estratégia, se não tem estratégia. No nosso entender, aquilo que defendemos é que a Câmara tinha margem para dar um sinal. E esse sinal é um sinal que não tem resposta. Para uns é insuficiente, para outros é mais do que suficiente. Mas nós não estamos aqui a colocar isso em questão.----------

----- Depois, condicionar a aprovação de impostos de que a obra é toda válida e justa e é para casos sociais e etc.. Óbvio. Então, não vão estar aqui a justificar que os impostos cobrados é para gastar a seu belo prazer e como quer e apetece. Vamos ver, e espero enganar-me, quando vierem cá as contas, se de facto a Câmara gasta bem, ou gasta mal o dinheiro que cobra aos munícipes. Vamos ver. E ficava-me por aqui."----------

----- Também para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, que concretizou a intervenção que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Só para fazer uma pergunta, que é retórica, porque eu sei o valor. Portanto, o valor que era proposto pela bancada do PSD era uma descida de mais zero vinte e cinco pontos. Portanto, a diferença dos tais cinquenta euros, que então fazem muita diferença às empresas, era entre pagar cinquenta euros, ou pagar, naquela comparação que nós fizemos, que é uma comparação que, apesar das contas do Manão, do Ricardo, tudo bem, eu dou de barato que sejam cem euros que essa empresa vai pagar. Mas, então, a diferença seria entre pagar cinquenta euros e vinte e cinco euros. Então, se calhar, vinte e cinco euros também vai fazer com que a empresa vá à falência.----------

----- Mais uma vez, eu aconselho a irem ver quanto é que se paga para os determinados serviços que uma empresa precisa da Câmara Municipal, taxas, licenças, ramais de água, o pagamento da própria - não sei como é que lhe chama agora, mas se calhar é do contador da água e do saneamento. Façam essas contas todas e, depois, vejam se é mais caro estar instalado em Anadia, ou estar instalado na Mealhada, ou ali em Oliveira do Bairro, ou em Aveiro. É só essas contas que eu gostava que fizessem."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Neste seguimento, e face ao cenário que foi agora traçado, é tão perfeito, tão perfeito, o que se passa em Anadia que os nossos parques industriais estão carregados de empresas, está uma lista de espera que nunca mais acaba e está o PDM a ser discutido com mais não sei quantos parques industriais para vir mais não sei quantas empresas por causa destes impostos

todos. É um cenário fantástico. Obrigado."----------
----- Ainda no período de discussão do ponto oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Eu só queria juntar a este cenário fantástico dos nossos centros de produção industrial, o cenário fantástico da Zona Industrial de Oiã, das Zonas Industriais de Barrô, ou outras em Águeda, aonde a maioria dos pavilhões já estão fechados há alguns anos. Ter lá pavilhões não implica ter empresas, nem implica ter indústrias. E, se calhar, Senhor Deputado, eu até gostaria que um dia destes viesse à colação desta Câmara saber, por exemplo, por que é que se criou uma zona industrial em Vilarinho do Bairro, e ela esteve fechada durante quase cinco anos, por que é que isso aconteceu e por que é que nós, na realidade, neste momento não temos lá nenhuma empresa e se se tivesse começado a vender cinco anos antes, se calhar estariam também lá empresas, ou estariam fechadas. Porque o grande problema neste momento é exatamente esse. Nós não temos zonas industriais com empresas, os outros têm zonas industriais fantasmas. E quando Vossa Excelência quiser, nós podemos ir visitá-las. Não custa nada. Muito obrigado."----------
----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou o que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Era só para, no fundo, fazer aqui um ponto de situação. E, a propósito de algumas afirmações que aqui foram feitas, na medida em que no ano passado se referiu aqui, e bem, que se desceu de um e meio para zero vírgula cinco porcento, chamaram-lhe uma atitude eleitoralista. No entanto, os Senhores continuam a propor a descida e não sei que adjetivo lhe atribuir. Será apenas um sinal, como os Senhores dizem, portanto, porque este ano não há eleições. Com certeza, se estivessem sentados do outro lado teriam votado, na altura, com certeza, contra porque era eleitoralista essa descida acentuada.----------
----- Só para vos dizer que estamos aqui a discutir uma pequena percentagem, mais um porcento, ou sobre o lucro variável nos escalões e eu gostaria, obviamente, e seria desejável, que o Município, face a este imposto, realmente fosse ressarcido de um valor considerável. Isso poderia significar, obviamente, uma grande receita para o Município, o que, por sinal, não representa neste momento.----------
----- Mas também aqui referir que se muitas das nossas empresas têm benefícios e usufruem deles, nomeadamente nos serviços prestados, seja na água, no saneamento, ou nos lixos, ou por aí fora, também é verdade que muitas dessas empresas nem sequer têm a sua sede fiscal no nosso concelho. Portanto, aquelas que eventualmente teriam capacidade, e maior capacidade, de pagar e contribuir para o Município, obviamente, também não têm a sua sede fiscal, o que seria desejável, também, que houvesse regras que impusessem a todas as empresas que se instalassem num determinado concelho, aí mesmo tivessem a sua sede fiscal, porque aí contribuiriam para o Município, para a economia, e, portanto, seria uma contrapartida

pelos benefícios que usufruem de outras propostas que o concelho lhes oferece."----------
----- Esgotado o período de discussão do ponto oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de dois mil e catorze e cobrada no ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------
----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de dois mil e catorze e cobrada no ano dois mil e quinze, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Nogueira de Almeida, Sara Filipa Seabra dos Reis, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, seis votos contra, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, e uma abstenção do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.----------
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Secretária da Assembleia Municipal, Maria Alexandra Henriques, para ler a declaração de voto apresentada e subscrita pelos Senhores Deputados João José Nogueira de Almeida e Sara Filipa Seabra dos Reis. A Senhora Secretária efetuou a leitura da declaração de voto com o teor que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "Declaração de voto. Votamos a favor as propostas da Câmara Municipal de Anadia de fixação da percentagem de participação no IRS, fixação das taxas do IMI e da Derrama, todas relativas ao ano de dois mil e quinze, pelas seguintes razões:----------
----- As receitas fiscais são uma parte relativamente importante das receitas camarárias. Qualquer diminuição da receita prevista em algumas das suas rubricas, implicaria, forçosamente, um aumento da receita prevista em outras rubricas, ou, então, a diminuição quantitativa, ou qualitativa, dos serviços prestados pela Câmara Municipal.----------
----- As percentagens do montante de impostos arrecadados que revertem para a Câmara estão dentro do aceitável. De facto, zero vírgula cinco porcento dos lucros tributáveis é um valor suportável. Também a taxa de zero vírgula três porcento do valor dos prédios urbanos e zero vírgula oito porcento do valor dos prédios rústicos se justifica plenamente, até porque são as taxas mais baixas permitidas legalmente.----------
----- Já me levantam algumas dúvidas o valor de cinco porcento sobre o IRS devido pelos particulares, até porque já se sabe que o valor cobrado de IRS será significativamente maior em dois mil e catorze que em anos anteriores, pelo que a Câmara terá uma receita maior, apesar de a taxa a reverter para a Câmara se manter nos cinco porcento.----------
----- As propostas do atual Executivo Camarário são semelhantes àquelas que o PSD sufragou durante anos no tempo em que governou a Câmara Municipal de Anadia. Mais, os valores exigidos eram até mais altos dos que agora propõe a Câmara.----------

----- Sendo certo que, no essencial, a Câmara Municipal mantém para dois mil e quinze a mesma política de cobrança de receitas de anos anteriores, tanto ao nível da Derrama, como no IRS e no IMI.----------

----- Não descortinamos razões substantivas bastantes para votar contra. Sara Seabra dos Reis. João José Nogueira de Almeida."----------

----- Feita a leitura da declaração e voto subscrita pela Senhora Deputada Sara Filipa Seabra dos Reis e pelo Senhor Deputado João José Nogueira de Almeida, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto oito da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto nove da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Utilização das Bicicletas B-AND, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------

----- Apresentado o ponto nove da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Esta proposta de regulamento surge a partir de um projeto que o Município se empenhou em articular com outras iniciativas no âmbito da mobilidade e de um ambiente mais sustentável, também, tendo em conta o nosso potencial e aquilo que é a nossa história no que respeita à utilização dos veículos de duas rodas. E, como tal, entendemos que seria uma iniciativa que o Município poderia colocar ao dispor dos cidadãos deste concelho, no sentido de potenciar a mobilidade e incentivar, obviamente, o uso da bicicleta.----------

----- Esta é uma das primeiras iniciativas que temos em mãos e, desde logo, já foi apresentada a bicicleta que será colocada à disposição e este é um regulamento que define as condições de utilização dessas mesmas bicicletas. A utilização destas B-AND, ou as band, como eu gosto mais de lhe chamar, obviamente, que esperamos que os nossos cidadãos saibam utilizar, saibam respeitar as regras que aqui são definidas.----------

----- E, portanto, também para vos dizer que tivemos, para a aquisição destas mesmas bicicletas, a disponibilidade de uma empresa do concelho para a sua conceção e também para um patrocínio que, no fundo, disponibilizará ao próprio Município.----------

----- No âmbito deste projeto da mobilidade, estamos, também, a definir um outro projeto que pretendemos executar, que tem a ver, numa primeira fase, com a construção de ciclovias que possam, desde logo, ligar os principais centros, como seja a Curia, Anadia, através do Sport Center, também, que tem aqui as suas raízes, e o Velódromo de Sangalhos. Desde logo que os nossos ciclistas e atletas que, no fundo, gostam desta modalidade, não só aqueles que vêm praticar, que seja os estágios, seja treinos de alta competição, ou mesmo provas de alta competição, mas também é um incentivo a todos aqueles que apostam no uso deste veículo de duas rodas para promover hábitos saudáveis.----------

----- E, portanto é a nossa primeira proposta para incentivar a utilização deste meio de

transporte. Portanto, deixo, também, à vossa apreciação este projeto, este regulamento de utilização das bicicletas, na certeza, porém, que o Município irá apostar, obviamente, nesta rede de ciclovias que pretende construir e, como tal, também, vindo ao encontro de algumas medidas que os Fundos Comunitários colocarão à disposição dos Municípios, possamos ter a possibilidade de implementar."----------

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto nove da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Esta é um projeto, na sua génese, benéfico para Anadia. Sem dúvida. É a terra das bicicletas, logo, tem toda a justiça e pertinência. Agora, o que me causa alguma estranheza é que apareça um regulamento para aprovação sem que seja acompanhado pelo projeto em si. Interessaria nós percebermos qual é a utilidade do regulamento, perceber como é que é o projeto, como é que ele se vai efetivar, *timings*.----------

----- Nós conhecemos, pelo pouco que nos é transmitido, que é um projeto que tem o seu início. Não sabemos custos, não sabemos durante quanto tempo é que ele vai demorar a ser implementado na sua ordem de grandeza total, porque temos a parte inicial, mas não sabemos se o objetivo é evoluir para as freguesias todas, se vão ser construídas ciclovias, etc., etc., etc.. E quanto é que isso vai custar.----------

----- Desta vez, a Senhora Presidente, como muito bem disse, andou com o projeto para a frente e agora vai esperar submetê-lo a financiamento. Noutros projetos, conforme aqui foi discutido, eventualmente, vamos avançar se houver financiamento. Portanto, há aqui uma nova maneira de pensar. Depende do projeto. Não lhe retiro a valência, obviamente. Agora, interessa-nos conhecer o produto que vai ser regulamentado. Pelo menos, mais informação, porque andar na bicicleta e circular pela esquerda e pela direita, acho que é uma coisa que se aprende cedo e, portanto, toda a gente sabe. Respeitar a bicicleta, o bem público, creio que é um ato cívico. Agora, conhecer o projeto em si, quanto é que isso custa.----------

----- Até porque, lhe recordo, não é uma medida que tenha sido prevista no plano de atividades e orçamento, explicitamente. Pode lá estar entre linhas.----------

----- Portanto, não sabemos qual é o investimento previsto para dois mil e catorze, não sabemos qual é o investimento previsto para dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, se é que vai haver, ou se o investimento vai ser totalmente executado em dois mil e catorze.----------

----- Portanto, são questões prementes, porque o projeto é válido, tem uma mais valia grande, mas interessaria conhecer o projeto em si, para depois nós sabermos, este é o regulamento que efetiva este projeto. E não sabemos. É só."----------

----- Para a segunda intervenção no período de discussão do ponto nove da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que declarou o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu também considero o processo muito interessante. Gostava de levantar uma questão aqui. Eu não sou jurista, mas há aqui algumas coisas que me deixam alguma confusão, porque o que diz logo no início é que o Município de Anadia é o proprietário das bicicletas e que poderão ser usadas por pessoas que tenham capacidade física e tal. Tudo bem.----------
----- Depois, no artigo oitavo, vem dizer que o Município não se responsabiliza pelos danos que o utilizador possa sofrer, ou causar a si próprio, ou a terceiros, durante a utilização do serviço. Até aqui parece-me mais ou menos bem.----------
----- No artigo nono diz que o utilizador, ou seu representante legal, consoante o caso, permanecerá como único responsável por quaisquer acidentes ou prejuízos causados ou sofridos, no condutor, na bicicleta ou a terceiros, que ocorram durante o período de utilização das bicicletas.----------
----- Pergunto eu. Se alguém pensou nisto, suponho que terão pensado. Adotando o cenário mais negro, a pessoa que alugou a bicicleta tem um acidente e morre. A bicicleta é propriedade do Município, quem é que vai pagar a indemnização pela morte dele, se ele for o culpado? Não há seguro da bicicleta? A bicicleta não tem nenhum seguro? É que aqui não diz nada.----------
----- Eu só estou a questionar, atenção. Foi das coisas que me saltou à… É que a Câmara é que é proprietária dos veículos. Eu, como proprietário, sou eu que tenho de ter o seguro. Eu não sei, quer dizer, isto é só um acréscimo para nos precavermos, até porque depois na declaração, não vem dizer que a pessoa tem de ter seguro, ou qualquer coisa de responsabilidade, só vem dizer que se responsabiliza pela conservação da bicicleta, pela sua entrega em perfeito estado de utilização e não sei quê. O problema aqui que eu ponho é este, que pode ser um problema que temos de pensar nele. Há um fulano que aluga a bicicleta, tem um acidente e morre. Era só."---
----- Para responder às interpelações dos Senhores Deputados, Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----------
----- "O que está aqui para ser aprovado é o regulamento da utilização das B-AND, ou das band, portanto, das bicicletas. O projeto AND tem duas fases: uma será a fase das ciclovias e a outra é esta em que nós colocamos à disposição, e numa primeira fase, e num incentivo aos seus utilizadores, estas bicicletas. E, portanto, o que está aqui em causa é a aprovação de um regulamento aplicado à utilização as bicicletas. Ponto final.----------
----- O projeto AND e das ciclovias é um projeto alargado e que queremos implementar e, desde logo, terá que ser faseado. Começaremos, como disse, na interligação de Curia Anadia Sangalhos, fechar este circuito. E, obviamente, que, se for possível, e se houver meios para tal, ele poderá sempre ir estendendo-se para as outras freguesias. Tudo tem que ter um início e, desde logo, este é o nosso ponto de partida.----------
----- Relativamente à questão que o Senhor Deputado Sidónio colocou, todas as viaturas do Município, são registadas no património do Município e, desde logo, têm que ter um seguro. Portanto, esse é claro."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu compreendo as últimas palavras da Senhora Presidente, simplesmente estava aqui efetivamente à procura da questão, porque também me suscitou alguma curiosidade. E aquilo que é dito superiormente, é que em nenhum país da Europa é obrigatório seguro para as bicicletas e, portanto, quem assume essa situação é a pessoa que anda em cima dela, embora possa fazer seguros, como é óbvio. E, portanto, se a Câmara o fizer, tudo bem, não é isso que está em discussão. Mas não é obrigatório o seguro da bicicleta.----------

----- O que eu também acho um bocadinho estranho, dado que a bicicleta foi agora, como é que hei de dizer, foi equiparada aos veículos com motor, passou a ter as mesmas prioridades, é uma coisa que muita gente se esquece e por isso é que nas rotundas há tantos ciclistas a irem para o hospital. Mas não há efetivamente seguro obrigatório para as bicicletas no nosso ordenamento jurídico."----------

----- Esgotadas as inscrições para intervir no período de discussão do ponto nove da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Utilização das Bicicletas B-AND, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Utilização das Bicicletas B-AND, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, encontrando-se ausente na sala o Senhor Deputado André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto nove da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto dez da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------

----- Apresentado o ponto dez da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Em complemento a muitas das medidas que desde o início deste mandato foram tomadas, e de apoio aos mais jovens, quer com a adesão ao Cartão Anadia Jovem, quer, como há pouco a Senhora Deputada Mónica referiu, na possibilidade do acesso a habitação, nomeadamente aos apartamentos que a Câmara dispõe, a custos mais reduzidos, portanto com uma percentagem de benefício e de desconto para os nossos jovens, noutra vertente e numa vertente que será mais relacionada com o setor de educação, mas que também é transversal, porque se aplica à

juventude e porque, também, é transversal ao setor social, obviamente que se definiu uma proposta para atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior.----------
----- Desde logo que se definiu a regulamentação, as condições de acesso, de admissão, no fundo, os critérios para análise dessas mesmas candidaturas. E, portanto, estão estabelecidas as regras para que a Câmara Municipal possa abrir, sendo aprovado este regulamento, as candidaturas aos alunos do ensino superior. Portanto, desde logo, será mais um incentivo social que o Município irá colocar à disposição dos jovens e das nossas famílias, porque, de facto, são elas que têm de pagar as propinas aos nossos jovens e suportar todas as despesas inerentes à sua educação, quando têm necessariamente que estar a alguma distância das suas casas.-------
----- Portanto, é uma possibilidade que se abre aos nossos jovens, num valor que está definido e que queremos que possa abranger o maior número de alunos possível."----------
----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto dez da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------
----- "Ora, relativamente a esta questão das bolsas, diríamos que são medidas de direção positiva, com as quais nos congratulamos. No entanto, na nossa ótica, acho que podem, e devem, ser melhoradas.----------
----- Antes de qualquer medida é importante fazer o necessário enquadramento e, neste sentido, seria pertinente perguntar se há algum estudo sobre a realidade do concelho, nomeadamente com o número de estudantes universitários, o seu enquadramento social e quantos jovens estarão na condição de ficarem abrangidos por esta medida.----------
----- Para além disso, na nossa ótica, existem aqui determinadas *nuances*, e deixo duas situações a refletir. Se tivermos um estudante que pode ver, neste caso, numa situação hipotética, os seus pais desempregados na mesma altura, e como a documentação da fonte de IRS é relativa ao ano transato, esta situação não ficaria refletida. Deixamos nota que, e questionamos, neste caso, se não seria importante deixar espaço a uma análise mais próxima da realidade.----------
----- E relativamente ao valor a atribuir, em vez de ser um valor fixo, colocar, por exemplo, dois escalões. E, assim, um primeiro escalão deveria refletir uma diferenciação entre um segundo escalão, com base nas diferenças que os jovens poderiam ter em termos de rendimento e do seu agregado familiar. Conseguindo, assim, com esta situação, sermos o mais justo possível. Porque estas questões importa ser o mais justo possível.----------
----- Termino, sublinhando que este tipo de investimento feitos no concelho, merecem ser avaliados e acompanhados no sentido de perceber o seu retorno. Eu sei que esta palavra mete um bocadinho confusão às pessoas nesta Assembleia Municipal, mas nós vamos continuar a insistir nela. Ou seja, por exemplo, tentar perceber quantos desses jovens que receberam apoio social da parte da Câmara, através destas bolsas, poderão, ou conseguirão, vir a trabalhar no nosso concelho. Obrigado."----------

----- Para uma segunda intervenção no período de discussão do ponto dez da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que afirmou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Eu só tenho que me congratular com isto. Espero, efetivamente, como disse o colega de bancada, é que haja a justiça na atribuição das bolsas e, por aí, tudo bem.----------

----- Por outro lado, queria referir aqui uma coisa, porque há bocado levantei a questão da lei habilitante e alguém soprou que era preciso uma lei. Não é nada. Porque a prova disto é este regulamento. Este regulamento, a lei habilitante que aqui está é a Constituição da República Portuguesa e a setenta e cinco dois mil e treze. Portanto, se este tem porque é que os outros não têm e quando é precisamente a mesma coisa. Todos os outros têm isto na introdução, mas não têm a lei habilitante no regulamento. Peço desculpa, mas são regulamentos da mesma casa, com as mesmas leis habilitantes, e num lado é escrito a lei habilitante, noutras não é. Muito obrigado."----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "A minha intervenção é só para dar uma nota muito positiva para o trabalho que foi feito pela Câmara para poder ajudar os jovens que são ambiciosos no nosso concelho e que muitos passam algumas dificuldades para tentarem melhorar na vida e estudarem e poderem ser algo mais na sociedade.----------

----- Obviamente que os regulamentos nunca são perfeitos. Falou-se aqui da possibilidade de vir a ser um regulamento mais justo. Eu penso que para se iniciar esta atribuição das bolsas, o regulamento está bem. Obviamente que penso que poderá haver uma evolução, aliás, já falei isso, conforme o que for, digamos assim, a atribuição e a procura das bolsas. E penso que o principal aqui é que estamos francamente no bom caminho e eu vou votar a favor por essa razão. Muito obrigado."----------

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que afirmou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Só para colocar uma questão. Portanto, a bondade da proposta já é mais do que visível. Apenas me ressalta uma dúvida, que tem a ver com o alcance desta atribuição de bolsas. Portanto, ela não é definida. A única coisa que é aqui definido é que o valor a atribuir será definido anualmente em sede de orçamento. Mas, eventualmente, acho que, para nós termos uma perceção desse alcance, poderemos estar indiferentemente ligados a se são dez ou se são quinze bolsas, quanto é que eventualmente o Município dispõe, por ano. Ou qual é essa medida. Acho que podíamos, não fechar o valor, mas, pelo menos, fechar em número. Isto para não criar a falsa expectativa nos estudantes, porque, eventualmente, as pessoas podem ficar a

pensar que têm aqui, principalmente as mais carenciadas, um forte aliado. E tomara que assim fosse, a Câmara pudesse apoiar indiferencialmente o maior número possível de bolseiros. Portanto, não sei se a Senhora Presidente tem essa informação, se a pode partilhar, ou se ficará remetida para uma outra altura. Portanto, vale o que vale. Obrigado."----------

----- No seguimento das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Relativamente a algumas apreciações que foram feitas, é evidente que quando se define um regulamento como este, que tem, sobretudo, um peso social, e que tem a ver com os rendimentos dos agregados familiares, nós pensamos que estamos a fazer o regulamento mais justo. Mas, depois, os documentos que são analisados, e são aqueles que, no fundo, vamos ter à disposição, nem sempre refletem a realidade do agregado. Portanto, aquilo que é desejável é que, efetivamente, e em função da análise que irá ser feita, é que este regulamento permita, efetivamente, atribuir bolsas de estudo a alunos com insuficiência económica.----------

----- É evidente que estão aqui vários critérios, depois de empate, e também uma reavaliação daquilo que se pode considerar no ano seguinte. Eu quero-vos dizer que, obviamente, tudo vai depender da disponibilidade financeira da Câmara. Quando me perguntam se temos a perceção, ou um estudo feito sobre os aglomerados, ou sobre quantos alunos, é evidente que não temos, porque, para isso, necessitávamos de conhecer, no fundo, ou de ter feito uma análise de todos os alunos que saem dos vários estabelecimentos de ensino, solicitar a todos os agregados familiares que nos permitissem ter acesso às suas declarações de rendimentos, para que pudéssemos avaliar quais as famílias que teriam mais ou menos insuficiência económica. E, como tal, muitas vezes até aqueles que mais dificuldades têm são aqueles que menos o querem demonstrar.----------

----- Eu compreendo que vocês gostariam de saber o número exato, e essa mesma questão foi colocada em reunião de Câmara, e, desde logo, aquilo que eu disse aos colegas do Executivo é que, em primeiro lugar, propúnhamos a aprovação do regulamento e nunca iria definir uma valor sem ter a certeza que o regulamento iria estar aprovado. Portanto, oportunamente, e desde logo, discutirei, ou pelo menos, irei propor ao Executivo, ou darei conhecimento, de qual a disponibilidade financeira para que já, desde logo no ano dois mil e catorze, seja colocada à disponibilidade a atribuição das bolsas e que irão, desde logo, comprometer o orçamento para dois mil e quinze."----------

----- Ainda para uma outra intervenção no período de discussão do ponto dez da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhora Presidente. Desculpe imiscuir-me naquilo que eu penso que deveria ter sido a sua resposta. Foi aqui levantada a questão de que a declaração do IRS seria insuficiente. Eu apenas gostaria de dizer que no mesmo artigo doze, há, nesse mesmo ponto cinco, duas

questões que salvaguardam tudo aquilo que foi dito. A primeira é a que diz que a situação de desemprego deverá ser comprovada com declaração. Portanto, se há uma situação de desemprego, além do IRS, comprova-se que há um desemprego. E depois a alínea j) ainda vai mais longe, que diz, outros documentos comprovativos de situações especificamente declaradas. Ou seja, se alguém declarou qualquer coisa que é, enfim, favorável à sua candidatura, só tem que fazer o comprovativo da declaração que fez. Portanto, está aqui perfeitamente, digamos que, salvaguardado qualquer outra questão, para além do IRS."---------

----- Esgotadas as inscrições para intervir no período de discussão do ponto dez da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, encontrando-se ausente na sala o Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dez da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto onze da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento do Fundo Social Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*".----------

----- Apresentado o ponto onze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "O regulamento do Fundo Social, tal como foi concebido, tinha por base uma determinada realidade e uma determinada conjuntura. E, desde logo, este regulamento tinha, em primeiro lugar, como objetivo poder apoiar as famílias, ou os agregados, que, por uma circunstância imprevista, estivessem em situação de desemprego. E, portanto, daí haveria um apoio para colmatar necessidades mais prementes.----------

----- Desde logo que as solicitações começaram a ser diversas, por várias razões, e que se veio a constatar, das realidades e daquilo que eram as candidaturas, tendo em conta as idades, as solicitações que eram feitas, questões dos medicamentos, questões da água. E, desde logo, algumas dessas situações foram colmatadas com outros regulamentos que entretanto vieram a ser criados - o regulamento de apoio aos medicamentos e o regulamento no que toca ao apoio às famílias numerosas, no que toca à possibilidade de apoiar em termos dos escalões da água.--

----- Contudo, o regulamento do Fundo Social percebemos que teria que ser mais abrangente e,

como tal, carecia de uma alteração. E, dessa mesma alteração, propôs-se, também, que ficasse definido a duração das candidaturas, do apoio e, também, os motivos da cessação, ou do tipo de apoio.----------

----- E, como tal, aquilo que se propõe, e embora seja um regulamento, se calhar, nalgumas situações dirão, muito genérico, mas porque as realidades dos agregados são diversas, e disso fomos constatando pelas candidaturas que nos foram chegando, portanto, entendemos que ele teria de ser, de certa maneira, menos específico, de forma a poder encaixar as várias solicitações que nos iam chegando, sendo certo que o apoio às famílias carenciadas no que toca a habitação, esse já tem um regulamento próprio. Portanto, este seria, também, para colmatar necessidades mais prementes desses mesmos agregados."----------

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto onze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Graciete Crasto, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa noite, Senhor Presidente, a Mesa, Senhora Presidente, Vereadores e restantes colegas. Informa à Senhora Presidente que o Fundo Municipal Social foi criado em dois mil e nove, pelo que propõe uma revisão ao referido diploma, com o objetivo de o tornar mais flexível e equitativo, de acordo com as necessidades dos munícipes, e de estabelecer normas importantes, tais como a duração da medida, motivos de cessação e tipo de apoio.----------

----- A revisão é uma boa decisão, mas na parte preambular da proposta do regulamento não é feita menção às alterações introduzidas e ao mérito das mesmas, ao alcance e aos resultados, ou seja, a Câmara Municipal de Anadia não faz o que a boa prática legislativa recomenda. Assim, não se percebe, de forma clara e objetiva, quais as alterações que irão ser implementadas.----------

----- Ao informar que desde a criação do Fundo até à presente data existiram setenta e quatro candidaturas, estando atualmente ativas dezasseis, perguntamos: não existirá no concelho de Anadia mais do que dezasseis famílias carenciadas e que cumprem o disposto nos artigos do referido regulamento? Evidentemente que há. Acontece que muitas dessas famílias, por desconhecerem a existência do Fundo, ou por vergonha, não se candidatam.----------

----- A regulamentação é uma necessidade e uma exigência, mas falta uma atitude mais ativa e proactiva da autarquia para a verdadeira aplicação do Fundo. Neste sentido, aproveitando esta discussão, seria importante que a autarquia, através dos técnicos, procedam a visitas ao concelho, em especial às aldeias mais longínquas, para verificação e comprovação da necessidade de apoio dos munícipes mais desfavorecidos e condições de vida dos nossos cidadãos, especialmente, os nossos idosos. Obrigada."----------

----- No seguimento da intervenção da Senhora Deputada Graciete Crasto, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra:--------

----- "Eu comecei por referir que o regulamento do Fundo Social tinha em vista uma

determinada realidade e uma determinada conjuntura e era sobretudo para, no fundo, poder apoiar agregados familiares que, por circunstâncias imprevistas, um dos elementos do agregado, ou um dos cônjuges, ou os dois, estivessem em situação de desemprego. E, desde logo, essa era uma situação que veio limitando, obviamente, a possibilidade de apoiar outras candidaturas. Como tal, neste regulamento, essa é uma das situações que será ultrapassada, uma vez que não cria essa especificidade.----------

----- Também, para dizer que das setenta e seis candidaturas, nós, neste momento, temos dezasseis processos ativos porque, efetivamente, com essas medidas que se impunham no próprio regulamento, desde logo, quando um dos cônjuges seria inserido no mercado de trabalho, por qualquer outra situação, ou teria outro benefício social, deixava de usufruir desta medida.----------

----- No que falou relativamente a muitos agregados familiares que carecem de apoio, é evidente que trabalhamos em rede. Trabalhamos em rede com as Juntas de Freguesia, trabalhamos em rede com as várias Instituições e, desde logo, não andamos, efetivamente, porta a porta, a divulgar este regulamento, porque tal não é preciso, porque sempre essas necessidades mais prementes, de uma maneira geral, nos chegam, ou através das Juntas de Freguesia, ou através das próprias Instituições. E também é verdade que já há algumas famílias que também usufruem de outras medidas de apoio e, portanto, não pode haver, nestas situações, duplicação de benefícios."----------

----- Sem mais inscrições para intervir no período de discussão do ponto onze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento do Fundo Social Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento do Fundo Social Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, encontrando-se ausentes na sala o Senhor Deputado Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e o Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, também do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto onze da ordem do dia.----------

----- De seguida, passou a apresentar o ponto doze da ordem do dia, "*Apresentação e votação da proposta da Mesa da Assembleia Municipal da Comissão de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º 3, do artigo 24.º, do RAMA*".----------

----- Apresentado o ponto doze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal numa breve introdução do mesmo, informou que a proposta se encontrava no verso e a fundamentação da mesma também estava. De qualquer modo, submeteu a proposta à

consideração dos Senhores Deputados. Entretanto, passou a ler a proposta da Mesa da Assembleia Municipal:----------

----- "Após análise, e por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa deliberou, por unanimidade, propor ao Plenário da Assembleia a constituição de uma comissão, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, composta por um elemento a designar por cada Grupo Municipal, pelo elemento desta Assembleia eleito para o referido Conselho, o Deputado Municipal, Dino Augusto Ferreira Rasga, para proceder à elaboração de uma proposta de revisão do regulamento."----------

----- Lida a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto doze da ordem do dia. Para o efeito, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente, eu penso, posso estar obviamente enganado, mas aquilo que tinha ficado combinado na reunião dos líderes de bancada era que esta comissão seria composta pelos líderes de bancada de cada partido, mais o Senhor Deputado Dino Augusto Rasga, em função de ele estar no Conselho Municipal de Segurança já. Portanto, é um bocadinho diferente da proposta que foi agora aqui apresentada. É só isto que eu queria referenciar. Aliás, estavam-me a fazer sinalética de que seria um pouco diferente."----------

----- Atenta a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "É verdade que aquilo que ficou combinado não é exatamente aquilo que aqui está. Portanto, era o representante de cada Grupo Municipal com assento aqui, o Senhor Deputado Dino Rasga e essa comissão presidida por mim próprio. Portanto, será esta correção e esta alteração que a Mesa faz. Portanto, automaticamente fica designado os membros desta Comissão."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente. Peço desculpa, a hora já vai avançada, mas isto é só uma conformidade e um procedimento. Quer dizer, a proposta que está agendada, que nos foi distribuída, diz uma coisa. Parece-me óbvio que nesta altura, se não está em conformidade, o Senhor Presidente retira o ponto e agendará para uma próxima oportunidade."----------

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou o esclarecimento que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Bom, sendo assim, a Mesa propõe votar o que aqui está, com um elemento a designar futuramente. Portanto, futuramente, cada Grupo Municipal designará o seu elemento."----------

----- Esgotadas as inscrições para intervir no período de discussão do ponto doze da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por encerrado aquele período de discussão e

prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Mesa da Assembleia Municipal da Comissão de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º 3, do artigo 24.º, do RAMA.----------

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Mesa da Assembleia Municipal da Comissão de revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º 3, do artigo 24.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, encontrando-se ausentes na sala o Senhor Deputado Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e o Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, também do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima.----------

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto doze da ordem do dia.----------

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze e doze, do período da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos imediatos.----------

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze e doze, do período da ordem do dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de setembro de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não se encontrando presentes na sala o Senhor Deputado Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e o Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, também do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima.----------

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público, nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA.----------

----- Para este período, deu a conhecer da apresentação de dois pedidos de intervenção, por parte de dois cidadãos. Assim, concedeu a palavra ao cidadão Luís Carlos Valsas de Carvalho, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Boa noite a todos. Antes de mais, eu gostava de, como um simples munícipe que sou, de lamentar a falta de alguns Deputados Municipais, que foram eleitos, inclusivamente um Vereador, que é o Prof. Litério Marques, que sistematicamente não está presente nas reuniões e que juntamente, ele com a sua equipa, que ao longo dos vários anos, portanto, não é só desde

vinte e oito de setembro de dois mil e treze, que anda de quatro em quatro anos a pedir os votos às pessoas e nunca está presente. Portanto, não me venham cá com…”----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o cidadão para esclarecer que a intervenção pública é pedido de esclarecimentos Assim, e estando a sua intervenção a ir para além do pedido de esclarecimentos, pediu ao cidadão para que se concentrasse no pedido de esclarecimentos.----------

----- Recuperando a palavra, o cidadão continuou a sua intervenção, da forma que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- “Esclarecimento é o seguinte. Eu gostava de perguntar ao Executivo, que chega ao fim do mês e que recebe o ordenado com os impostos dos munícipes. É assim, nomeadamente a Senhora Presidente de Câmara, a Senhora Engenheira Teresa Cardoso, que gosta muito de dar entrevistas à comunicação social, e falar em números, eu posso-lhe indicar aqui uns números muito importantes, que a Senhora, possivelmente, se esqueceu. Que, nomeadamente, a transparência que a Senhora tanto fala. Peço desculpa, eu estou a falar para a Senhora. Nomeadamente a Senhora fala muito em transparência da Câmara Municipal de Anadia e eu posso-lhe dizer que a nível nacional, entre trezentos e oito Municípios, Anadia, a nível de transparência, é o número cento e cinquenta e nove. Gostava de saber onde é que está a transparência da Câmara Municipal de Anadia.----------

----- Em relação a nível de publicação de contratos, por ajuste direto, repito, ajuste direto, comparando com os concelhos vizinhos, Mealhada demora cerca de seis vírgula três dias, Cantanhede nove dias, Oliveira do Bairro quinze, Águeda vinte e Anadia vinte e oito vírgula nove dias, em média, para publicar. Nomeadamente, a tal transparência que a Senhora tanto defende não está presente.----------

----- Em relação ao passivo, porque eu vejo praticamente todas as semanas nos jornais locais, repito, jornais locais, porque a nível nacional, infelizmente, Anadia não dão voz, por algum motivo é. O passivo da Câmara Municipal de Anadia, em dois mil e sete, eram vinte e três milhões de euros. E, resumindo, em dois mil e doze, passou para quarenta e nove milhões de euros. O passivo. Portanto, uma Câmara que se diz que paga a horas, efetivamente, é uma palavra que a Senhora gosta muito de usar. Efetivamente, paga a horas, mas esquece-se do passivo. O passivo é muito importante e as pessoas têm que saber disso. São quarenta e nove milhões de euros em dois mil e doze. Estamos em dois mil e catorze e ainda não sabemos qual é o passivo.----------

----- Em relação ao volume de investimento da autarquia, que é a aquisição de bens de capital, entre dois mil e oito e dois mil e treze, a Câmara Municipal de Anadia investiu setenta e sete vírgula seiscentos e vinte milhões de euros. Eu gostava de saber onde é que está esse dinheiro. Eu gostava de saber, porque, realmente, eu vivo em Anadia e as pessoas falam. E, infelizmente, estão aqui duas pessoas do público, que têm receio de vir aqui e manifestar o seu desagrado. E toda a gente sabe o motivo por que não aparecem. Gostava de saber onde é que está esse dinheiro.----------

----- E, outra coisa que a Senhora muito fala, a Senhora e o seu Executivo, porque a Senhora diz que está há um ano à frente da autarquia, mas esquece-se que está na equipa que está à frente da autarquia nos últimos dezasseis anos. A qualidade da água. A qualidade da água, eu posso dar aqui um número, que a Senhora mais uma vez se esqueceu de transmitir à comunicação social, entre cento e quatro Municípios da zona centro, Anadia é o número cinquenta e oito.----------

----- Eu gostava só de falar na promiscuidade e especulação imobiliária, mas trinta segundos não dão. Mas, posso querer falar da tal Feira do Vinho, que a Senhora Presidente ainda não apresentou as contas. É que apresentar as contas não é só dizer o que se gastou e o que se recebeu."----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao cidadão para acabar de imediato a sua intervenção, uma vez que o seu tempo se encontrava esgotado.----------

----- Retomando a palavra, o cidadão afirmou o que se passa a tentar transcrever na íntegra:---

----- "É o tempo que eu tenho é isto? O público é este tempo que tem? Não, é que, pelo amor de Deus, eu estou aqui há cinco horas a querer falar…"----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, tal como para as intervenções dos Senhores Deputados, o tempo para o público intervir está regulamentado, cabendo ao cidadão cinco minutos para o efeito, os quais se encontravam esgotados.----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara e restante Executivo. A declaração que hoje trago é um grito de alerta. Para que o desconhecimento não sirva de pretexto à falta de intervenção por parte de ninguém, é importante que todos tenhamos conhecimento desta matéria.----------

----- A lei é para cumprir. O governo, se não cumpre, não serve de justificação para as restantes entidades, como Câmaras e outras, nomeadamente escolas, não o fazerem. Senhores Deputados Municipais, Câmara Municipal, há uma situação de risco de saúde pública em Anadia. O amianto é altamente cancerígeno. Não foi por acaso que foi proibido nas edificações nos anos noventa e em Portugal, em definitivo, em dois mil e cinco.----------

----- Há a presença de amianto em placas de fibrocimento, mas também há amianto floccato, usado para condutas, canalizações e ar condicionado. Há um grande perigo de saúde pública. E, por isso, Senhores Deputados e Executivo Municipal, temos que fazer alguma coisa. Pelo que urge que a Senhora Presidente de Câmara preste esclarecimentos diretos sobre esta matéria.---

----- A Escola Profissional Vitivinícola de Anadia, enquanto estabelecimento educativo, integra edifícios, instalações e equipamentos constituídos por amianto. Não sabemos se integra, ou não, a listagem do governo de todas as edificações públicas que continham amianto na sua construção.----------

----- A Câmara Municipal de Anadia, enquanto proprietária dos edifícios, e a Escola Profissional,

enquanto utilizadora desse mesmo edifício, já tomaram a iniciativa de mandar proceder a um levantamento da situação, junto, nomeadamente, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge?----------

----- Acresce que, o pavilhão municipal, não consigo distinguir, não sei se é Sílvio Cerveira, se é Manuel Duarte, se é só pavilhão municipal, que seria alvo de uma intervenção durante o mês de agosto, depara-se com o facto de nada, absolutamente nada, ter sido feito. E o perigoso disto tudo é que as pessoas, alunos, crianças, atletas, professores, funcionários, etc., continuam a utilizar os espaços contaminados, sem a mínima noção do grau de contaminação.----------

----- De facto, como todos sabemos, é fundamentalmente nas edificações públicas, nas escolas, nos pavilhões desportivos, que este problema mais se coloca e onde, curiosamente, se verifica a maior degradação destas placas e, portanto, onde a libertação das partículas de amianto pode ser mais perigosa.----------

----- Face a este problema de saúde pública, tenho que pedir responsabilidades e ação ao executivo camarário. Tenho dito."----------

----- Para responder às questões colocadas pelo cidadãos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que concretizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "Não tenho muito a acrescentar, se não, de facto, lamentar as insinuações que o Senhor Luís Carlos Valsas vem aqui, enquanto munícipe, dirigir à minha pessoa, ou ao Executivo Municipal. E, desde logo, há muita coisa que referiu, mas nem sequer me vou permitir dar-lhe resposta, uma vez que não estamos aqui a prestar contas e, portanto, na devida altura, quando esta Assembleia tiver que analisar essa mesma prestação de contas, obviamente que fará o seu julgamento sobre aquilo que vier nesses documentos.----------

----- Lamento, contudo, quando usa determinados termos, promiscuidade e especulação imobiliária. Não sei onde queria chegar. Há uma coisa que lhe posso dizer, estou aqui com a total transparência, com a total dedicação e, desde logo, enquanto Presidente da Câmara, e que tenho que liderar, obviamente, este Executivo, farei honra disso mesmo e dessa mesma forma. É assim que eu sei estar, com a verdade e com a transparência que tal me for possível estar e da mesma forma o exijo. E, desde logo, com certeza também os meus colegas assim o esperam da minha pessoa.----------

----- Quanto ao Senhor Tiago Castelo Branco, registo a sua preocupação, como é a preocupação de tanta gente que anos e anos a fio tiveram que conviver com esses espaços, cresceram nesses espaços e, obviamente, ao final de alguns anos, quando esta questão, de facto, se levanta, é impossível atender a todas situações, pelo que faremos algumas dessas substituições de acordo com a disponibilidade orçamental. Ou pode ser que, obviamente, este governo liberte uma linha de crédito, a fundo perdido, para que os Municípios, efetivamente, possam ativar e possam fazer a substituição nos vários equipamentos públicos, conforme referiu.----------

----- Desde logo, que em muitos espaços comerciais, também. Eles existem, as pessoas vão às compras e também têm na mesma que conviver com essas coberturas em amianto.----------

----- Mas, os investimentos carecem, obviamente, de suporte financeiro e, como tal, estas questões de saúde pública são todas prioritárias, sendo que têm de se tomar as devidas opções, de acordo com a disponibilidade financeira."----------

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Luís Carlos Valsas de Carvalho, advertindo, desde logo, que aquela seria a última intervenção e que a intervenção é para pedido de esclarecimento, ou para abordar assuntos de interesse do Município. O cidadão formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Para começar, um assunto muito importante. Que eu estou aqui há cinco horas, não sei se foi debatido, ou não, o assunto da falta de médico na Amoreira da Gândara. Está aqui a Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas. Não sei se foi falado, ou não. Eu estou aqui desde as três e meia. Não sei se foi falado, ou não. É de lamentar, se não foi. E, pelos vistos, se aqui há umas Juntas de Freguesia que não se manifestaram os Presidentes da Junta é porque corre tudo bem nessas Juntas de Freguesia. Mas, pelo que eu estou a ver, são pessoas, o Presidente da Junta de Freguesia, eleitas pelo povo, pelo MIAP, mas parece que está tudo bem."----------

----- Em resposta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, eu tenho aqui, eu sei que tenho pouco tempo, e infelizmente pessoas que falaram comigo que não podem estar presentes. Há aqui vários contratos, pagos por nós todos, que eu gostava de ter a resposta, nomeadamente a Escola Vitivinícola, em que o Senhor Presidente da Assembleia é o diretor, em que o tal contrato foi estabelecido no dia, salvo erro, doze de junho de dois mil e treze, que durante cinco anos está isento de pagamento da renda mensal, que são mil e quinhentos euros por mês, que durante três anos não irá estar isento de taxas, mas que, por incrível que pareça, a semana passada, no dia quinze de setembro, apareceu, não sei como, um contrato à empresa Aluvieira, de Paredes do Bairro, de catorze mil e oitocentos euros, em janelas e vidros, pagos pela Câmara Municipal de Anadia, para a Escola Vitivinícola. É assim, se a escola está há um ano, se durante três anos está isenta de pagamentos, pronto, há aqui qualquer coisa que não bate certo.----------

----- Como, por exemplo, há populações, como o Amieiro, na freguesia da Moita, qua ainda não vi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita a falar da falta de água de rede que ainda existe na Moita, porque há pessoas que existem na localidade do Amieiro, que pertencem a Anadia, e não é só de quatro em quatro anos. As pessoas vivem lá e não têm água de rede. E que em dois mil e onze foi contruído um depósito, atenção, um depósito, pela empresa do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros. Por incrível que pareça fez catorze contratos à Câmara Municipal de Anadia, e que o depósito custou vinte mil euros e que está abandonado. E a população continua sem água de rede. O depósito que foi pago, vinte mil euros, com o dinheiro público, e está abandonado.----------

----- E, por incrível que pareça, o atual Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, que está ligado à empresa Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, percebe, é a

empresa que noventa porcento das obras públicas ganha. Há aqui uma coincidência. Eu não estou a acusar ninguém. Simplesmente, acho muita coincidência e gostava de saber as respostas. E acho que fico por aqui porque tenho pouco tempo, se não, ficávamos aqui até de manhã. Obrigado."----------

----- Decorrida a segunda intervenção do cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que declarou o que se tenta transcrever na íntegra:----------

----- "É de tal forma grave as acusações que faz e as insinuações, que obviamente não merecem resposta. E antes de o Senhor vir para aqui devia de vir devidamente documentado, ou devidamente informado, e ter acesso, obviamente, a todos os documentos, como devia ter, porque, de facto, e lamento, uma vez mais, as acusações e as insinuações. São graves demais e lamento, obviamente, enquanto cidadão, que o Senhor preste esse serviço. E, se representa também aqui algum partido, pior ainda."----------

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:----------

----- "Senhora Presidente. Com o devido respeito que tenho por si, e que é muito, deixa-me aqui alguma preocupação a forma como a Senhora Presidente abordou a resposta à minha questão. Efetivamente, o que me parece é que têm que existir estudos, Senhora Presidente. Sem acompanhamento técnico, a Câmara, o Executivo, não consegue saber quais são as situações de urgência no nosso concelho.----------

----- Eu fico em estado de estupefação quando a Senhora Presidente vem-me falar de verbas do governo. Isto é acompanhamento técnico. A Senhora tem técnicos na sua Câmara. Se não tem, há outras entidades públicas que têm para fazer a vistoria aos equipamentos que neste momento apresentam um grave risco de saúde pública. Senhora Presidente, compreende. Eu não estou a falar de verbas, eu estou a falar de conseguir sinalizar a situações de urgência, que todos sabemos que existem no concelho relativamente ao amianto. E é este esclarecimento que eu precisava de ter da Câmara Municipal, mas, pelos vistos, já percebi que não se fez nada e, pelos vistos, Deus queira que não, que não se está a pensar em fazer. O que ainda mais grave é. Muito obrigado."----------

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a colaboração de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e nove de setembro de dois mil e catorze, quando eram vinte horas e quarenta e oito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.---------
---

O Presidente -

A Primeira Secretária -

A Segunda Secretária -